

DEPOSITO LE
OUT. 19

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 19 — 31 de Julho de 1940 — ANO II
N.º 20 — 31 de Agosto de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>CARTA CREDENCIAL DE SUA SANTIDADE PIO XII AO CHEFE DO ESTADO PORTUGUÊS</i>	<i>1</i>
<i>NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL — P.^o Moreira das Neves</i>	<i>2</i>
<i>INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS — Discurso do Commissário Geral Dr. Augusto de Castro</i>	<i>10</i>
<i>Discurso de Sua Ex.^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações</i>	<i>15</i>
<i>EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS</i>	<i>17</i>
<i>ALOCUÇÃO PROFERIDA POR S. E. O CARDIAL PATRIARCA, NA MISSA DE PONTIFICAL CELEBRADA NA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS</i>	<i>33</i>
<i>CORTEJO HISTÓRICO DO MUNDO PORTUGUÊS — Aspectos fotográficos.</i>	<i>41</i>
<i>SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS — Discurso do Dr. Júlio Dantas.</i>	<i>44</i>
<i>Discurso do Dr. Caeiro da Mata</i>	<i>46</i>
<i>DISCURSO DE SUA EX.^a O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS</i>	<i>50</i>
<i>FESTA DOS «LUSÍADAS» — Discurso do Dr. Hernani Cidade.</i>	<i>53</i>
<i>PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes</i>	<i>57</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>64</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
encarrega-se de encadernar a
REVISTA DOS CENTENÁRIOS
I ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais:

A fogo.	25\$00
A ouro.	30\$00
(Empaste).	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa
TELEFONE 2 2886

CARTA CREDENCIAL DE SUA SANTIDADE PIO XII AO CHEFE DO ESTADO PORTUGUÊS

Ao Querido Filho, o Ilustre e Respeitável Presidente da República Portuguesa, Óscar Carmona:

Pio XII, Papa

Querido Filho, Ilustre e Respeitável Presidente, saúde e Bênção Apostólica.

Na ocorrência do oitavo centenário da Independência de Portugal e terceiro da sua Restauração, é justo que o vosso nobilíssimo povo comemore solenemente os preclaros fastos da sua história e não cesse de dar graças a Deus Altíssimo por tantos benefícios recebidos, na auspiciosa esperança de novas prosperidades. Assim como os Pontífices Romanos, pelo decurso dos tempos, distinguiram com particular benevolência o povo português, assim Nós agora ardentemente desejamos partilhar com paternal afecto da vossa alegria e associar-Nos às vossas comemorações. Movidos por esta dedicação para convosco, nomeámos o Venerável Irmão Pedro Ciriaci, Arcebispo titular de Tarso e Núncio Apostólico em Portugal, Embaixador Extraordinário junto de vós para, em representação da Nossa pessoa e em Nosso nome, exprimir à vossa queridíssima Nação as Nossas homenagens e votos. Rogamos-te, por isso, que benignamente o aceites nesta nova dignidade e recebas quanto disser em Nosso nome como se fôra dito por Nós próprio. Entretanto, desejando que para o bem comum resultem preciosos frutos dos vínculos cada vez mais estreitos, que felizmente ligam esta Sé Apostólica à República Portuguesa, e da concórdia e colaboração entre o poder religioso e o civil, como penhor dêsses bens e testemunho do Nosso paternal afecto, largamente concedemos a Bênção Apostólica no Senhor, não só a Ti, Querido Filho, Ilustre e Respeitável Presidente, mas a todo o povo dessa Nação.

Dada em Roma junto de S. Pedro, sob o anel do Pescador, a 13 do mês de Junho, festa de Santo António, do ano de 1940, segundo do Nosso Pontificado.

Pio XII, Papa

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

Nossa Senhora de todo o Mundo é sobretudo Nossa Senhora de Portugal.

É nossa, desde que chamou por ela D. Afonso Henriques e lhe deu o comando dos destinos da Raça.

É nossa, por vontade dos nossos reis e heróis, dos nossos mártires, dos nossos poetas e do povo.

Para o demonstrar, podemos aduzir argumentos de vária ordem, uns intangíveis na sua verdade histórica e outros respeitáveis no seu sentido tradicional e poético.

Dum modo especial, Nossa Senhora da Conceição é invocada e festejada, nas grandes horas da Pátria, e defendida, com ardor impressionante, nos seus privilégios e glórias.

Pela primeira vez, no Concílio Diocesano da Guarda de 1634, reunido pelo Bispo D. Lopo de Sequeira Pereira se jura a defesa da Imaculada Conceição da Senhora.

No Sínodo Diocesano de Braga de 1637, o Prelado D. Sebastião de Matos presidindo à última sessão deu conta do que lhe tinham pedido os franciscanos e outras pessoas piedosas, isto é, que, à semelhança do que se havia feito em várias comunidades e escolas universitárias, se prestasse público juramento de defender a Conceição Imaculada de Nossa Senhora. A proposta foi votada por aclamação. Subiu ao púlpito o notário Padre Simão Alvares e pronunciou a seguinte fórmula que todo o clero presente repetiu:

«Prometemos e juramos todos os que neste Sínodo estamos congregados, em nossos nomes e de nossos sucessores, de sempre termos e guardarmos e defendermos que a Virgem Maria Nossa Senhora foi concebida sem mácula do pecado original, na forma das Constituições e Breves Apostólicos passados sobre esta matéria».

O mesmo juramento se fez, em 1639, no Concílio Diocesano de Coimbra, reunido pelo Bispo D. João Mendes de Távora.

São interessantíssimos entre nós, desde as mais remotas eras, os testemunhos da devoção portuguesa à Santíssima Virgem, gravados em pedras que a Fé e os séculos sagraram.

Junto da porta da igreja de S. Francisco de Portalegre mandou escrever Pedro João, em 1312 (ano de Cristo de 1274):

AD HONOREM DEI ET GLORIOSAE VIRGINIS
MARIAE ET OMNIUM SANCTORUM EGO
PETRUS JOANNES

Nossa Senhora da Conceição, a quem Santa Isabel faz erguer a primeira capela na península, glorificam-na legendas seculares que o musgo cobriu ou as intempéries deliraram.

Na Pesqueira (Beira), há, por baixo do sino da Torre da Misericórdia, um nicho com a imagem, em pedra, de Nossa Senhora da Conceição, e êste letreiro, em que a fragilidade humana clama, voltada para o céu :

SANCTA MARIA SECURRE MISERIS · 1632

O mistério da Conceição Imaculada é-nos recordado em pinturas rústicas, às vezes de comovedora ingenuidade, em velhas paredes de quintas, e nos penedos das montanhas.

Em Terena (Alentejo), no sítio da Malhada Alta, preparou-se carinhosamente uma fonte, dita *santa*, por as suas águas curarem muitas enfermidades malignas. Vinha-lhe a virtude duma imagem da Senhora da Conceição lá toscamente desenhada.

Durante a época da dominação de Castela, cresceu muito, na nossa terra, o culto do sublime e consolador Mistério mariano.

Em carta régia de 28 de Março de 1618, dirige-se D. Filipe II aos vereadores da Câmara de Lisboa nestes têrmos significativos :

«Vereadores, etc. Recebeosse a uossa carta, por que me daes conta de como, mouidos da deuação do mistério da Conceição da Virgem Maria, nossa sr.ª, e para que no pouo se acrescente, querieis fazeis pôr nas portas principaes dessa cidade letreiros, abertos em pedras, em que se affirme que foy concebida sem pecado original, e approuou mt.º a piedade com que uos mouestes, e assy o podereis executar : e muito uos encarrego que seja sem dilação».

O povo português confiava na intercessão de Maria Imaculada e não se cansava de rezar-lhe, durante o cativo, para que abrisse de novo sôbre nós o clarão da liberdade nacional.

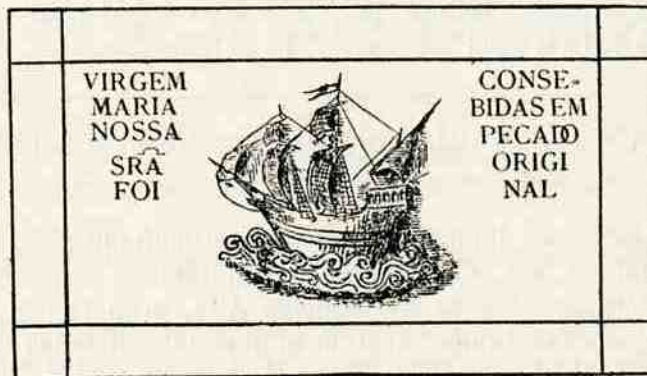
As lápides multiplicaram-se por todo o país.

Na capital collocaram-se várias, até que, «destruidas pelas necessidades do trânsito, pela inutilidade da defesa ou pela fúria demolidora de certas vereações, as velhas portas de Lisboa foram desaparecendo e com elas as devotas legendas seiscentistas» — diz Cordeiro de Sousa, ao falar-nos das inscrições portuguesas do Museu do Carmo, onde há uma que reza assim :

A VIRGEM MARIA NOS
SA SENORÃ FOI
CONCEBIDA SEM
PECADO ORIGINAL

«Resta ainda, acrescenta Cordeiro de Sousa, Deus sabe por quanto tempo, a da antiga porta da Mouraria».

Júlio Castilho copiou, para a sua *Ribeira de Lisboa*, a seguinte lápide da velha muralha do Campo de Santa Clara :



Em Lisboa existe ainda outra no Arco do Marquês de Alegrete.

Ela nos aparece também por cima de arcos-cruzeiros, portas e altares das igrejas (como, por ex., no Convento de Odivelas). Num Cruzeiro, perto de Olhalvo (Alenquer), lê-se, na face voltada ao norte :

<p>BENEDICTA SEJA A SANCTA IMACULADA CONCEIÇÃO DA BEMAVENTURADA VIRGEM MARIA</p>
--

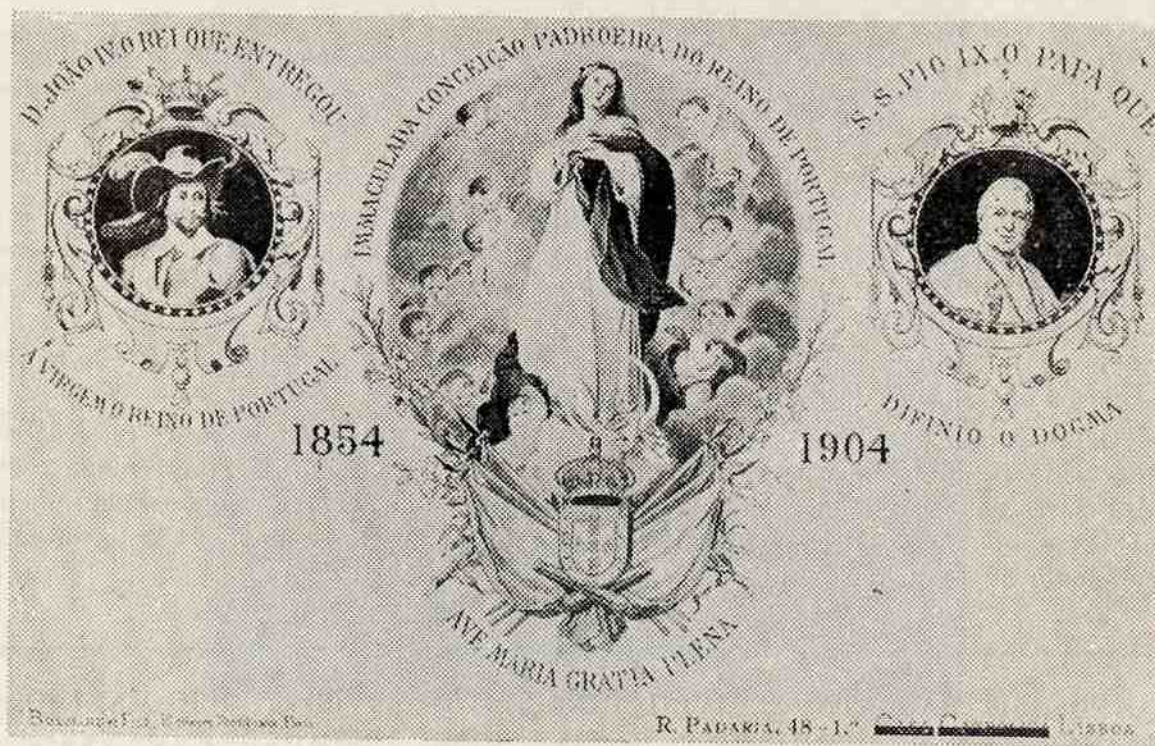
Não admira que se atribua à Senhora da Conceição o êxito do gesto heróico dos quarenta fidalgos cavaleiros que na manhã de 1640 reentregaram Portugal a si próprio.

Aclamado rei, D. João IV manda celebrar, na capela real, imponente solenidade em honra e louvor de Nossa Senhora da Conceição e o prégador franciscano Frei João de S. Bernardino logo sugere a consagração oficial da nação à Virgem: «*Seja assim, Senhora, e eu vos prometo em nome de todo este reino que éle agradecido levante um trofeu a vossa Imaculada Conceição, que vencendo os séculos, seja eterno monumento da restauração de Portugal.*»

Efectivamente, proclama D. João IV Nossa Senhora da Conceição Padroeira do reino e jura defendê-la até à morte, segundo se lê na provisão régia de 25 de Março de 1646, lida solenemente pelo secretário de Estado Pedro Vieira da Silva e em voz alta repetida, de joelhos, por D. João IV, na Capela dos Paços da Ribeira :

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista, nauegação, e Comercio da Ettiopia, Arabia, Persia, e da India etc. faço saber aos que esta minha prouisão virem que sendo ora restituído por merce muito particular de Deos nosso Senhor, à Coroa destes meus Reinos e senhorios de Portugal; considerando que o Senhor Rey Dom Afonso Henriques meu progenitor e primeiro Rey deste Reyno, sendo aclamado e leuantado por Rey, em reconhecimento de tão grande merce, de consentimento de seus Vassallos, tomou por especial auogada

sua a Virgem Mãy de Deos Senhora nossa, e debaixo de sua Sagrada protecção e amparo, lhe offereceo todos seus successores, Reino, e Vassallos com particular tributo em sinal de feudo e Vassalagem; Dezejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos senhores Reys meus predecessores, reconhecendo ainda em my auantajadas e continuas merces e beneficios da liberal e poderosa Mãy de Deos nosso Senhor por intercessão da Virgem nossa Senhora da Concepção: Estando ora juntos em Cortes com os tres Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação que tinhamos de renouar e continuar esta promessa, e venerar com muito particular affecto, e solemnidade, a festa de Sua immaculada Concepção: E nellas, com parecer de todos, assentamos de tomar por padroeira de nossos Reynos e Senhorios, a Santissima Virgem nossa Senhora da Concepção, na forma dos Breues do SANTO PADRE Vrbano 8.º, obrigandome a



hauer confirmação da Santa See Apostolica, e lhe offereço de nouo em meu nome e do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e presado filho, e de todos meus descendentes, successores, Reinos, Senhorios, e Vassallos, a sua Santa Caza da Concepção sita em Villa Viçosa, por ser a primeira que ouue em Espanha desta inuocação, sincoenta cruzados de ouro em cada hum anno em sinal de Tributo e Vassalagem: E da mesma maneira prometemos e juramos com o Principe e Estados, de confessar e defender sempre (té dar a vida sendo necessario) que a Virgem Maria Mãy de Deos, foi concebida sem peccado original, tendo respeito, a que a Santa Madre Igreja Romana, a quem somos obrigados seguir e obedecer celebra com particular officio e festa, sua Santissima e immaculada Concepção; saluando porem este juramento no Cazo em que a mesma Santa Igreja resolua o Contrario, esperando com grande confiança na infinita misericórdia de Deos nosso Senhor, que por meyo desta senhora padroeira e protectora de nossos

Reynos e Senhorios, de quem, por honra nossa, nos confessamos, e reconhecemos Vassallos e tributários, nos ampare e defenda de nossos inimigos, com grandes acrescentamentos destes Reinos, para gloria de Christo nosso Deos, exaltação de nossa Santa See Catholica Romana, conuersão das gentes, e reducção dos hereges.

E se alguma pessoa intentar couza alguma contra esta nossa promessa, juramento, e vassalagem, por este mesmo effeito, sendo vassallo, o hauemos por não natural, e queremos que seja logo lançado fora do Reino; E se for Rey (o que Deos não premita) haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes; esperando que pelo mesmo Deos que nos deu o Reino e sobio à dignidade Real, seja della abatido e despojado. E para que, em todo o tempo haja certeza desta nossa Eleição, promessa, e juramento firmada e estabelecida em Cortes, mandamos fazer della tres autos publicos, um que será logo leuado à Corte de Roma para se expedir a Confirmação da Santa See Apostolica, e outros dous que juntos à dita Confirmação, e esta minha prouisão se guarde no Cartorio da Caza de nossa Senhora da Concepção de Villa Viçosa, e na nossa Torre do Tombo.

Dada nesta nossa Cidade de Lisboa aos vintasinco dias do mes de Março: Baltazar Roiz Coelho a fez annò do nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo de 1646. P.º Vieira da Silva a fez escrever: El Rey».

Desde êste momento, nunca mais os reis portuguezes puseram a corôa na cabeça.

Seguidamente, enviaram-se cartas aos Juizes, Vereadores e Procuradores das Câmaras do país para que todos elegessem Padroeira do Reino a Senhora da Conceição, «sendo certos, que com tal Protectora poderemos seguramente não só esperar continuadas Vitorias de Nossos Inimigos, Mas ainda grandes prosperidades no Reino...».

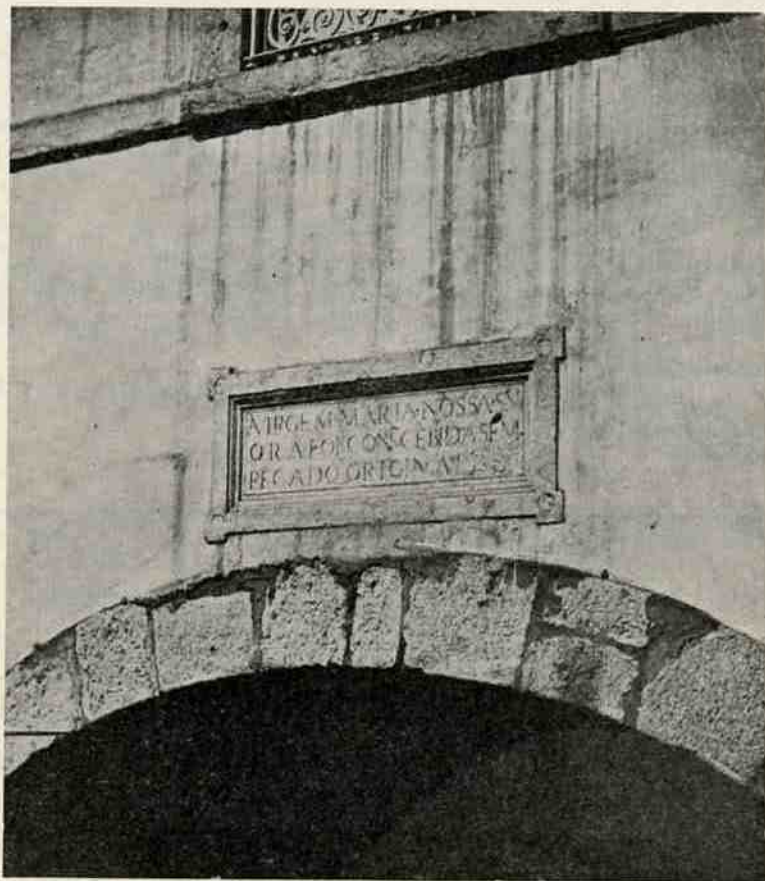
A eleição foi confirmada em 1671, pelo Breve *Eximia dilectissimi*, de Clemente X, quando se reataram as relações de Portugal com a Santa Sé.

O juramento para os lentes e estudantes da Universidade de Coimbra foi ordenado por carta de 17 de Janeiro de 1646. Rebatidas as razões em contrário apresentadas pelos catedráticos, realizou-se a cerimónia com o maior esplendor. Houve repiques, charamelas, trombetas e luminárias. Prégou Frei Leão de Santo Tomás. Para memória se levantou na capela, junto ao altar de Nossa Senhora, uma lápide com os dizeres:

ANNO 1646 SABBATO 28, IVLII INNOCENTIO 10. PONTIFICE MAXIMO, IOANNE 4.º FOELICISSIMO LVSITANIAE REGE, RECTORE EMMANVELE DE SALDANHA, VISENSI EPISCOPO ELECTO. FLORENTISSIMA CONIMBRICENSIS ACADEMIA PIETATIS CVLTV ERGA DEIPARAM INSIGNIS, CVNCTIS RITE, AVGUSTEQVE PERACTIS SOLEMNI VOTO, INVIOLABILI JVRAMENTO SE SE OBSTRINXIT, VT POSTERVM TAM PVBLICE, QVAM PRIVATIM D CEAT PRAEDICET DEFENDAT, SANCTISSIMAM VIRGINEM, IN PRIMO SV E CONCEPCIONIS INSTÂTI, AB OMNI ORIGINALIS CVLPÆ LABE, GLORIOSE PRAESERVATAM EXTITISSE. ET TAM SAGRVM RELIGIONES OBSEQVIVM HOC SAXO POSTERITATI COMMENDAVIT

Para escrever ao Sumo Pontífice, a suplicar-lhe, em nome da Academia, a definição do Mistério da Conceição Imaculada de N. Senhora, foi escolhido o insigne catedrático D. Andrade de Almada.

Em 1648, resolveu o Monarca mandar cunhar medalhas de ouro e prata, respectiva-



LÁPIDE NO ARCO DO MARQUES DE ALEGRETE, EM LISBOA

mente de doze mil reis e de seis tostões. Para as cunhar veio de França expressamente o artista António Ruitier. Foi com estas moedas que se pagou o primeiro feudo a Nossa Senhora. Com o nome de *Conceição* tiveram curso legal em 1651 e no tempo de D. Pedro II foram reproduzidas na Casa da Moeda. Tinham no anverso a legenda: JOANNES III, D. G. PORTUGALIAE ET ALGARBIAE REX, a Cruz de Cristo e as armas lusitanas. No reverso: a imagem da Senhora da Conceição sobre o globo e a meia lua, com a data de 1648, e, nos lados, o sol, o espelho, o horto, a casa de ouro, a fonte selada e a arca da aliança, símbolos bíblicos da Santíssima Virgem e insertos pela Igreja entre as invocações da sua Ladaíinha.

Em 1654, por sugestão do varatojano, prègador e poeta, Frei António das Chagas, e

para memória da consagração nacional à Senhora da Conceição, mandava D. João IV colocar sôbre as portas das cidades e vilas da monarquia portuguesa uma inscrição numa lápide, que exprimissem aos vindouros a devoção de Portugal restaurado à Virgem Padroeira. Com a data de 30 de Junho daquele ano foi remetida às Câmaras a seguinte carta régia:

«Juiz Vereadores e Procuradores da Camara de... Eu El Rey uos enuio muito saudar. Para que seia mais notoria a obrigação que eu e todos meus Vassallos temos de deffender que A Virgem s.^a Nossa foi concebida sem pecado original: Ouue por bem resolver que em todas as portas e entradas das cidades, Villas e lugares de seus Reynos se ponha em hua pedra bem laurada, a inscripção de que sera copia com esta carta: Encomendououos A façais por nas portas e lugares dessa cidade E me auiseis de como o tendes executado. Escrita em Alcantara a 30 de Junho de 1654».

(a) Rey

Tôdas as Câmaras procuraram dar immediato cumprimento à mensagem real. No Pôrto, depois de gravada a inscrição na Porta do Olival, *«por esta Cidade ser de nossa Senhora de que tem as armas se ordenou que na casa da Camara se pusesse hum painel de nossa Senhora da Conceisam com este letreiro ao que se satisfez em 6 de Março de 655».*

A redacção da legenda para as lápides foi confiada pelo rei a António de Sousa de Macedo, secretário de Estado.

Reza assim:

AETERNIT SACR.
IMMACVLATISSIMAE
CONCEPTIONI MARIAE
IOAN. IV. PORTVGALLIAE REX
VNA CVM GENERAL. COMITIIS
SE, ET REGNA SVA
SVB ANNVO CENSE TRIBVTARIA
PUBLICICE VOVIT,
ATQVE DEIPARAM IN IMPERII TVTELAREM
ELECTAM
A LABE ORIGINALI PRAESERVATAM PERPETVO
DEFENSVRVM
JVRAMENTO FIRMAVIT
VIVERET VT PIETAS LVSITAN.
HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE
PERENNE
EXARARI JVSSIT
ANN. CHRISTI M. DC.XL.VI
IMPERII SVI VI.

Nalgumas encontra-se ainda: ANNO 1654.

Em Lisboa, conserva-se a da Calçada do Cascão, prédio n.º 1.

Tradução: — «*Para perpétua memória. D. João IV, rei de Portugal, juntamente com as Côrtes Gerais, se consagrou, a si e aos seus reinos, publicamente, à Imaculatissima Conceição de Maria, com o tributo anual de um censo. E com juramento firmou que defenderia sempre que a Mãe de Deus, eleita Padroeira do Império, fôra preservada da culpa original. Para que a piedade dos portugueses perenemente constasse, mandou gravar em pedra esta memória no ano de Cristo de 1646, sexto do seu reinado.*»

Veio mais tarde o liberalismo maçónico, que destruiu ou fez desaparecer muitas dessas lápides proclamadoras da maior devoção religiosa dos portugueses, depois da devoção ao Santíssimo Sacramento.

Em 1910, a revolução demagógica continuou as façanhas iconoclastas de 1834 e a algumas dessas legendas harmoniosas, expressão magnífica da maior esperança dum povo, que nascera debaixo da bênção de Cristo, contrapuseram-se gritos de ódio e de vingança.

Portugal, sob pena de traír os seus próprios destinos históricos, não pode esquecer, em 1940, a sua Padroeira de sempre — NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

PADRE MOREIRA DAS NEVES

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Elviro dos Santos — *Memória Histórica dos Concílios de Braga*, págs. 16-17

Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, Tomo III, parte II

Barbosa Machado — *Biblioteca Lusitana*, Tomo I, pág. 135

João Baptista de Castro — *Mappa de Portugal*

Eduardo Freire de Oliveira — *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887, Tomo II, págs. 411-412

Andrade e Silva — *Colecção chronológica da legislação Portuguesa, 1640-1647*, pág. 314

Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1937, págs. 139-140

Mons. J. Augusto Ferreira — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, Tomo III, 1932, págs. 161, 177 e 240

J. G. de Oliveira Guimarães — *Guimarães e Santa Maria*, Pôrto, 1904, págs. 35-37

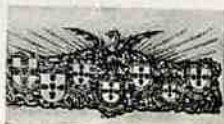
Padre Luís de Sousa Couto — *Origem das Procissões da Cidade do Pôrto*, Pôrto, 1936, págs. 129-134

Alberto Pimentel — *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*

Albano Belino — *Archeologia Christã*, págs. 47-48

J. M. Cordeiro de Sousa — *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo*, Lisboa, 2.ª ed., 1936, pág. 79

Júlio de Castilho — *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, 2.ª ed., 1940, pág. 154



INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

DISCURSO DO COMISSÁRIO GERAL,
DR. AUGUSTO DE CASTRO

Dentro de alguns minutos o Senhor Presidente da República, alta incarnação do Civismo, expressão das mais lídimas virtudes pessoais e patrióticas, vai, em representação viva e ilustre da Unidade Nacional de Oito Séculos, inaugurar oficialmente a Exposição do Mundo Português — Cidade Simbólica da História de Portugal.

Cabe-me a honra de nesta solenidade, que é o apoteótico coroamento do Período Imperial das Festas Centenárias, falar em nome dos inspiradores, directores, autores e colaboradores desta obra concebida e realizada em pouco mais de um ano.

E a primeira vez que se realiza uma Exposição de História. E a primeira vez no Mundo, que se expõe, em imagens e símbolos, uma Civilização. Esta esplanada que se estende numa área de algumas centenas de milhares de metros quadrados, à sombra dessa imensa asa de pedra dos Jerónimos, debruçada sobre esse ninho de águias que é o Tejo, é, mais do que um Certame de arte, um grande album de imagens.

Através desse livro colorido de glórias, de figuras, de datas e de costumes, não procurámos apenas sugerir o Passado. Esta Exposição não será somente uma Galeria de Sombras. Desejámos e desejamos que ela não seja exclusivamente um memorial de Mortos, mas constitua também uma lição de vivos. Não a quisemos como um monumento à Velhice. Ambicionámo-la como um Hino à Juventude. Não apenas a oitocentos anos de gloriosa Juventude — que tantos são os de Portugal — mas à Juventude do Presente, à Juventude do Futuro — à Juventude da nossa Imortalidade e da nossa Certeza Nacional.

Foi assim certamente que V. Ex.^a a quis, Senhor Presidente do Conselho: V. Ex.^a que não foi apenas o inspirador, o orientador e o criador espiritual desta obra, como do pensamento das Comemorações Centenárias, mas que foi e é mais do que isso: o espírito, o prestígio, a acção que tornaram possível, interna e externamente, o momento nacional evocador que Portugal, no meio dos destroços actuais da Europa, está vivendo. Afastado de Portugal durante muitos anos, foi dirigindo e colaborando neste Certame, que hoje inauguramos, que eu me pude aperceber, em toda a sua extensão, de que alguma coisa havia mudado não apenas no clima político nacional, mas nas próprias faculdades nacionais.

A Exposição do Mundo Português não é somente (posso dizê-lo, sem reserva, porque não é a mim que o mérito advém) uma demonstração triunfal, completada num tempo-récord, das qualidades de realização do espírito português, mas também o resultado dum facto moral que se pode resumir neste

milagre: a ressurreição da Fé colectiva, num país que a tinha perdido. Como tal, esta Exposição, mais do que criação simbólica de animadores, de artistas e de obreiros, é um facto político.

Há aqui dentro um Portugal Novo, que se encontra, reconciliado e aproximado, numa aspiração ideal, com o Portugal Velho. Dessa reconciliação de alma, deriva pode dizer-se o próprio estilo plástico da Exposição: fusão de motivos modernos e de hierática presença da tradição histórica e architectónica do Passado.

Portugal não procura apenas reviver: procura viver. V. Ex.^a ensinou o caminho. Os realizadores da Exposição procuraram a fórmula architectónica e estética. E porque falo em realizadores, seja-me lícito endereçar desde já a todos eles — desde os dirigentes ao mais humilde operário — os agradecimentos que lhes devo. Terei, no decurso do programa das inaugurações parciais da Exposição, ensejo de me referir individualmente, tanto quanto a multiplicidade das tarefas o permitir, aos principais e mais ilustres entre os colaboradores deste esforço construtivo e exaustivo de dezassete meses.

Mas seria o cúmulo da ingratidão e da injustiça se não iniciasse já hoje essa lista citando dois: o engenheiro ilustre, que foi o Comissário Adjunto, Sá e Melo e o architecto chefe, esse sugestivo e cintilante espírito de Renascença que se chama, Cotinelli Telmo. Estes dois nomes estão inscritos em cada pedra, em cada linha, em cada arco, em cada coluna desta tarefa que hoje atinge o seu termo oficial e a sua consagração solene.

O Engenheiro Sá e Melo afirmou qualidades que o colocam na primeira fila dos grandes técnicos portugueses, a par duma tenacidade silenciosa, duma obstinação, duma paciência inesgotáveis que, em qualquer parte do mundo, nobilitariam um homem de acção, mas que entre nós são documento raro, raríssimo, dum espírito calmo, concentrado, de organizador.

Cotinelli Telmo é o oposto deste temperamento. E creio que foi por isso que Deus os fez e a Exposição os juntou. Cotinelli é a centelha feita carne; é o fogo sagrado em nervo; é o azougue em talento; é a improvisação e a adivinhação em pessoa, ao serviço duma cultura que toca todas as gamas da inteligência e da arte. Sá e Melo e Cotinelli não foram o engenheiro e o architecto chefes da Exposição: foram aqui dentro tudo em vinte e cinco horas por dia, em oito dias por semana e em trinta e um dias por mês.

As referências que devo a estes colaboradores directos, desejo juntar aquelas que me impõe o meu dever de camaradagem e de justiça aos meus ilustres colegas da Comissão Executiva das Festas Centenárias, de que eu apenas fui, aqui dentro, o instrumento e o intérprete e ao Presidente desta Comissão, meu querido e velho amigo Júlio Dantas, cére-



*O CHEFE DO ESTADO É RECEBIDO PELO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO
A ENTRADA DO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES*

bro, força, disciplina de tudo quanto se realizou e que na acção patriótica das comemorações soube dispensar-se, inteiramente, com um dom total de si próprio.

Ao Governador agradeço a confiança, que em mim, que em nós, realizadores da Exposição, depositou. Se mais não fizemos, foi porque, dentro da esfera que as circunstâncias nos delimitaram, mais não pudemos. E, em especial, depois do sr. Presidente do Conselho, digo a nossa gratidão e a nossa admiração àquele que foi o estímulo, o conselho, o apoio, a sorridente e viva reserva de energia de nós todos: o sr. Ministro das Obras Públicas, cujas extraordinárias faculdades de inteligência construtiva e de activo empreendimento marcarão uma data na história duma Cidade renovada.

A Exposição que o Chefe do Governo nos deu o encargo de realizar e hoje inauguramos é, fundamentalmente, uma obra nacional, com a participação do Brasil, — o que a torna ainda mais nacional porque a completa.

Se, no seu pensamento, na sua comemoração aniversária, na sua finalidade, na sua alegoria, na sua realização, confiada exclusivamente ao trabalho português esta Exposição é nacional — na sua projecção, a cidade Histórica aqui erguida, como folhas soltas dum livro incompleto, não poderia deixar a imagem do facto dominante do nosso génio e da nossa glória: a universalidade.

É impossível resumir um mundo — e resumí-lo ainda menos numa efémera galeria de alegorias, numa dúzia de frágeis construções animadas pelo passageiro fulgor duma centena de datas e de nomes. É esta Exposição não é mais do que uma Cidade de Ilusões.

Mas aquilo que o nosso esforço, limitado e humano, não pôde, nem nunca poderia exprimir — o rastro imenso da universalidade portuguesa, síntese e explicação do destino nacional — dá-o, neste maciço arquitectónico de evocações históricas e plásticas, o símbolo maravilhoso do local onde nos encontramos: dum lado a velha barra do Restelo, em cujas areias passa ainda a visão das caravelas e das naus que daqui partiram para alargar o mundo — e doutro lado, nas pedras do mosteiro, a sombra manuelina do grande sonho da Índia.

Meus Senhores! Ergamos o nosso coração acima da transitória realidade que nos cerca e desta pequena cosmopolis portuguesa, construída apenas para a cor, para a fantasia, para a vida duma Comemoração Festiva: ergamos os nossos olhos acima dos pavilhões, da glória das bandeiras, das flores, das decorações de hoje; saiamos desta sala e do cerimonial desta solenidade oficial e cívica — e deixemos o nosso Espírito transpor o Tempo e integrar-se neste horizonte, único da terra, que foi a primeira estrada do Atlântico e o caminho azul que Portugal traçou no Espaço.

Foi aqui uma das portas do Universo. Se a nacionalidade começa em Guimarães, se o mundo para nós começou em Sagres, o Império começou no Tejo. Daqui, como em nenhum outro sítio de Portugal, o nosso génio pode dizer que dominou quatro Continentes. O Promontório Henriquino abriu-nos a rota do Oceano — mas foi nestes cem metros de areia, que Portugal se encontrou a si próprio, que fixou o

seu destino universal; foi aqui que se fundou Portugal, pátria de Dois Mundos.

Foi aqui, Eminência, que a Cruz de Cristo — a mesma que orna, sob um grilhão de ouro, a Vossa Púrpura Cardinalícia, a mesma que o facho divino de Roma ilumina há dois mil anos e que Deus confiou a Portugal para evangelizar, para erguer, para defender, através das tormentas das ondas e dos homens, a Religião — o Império — foi daqui que ela partiu na proa das Descobertas, para a conquista e para o Resgate de mais de metade da Terra.

Tejo, rio sagrado da Humanidade, como o Ganges e como o Nilo; Tejo, eterno Cavaleiro Andante do Céu, foste tu, desta barra, em que o sonho tomou corpo e a Apoteose tomou alma, que nos ensinaste o Mar e nos desvendaste o Mundo! Tejo que viste alvorecer o dia de Julho de 1497, em que Vasco da Gama embarcou para nos ir buscar a Índia; que baloucaste, no teu dorso heróico, a nau S. Gabriel; Tejo que conheceste a maravilha dessa manhã de Março de 1500 que nos deu o Brasil e que iluminaste, na imensa visão atlântica, os olhos de Pedro Álvares Cabral; Tejo das Caravelas; Tejo que acenaste o teu lenço azul de despedida aos olhos de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, meu Tejo em flôr, pátria da grandeza de Portugal, Tejo, cinto de prata e de sol de Lisboa — eu te saúdo.

Brasileiros, este é também o vosso rio, o vosso primeiro rio. Há quatro séculos e meio que ele, através do Atlântico, une, num prolongamento ideal, duas metades da mesma alma lusitana. Sempre que um de vós, brasileiros, quere, de longe, abraçar a visão de Portugal, é esta a primeira imagem da barra histórica «onde a terra acaba e o mar começa», o rio de Camões, que ilumina os vossos olhos — a primeira imagem que vos oferece a Pátria Comum — a última que levaram para o Brasil as pupilas dos vossos antepassados.

Areias do Tejo, primeiras terras de Santa Cruz; Terras de Santa Cruz, últimas areias do Tejo! O vosso Pavilhão que daqui a dias será inaugurado, reflectirá no Tejo a vossa Bandeira, feita de esperança, estrelada de ouro — mas, reflectidas na superfície do rio, as vossas cores notionais, fulgindo ao sol e batidas pelo vento, confundir-se-ão no azul da água que cintila e palpita e serão apenas as estrélas que fulgirão, como um diadema de ouro, no colo ardente do Cisne do Atlântico!

Tejo, primeiro beijo paternal e último olhar de Portugal ao Brasil, no teu peito forte, onde arfa e onde respira a alma inteira dum Império, bate no mesmo ritmo o coração de duas Pátrias. És tu, que nesta hora mais uma vez simbolicamente nos unes, Tejo dos Navegantes, Tejo da Aventura, Tejo das despedidas, Tejo dos *Lusiadas*, Tejo do Brasil, pórtico de Portugal sobre o Mundo!

Minhas Senhoras

Meus Senhores:

Podem dar-se a esta Exposição três objectivos: em primeiro lugar, a projecção sobre o Passado — como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, cristã e evangelizadora, da Raça, da glória marítima e colonial, do Império; em segundo lugar, a afirmação



ELEMENTO OFICIAL E CONVIDADOS NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES



UM ASPECTO DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

das forças morais, políticas e criadoras do Presente; em terceiro lugar, um acto de Fé no Futuro.

Esses três objectivos resumem-se num só: testemunho e apoteose da Consciência nacional. E creio que, em nenhuma oportunidade, mais do que nesta, quando os valores do mundo se subvertem, se deslocam e se debatem numa trágica crise de espírito, esta simbólica exaltação das virtudes e das forças que criaram, mantiveram e dilataram o génio duma Pátria pode ter uma mais sugestiva repercussão.

Em relação ao Presente, esta Exposição, integrada numa larga série de obras construtivas, comportava um inquérito às facultades de realização do País. A resposta que, neste capítulo, a Exposição traz ao ceticismo nacional parece-me de molde a dever ser enaltecida.



LARGADA DE POMBOS NO DIA DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

Em pouco mais de um ano, ao todo dezassete meses, foi concebida, delineada, realizada, decorada dentro duma área de 450 mil metros quadrados, esta pequena Cosmopolis Histórica, dividida em quatro secções: a sua secção histórica — constituída por oito pavilhões, com o seu pitoresco bairro seiscentista; o Centro Regional, cinco pavilhões, e lindo oiteiro das aldeias portuguesas que se estenderá, como um lenço de ramagens, à sombra do Palácio dos Portugueses no Mundo; a Secção Colonial, evocação etnográfica e colorida das Colónias, no quadro magnífico do Jardim Tropical; a serie de outros pavilhões, de restaurantes, centros de informações, parques, jardins, espelhos de água, etc.

Além destes edificios e obras, o pavilhão consagrado ao Portugal de hoje, «Portugal 1940»; a Nau Portugal, ressurreição exacta dum galeão das Índias, com quatrocentas toneladas, que dentro em dias entrará de novo, triunfalmente, no Tejo e virá

poisar, como uma águia doirada, sobre a perspectiva do rio; o Monumento dos Descobrimientos, cujo perfil, dominado pela Cruz e pela Espada — criação arquitectónica soberba de Cotinelli Telmo, com a colaboração do escultor Leopoldo de Almeida — já se ergue, como uma guarda de honra à Torre de Belém — sem falar no recheio de obras e documentos brasileiros que ornem o excelente Pavilhão do Brasil — toda essa massa enorme de realizações, em que trabalharam cinco mil operários, quinze engenheiros, dezassete architectos, quarenta e três pintores decoradores com cento e vinte e nove auxiliares, mais de mil modeladores-estucadores, sob a direcção de sete chefes e em que colaboraram alguns dos mais altos nomes da historiografia e da Cultura Portuguesa, representa um esforço original, exclusiva e brilhantemente português.

Creio que dificilmente se poderia, num mais curto lapso de tempo e com recursos relativamente modestos, levar a cabo uma mais significativa demonstração das admiráveis possibilidades do espírito, do gosto, de competência histórica, artística e industrial, assim como do trabalho nacionais.

Mas não bastam, para que uma obra, que, na sua inspiração, no seu propósito, no seu objectivo, é de ideal Comemoração e Revivescência colectivas; — para que essa obra, na febril e efémera improvisação das suas alegorias, represente os estímulos e realize os fins para que foi criada, não bastam a lição do Passado e a afirmação do Presente.

Há alguma coisa mais alta ainda: é o Futuro. Para o Futuro se volvem nesta hora, mais do que nunca, buscando uma visão e uma certeza, os olhos dos Homens — e o cora-

ção das Pátrias. Nunca essas seis letras, que encerram em três consoantes e três vogais, o eterno mistério do Destino, representaram uma mais ansiosa mais dramática interrogação.

Para as almas fortes, as dos povos como as dos homens, o Futuro mais do que um enigma, confinado às sombras da dúvida e da ansiedade, é uma força e um horizonte, é uma aspiração e uma vontade, é uma luz e uma Fé. Elevamos numa oferenda a essa renovada Fé os nossos corações, rejuvenescidos por oito séculos de sacrifícios e de glórias.

Quando Portugal começou a afastar-se do seu destino — que foi sempre de expansão e de projecção no Mundo — Lisboa começou a fugir do Tejo. Dir-se-ia que se haviam malquistado. Portugal emparedara-se na «apagada e vil tristeza»; Lisboa fechara os olhos ao Tejo e murara a suas janelas sobre o seu grande pátio luminoso do Oceano.

Lisboa volta novamente ao Tejo. E para mim esta

Exposição é sobretudo a simbólica quermesse dessa Reconciliação, as bodas de ouro de Portugal e do Rio da Tradição de ouro; a festa do encontro do Portugal consigo próprio. Não podíamos levar às Comemorações Centenárias mais bela, mais vasta, mais sugestiva alegoria. No prodígio das nossas imaginações, esqueçamos por um momento a imperfeição, o artifício, do quadro aqui erguido. Povoam-se dos velhos génios da Raça esta paisagem, onde como nas colinas do Lacio, reffloriu numa Idade Nova a Juventude do mundo. Anima-se o Céu. Águias sulcam as velhas rotas do Tejo. As grandes estradas aéreas do Mundo cruzam-se sobre esta praia, como há quatro séculos se cruzavam as grandes estradas marítimas. Na grande civilização, não continental, mas inter-continental que será a Civiliza-

ção de Amanhã, Portugal volta ao seu destino histórico e geográfico, à universalidade para que a terra o criou e o mar o fecundou.

Visão soberba, de que os meus olhos não sabem despedir-se. Extremo ocidental da Europa, fronteira oriental da América, ponte do Atlântico, sobre três Continentes, promontório do Brasil, hoje como outrora, lição e exemplo de Povos, como outrora — Pátria, os teus olhos criadores quaisquer que sejam as provas que te esperem, volvem-se para os lugares santos onde nasceu sobre um punhado de areia o Império e onde a tua alma universal se formou para a Dor, para a Paz, para Deus, para o Ideal e para a Imortalidade!

Vejamus neste augúrio feliz o símbolo da festa de hoje!

DISCURSO DE SUA EX.^A O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES NO ACTO INAUGURAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Solicitado a proferir algumas palavras no acto da inauguração da Exposição do Mundo Português, mal pude tirar escassos momentos aos meus absorventes afazeres para me desempenhar do encargo. Isto explica, ao menos em certa medida, a brevidade e a insuficiência do meu discurso. Felizmente, porém, o sr. comissário geral da Exposição, com a autoridade especial das suas funções, acaba de dizer-vos, numa brilhante e formosíssima oração, tudo ou quasi tudo o que conviria fôsse dito.

Por mim, tenho que declarar que considero a Exposição do Mundo Português o grande triunfo da nossa gente. Triunfo na concepção e na realização.

Traçada com larga visão do profundo sentido do seu significado evocador de oito séculos de História pátria, entre o Tejo, cujas águas murmuram ainda os feitos dos descobrimentos, e os Jerónimos, cujas pedras manterão eternamente viva nos portugueses a recordação da nossa epopeia, a Exposição do Mundo Português impõe-se por uma perfeita unidade architectural, pureza e elegância de linhas, e uma expressão de grandeza impressionante.

A realização representa um esforço gigantesco que só um fortissimo entusiasmo criador tornou possível erguer em escassos doze meses, com recursos diminutos — agravadas as dificuldades próprias do empreendimento com as que resultaram do conflito europeu e do inverno passado, excepcionalmente rigoroso e prolongado — o quadro que os vossos olhos em-

bevecidos vão, dentro de momentos, contemplar, pode parecer um milagre, e é sem dúvida um êxito fulgurante.

Penso que os admiráveis resultados obtidos nos permitem afirmar com orgulho a capacidade realizadora de Portugal. A arquitectura e a engenharia portuguesas mostram inspiração e valor reais e engenho e espírito de organização seguros. A escultura, a pintura, a decoração marcam progressos sérios e, aqui e além, notáveis produções. O trabalho nacional nas suas múltiplas artes e ofícios, demonstra capacidade promotora, saber profissional e renovado espírito de bem servir a nação, e revela-se capaz de constituir alicerce firme para a realização de quaisquer obras de que a nação precise, mais ousadas e difíceis que elas sejam.

O que explica o brilhante êxito da Exposição do Mundo Português? Acima de tudo, o entusiasmo patriótico que despertou em todo o país a memorável nota de Março de 1938 de que S. Ex.^ª o sr. Presidente do Conselho se serviu para lançar à terra portuguesa, como fecunda semente, o seu belo, alto e clarividente pensamento das Comemorações Centenárias — pensamento que se converteu num poderoso instrumento de coesão da alma nacional.

Depois, e substancialmente, o trabalho inteligentemente orientado e perseverante dos realizadores da Exposição. Eles conservaram-se sempre, através de tôdas as vicissitudes, animados de fervoroso e devotado espírito de bem servir. Não desfaleceram na sua fé e souberam comunicar o mesmo estado de alma aos seus colaboradores, dos mais valiosos aos mais modestos. Não se diz isto no méro intuito de louvar — por justo e merecido que seja o louvor — diz-se mais como exemplo capaz de estimular novas forças criadoras.

Os realizadores da Exposição foram: o engenheiro Sá e Melo e o architecto Cotinelli Telmo.

No risco e no complexo artistico da Exposição, Telmo, artista raro e talentoso, artista em tudo — nos olhos, na alma, no coração — na organização e na execução, Sá e Melo, tenaz, incansável, calmo, modesto, oportuno, previdente. Homenagem a êles, primeiro.

Homenagem ao dr. Augusto de Castro, comissário geral da Exposição, no espírito que soube compreender rapidamente o talento realizador de um e o talento criador do outro, e a ambos assegurar desde a primeira hora uma confiança sem limites e um apoio sem restrições.

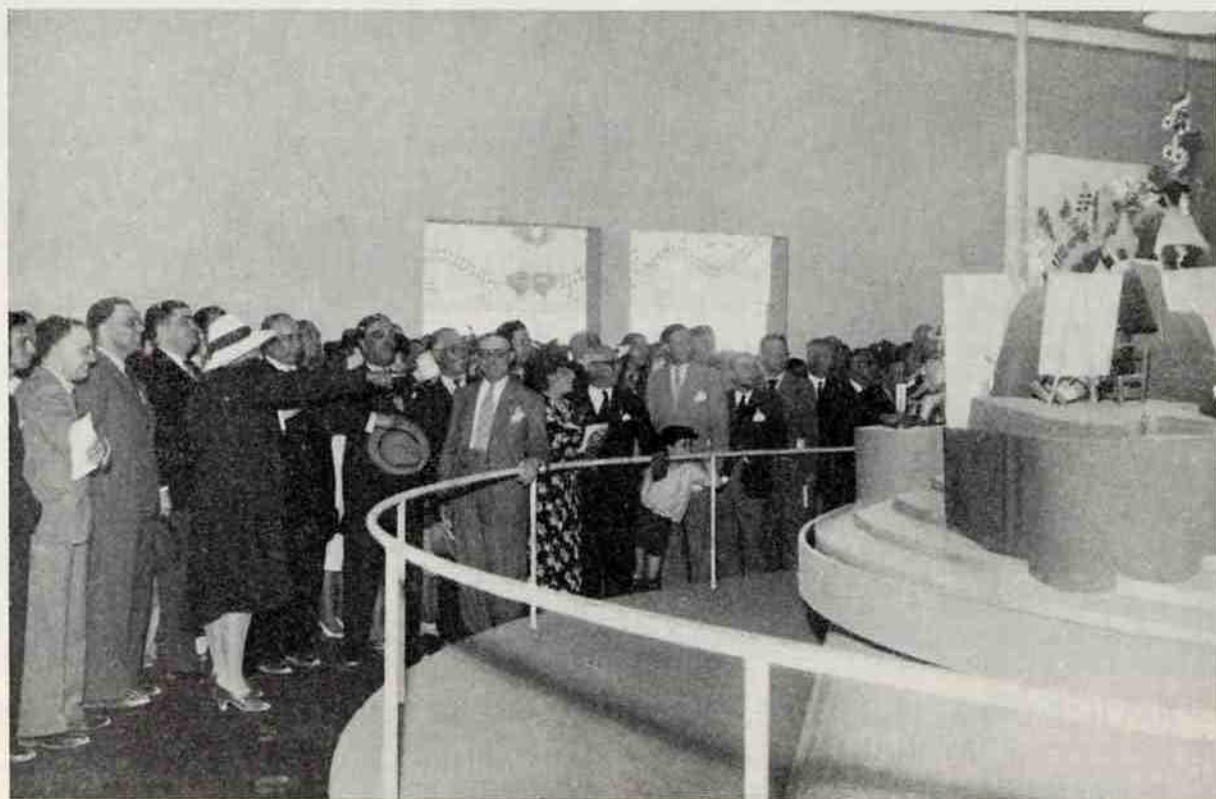
Homenagem a todos os colaboradores de Telmo e Sá e Melo — directores de pavilhões, architectos, engenheiros, escultores, pintores, historiadores, todos, enfim, que deram o melhor do seu esforço para servir o pensamento de Salazar.

Homenagem ao Município de Lisboa pela sua valiosíssima colaboração, sem a qual a Exposição não teria sido possível.

Homenagem a todos os operários da Exposição que não se pouparam a nenhum sacrificio para converter em realidade o sonho dos seus chefes. Todos fizeram com que se cumprisse a palavra de Salazar. A todos o Governo agradece. A todos o país agradecerá.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

A Exposição do Mundo Português, inaugurada solenemente no dia 23 de Junho, ergue-se, nuns terrenos marginais do Tejo, entre a estátua de Afonso de Albuquerque — o fundador do nosso império do Oriente — e a famosa Torre de Belém, do mais puro estilo manuelino, de que foi architecto Francisco de Arruda.



INAUGURAÇÃO OFICIAL DO CENTRO REGIONAL, NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

Entre estes dois padrões da epopeia das Descobertas, e tendo por cenário majestoso o mosteiro dos Jerónimos — construído por D. Manuel I após a descoberta do caminho marítimo para a Índia — desenvolve-se, em 450.000 m², o grandioso certame, cuja construção demorou pouco mais de um ano, estando a direcção dos trabalhos confiada ao engenheiro Sá e Melo e ao architecto Cottineli Telmo.

É seu comissário geral o sr. Dr. Augusto de Castro. Divide-se a Exposição em três

agrupamentos de edifícios, cada um com seu carácter e expressão própria: secção histórica, secção de etnografia metropolitana (Centro regional) e secção de etnografia colonial.

Não se pode dizer que haja um estilo definido; aproveitaram-se, porém, tôdas as sugestões da architectura continental e o pitoresco exótico dalguns territórios do Império, de que há exemplares curiosíssimos, dentro duma larga e ampla renovação, ou melhor, estilização, num gôsto francamente nacionalista.

O local da Exposição não podia ser melhor escolhido. Foi daquele sitio que partiram numerosas armadas para as Descobertas, entre as quais a de Vasco da Gama, o que dá a êste lugar um alto significado de tradição histórica.

A Exposição desenvolve-se, por assim dizer, em dois planos: o primeiro junto ao Tejo, tendo como centro a formosa Praça do Império, com a sua feérica fonte luminosa e ladeada por duas ordens de pavilhões; o segundo em terras mais elevadas, arborizadas de espécies exóticas, onde se construiu a secção colonial. Uma passagem liga as duas partes, seguindo os visitantes um trajecto único, de traçado racional e, tanto quanto possível, directo.

O acesso faz-se pela Porta da Fundação, projecto de Cottineli Telmo, que se recorta em quatro colunas majestosas, nas quais se erguem estátuas de guerreiros medievais. Junto dela o «Pavilhão da Fundação», com o seu aspecto de entrada de castelo roqueiro, fôssô, ponte levadiça segura por pesadas cadeias de ferro, guardas medievais de broquel e morrião, empunhando as lanças de D. Afonso Henriques.

Êste pavilhão é um edificio de linhas severas, célula simbólica da Nacionalidade — primeira pedra do lar de Portugal.

Damos, a seguir, em breve roteiro, uma descrição rápida dos pavilhões e principais monumentos desta grande Exposição do Mundo Português, que é, na sua síntese grandiosa e expressiva, a demonstração viva do génio construtivo de uma Pátria oito vezes secular, senhora de uma História gloriosa e incomparável.

PAVILHÃO DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
LUIZ PASTOR DE MACEDO
ARQUITECTO: RAUL RODRIGUES DE LIMA

ÁTRIO: — De um e de outro lado, reprodução de petróglifos da época pré-romana e estátuas de guerreiros.

SALA DE D. AFONSO HENRIQUES: — Ao fundo, a estátua do Rei Fundador. Expõe-se a espada do primeiro Soberano e a reprodução da pia baptismal, onde, segundo a tradição, foi baptisado o mesmo Monarca. A decoração das paredes apresenta as árvores geneológicas da ascendência e descendência de D. Afonso Henriques.

PASSAGEM: — O busto do primeiro Rei, que se supõe ser do século XII.

GALERIA: — Estátua do Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e de Gualdim Pais. Túmulo de Egas Moniz.

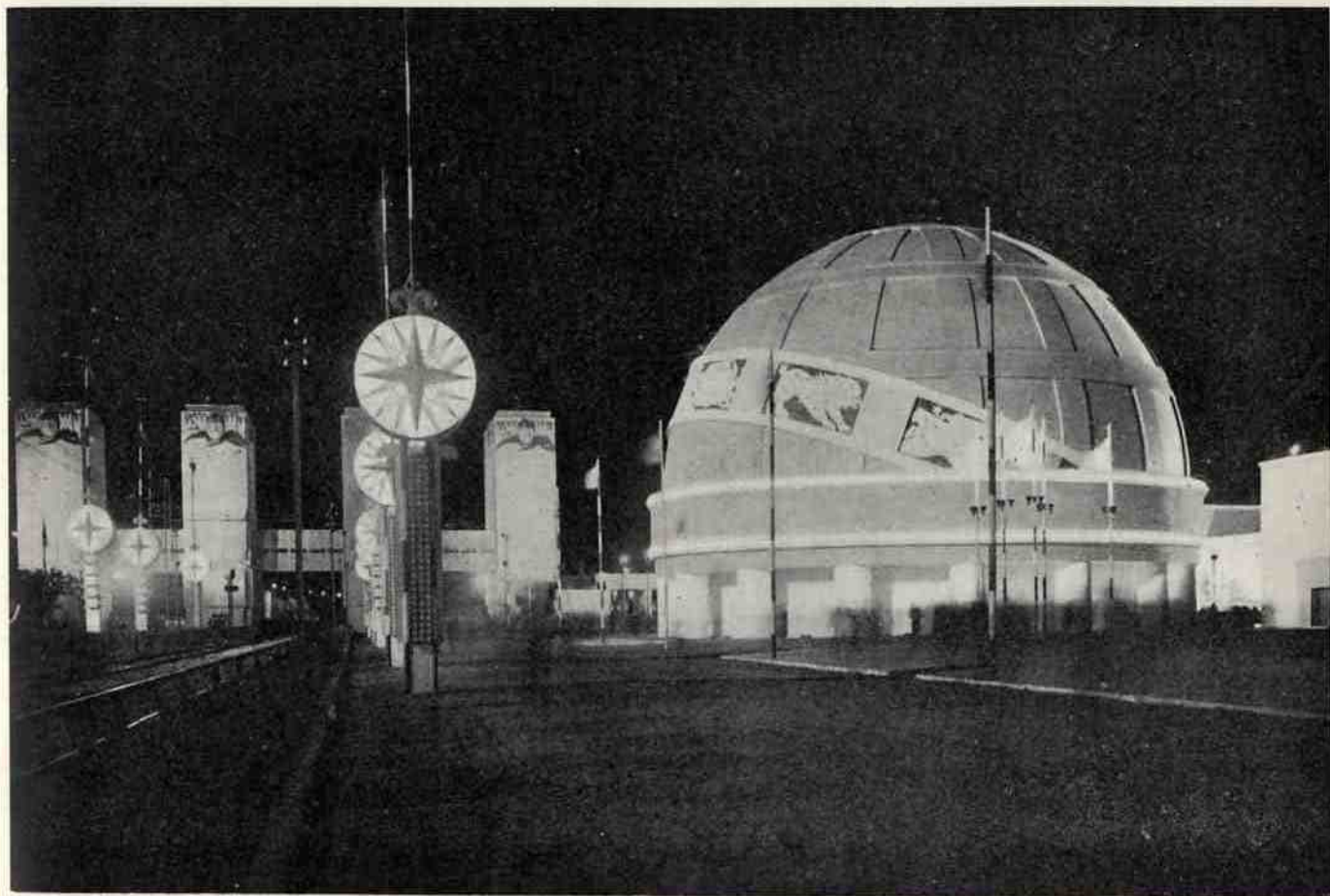
SALA DE DOCUMENTOS: — Estátuas de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, e de Geraldo, o *Sem Pavor*. Numa das faces da divisória, ao centro da sala, o documento em que, provavelmente pela primeira vez, se deu o título de Rei a D. Afonso Henriques (Março de 1139) e bula do Papa Alexandre III «Manifestis Probatum» (23 de Maio de 1179) em que a Santa Sé reconhece como Soberano o Fundador. Documentos do período da Fundação, entre os quais o foral de Guimarães e o testamento do primeiro Rei.

PASSAGEM: — Nas paredes motivos de iluminuras da época.

SALA DOS CASTELÓS: — Ao centro, miniatura do Castelo de Guimarães.

SALA DAS BATALHAS: — Ao centro, uma celada do século XII; ao fundo um composição, em vulto, da morte de Martim Moniz. Alegorias de fei-

as fases da formação de Portugal. Noutra parede, a miniatura da Casa Municipal de Bragança, a mais antiga sede concelhia. Reprodução do foral de Constantim de Panoia (1096), o mais antigo que se conhece.



ESFERA DOS DESCOBRIMENTOS E PORTA DA FUNDAÇÃO

tos de armas da Independência sobre motivos de iluminuras do tempo.

PASSAGEM: — Nas paredes, motivos de iluminuras da época.

PAVILHÃO DA FORMAÇÃO E CONQUISTA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
LUIZ PASTOR DE MACEDO

ARQUITECTO: RAUL RODRIGUES DE LIMA

ÁTRIO — Alusão às ordens militares.

SALA DO MAPA: — Um mapa luminoso mostra

SALA DA FORMAÇÃO E POVOAMENTO: — Ao centro, a Cruz de Oiro de D. Sancho. No nicho, a reprodução do estandarte de Miramolim, tomado na Batalha de Navas de Tolosa.

Nas paredes: alusões pictóricas à Conquista do Algarve, às Córtes de Leiria (1254) e baixos-relêvos, sobre iluminuras do Missal de Lorvão, referentes ao povoamento do Reino.

SALA DE D. DENIZ: — Documentário escultórico e pictórico da obra cultural, económica e política do Rei Lavrador.

SALA DOS DOCUMENTOS: — Nas vitrinas, expõem-se alguns dos mais importantes documentos deste período e peças de ourivesaria que foram da Rainha Santa Isabel.

SALA DA RAÍNHA SANTA ISABEL: — Reprodução do túmulo de Santa Isabel, em baixo-relêvo, alusivo à sua acção caritativa e à sua intervenção em Alvalade.

PASSAGEM: — Retrato da Rainha Santa, reproduzido de uma tábua do século XIV.

SALA DE D. AFONSO IV, D. PEDRO E D. FERNANDO: — Ao fundo, estatueta de um cavaleiro do século XIV. Num baixo-relêvo, evocação da batalha. Documentário das grandes leis económicas e de protecção à marinha e definição da Aliança luso-britânica.

PAVILHÃO DA INDEPENDÊNCIA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
LUIZ PASTOR DE MACEDO

ARQUITECTO: RAUL RODRIGUES DE LIMA

ÁTRIO: — Baixo-relêvo consagrado a Nun'Alvares, como símbolo do Génio da Independência. Expõem-se a espada do Santo Condestável e, na parede, o seu brazão de armas.

SALA DE D. JOAO I: — Expõe-se o elmo e a espada do Mestre de Avis. Pinturas reproduzindo a coroação do mesmo Soberano e o seu casamento com D. Filipa de Lencastre. Num painel, a recordação da descendência do Rei de Boa memória, e noutra S. Jorge, padroeiro do Reino.

Por detrás da estátua do Monarca, as suas armas e, fronteiro àquele, num painel, João das Regras. Noutros quadros, alegorias à «Casa dos Vinte e Quatro» e às batalhas de Aljubarrota, Atoleiros, Valverde e Trancoso.

SALA DE ALJUBARROTA: — Circundando a sala, baixo-relêvo que evoca a batalha.

SALA DO TÚMULO: — Reprodução do túmulo do Mestre de Avis e de D. Filipa de Lencastre existente no Mosteiro da Batalha. Nas paredes, brazões e divisas dos Infantes da *Inclita Geração*.

PASSAGEM: — O altar que, segundo a tradição, foi abandonado em Aljubarrota pelo Rei de Castela.

PASSAGEM: — No nicho, a imagem de Nossa Senhora da Conceição que acompanhou D. Sancho Manuel na batalha dos Montes Claros. Na parede, retrato de D. António Prior do Crato.

SALA 1640: — Representação, em relêvo, de uma reunião dos conspiradores no palácio de D. Antão de Almada, no Rossio.

SALA DE D. FILIPA DE VILHENA: — Representação, em vulto, da histórica cena da madrugada do 1.º de Dezembro.

PASSAGEM: — Nas vitrinas reprodução de alguns documentos relativos à época da Restauração. Nas paredes, retratos dos principais vultos desse movimento.

SALA DE D. JOAO IV: — Dominando, a estátua do Soberano. Nas paredes, retratos das Rainhas D. Luísa de Gusmão e D. Catarina de Bragança; reprodução do brazão de armas do Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, regente do Reino, após o 1.º de Dezembro; painéis representando a descen-

dência do Restaurador, as guerras da Aclamação no Continente, África e Brasil e mapa da acção diplomática do mesmo Rei. Espadins que foram pertença de D. Teodósio.

SALA DA GUERRA PENINSULAR: — Expõem-se a mesa e o tinteiro, objectos utilizados em Sintra para a assinatura da Convenção (1808) e a reprodução, em miniatura, das Linhas de Torres Vedras. Nas vitrinas, documentos coevos. Nas paredes, painéis sobre motivos militares da época e, em volta da sala, armas e bandeiras desse tempo.

PAVILHÃO DOS DESCOBRIMENTOS

DIRECTOR HISTÓRICO: COMANDANTE QUIRINO
DA FONSECA

ARQUIT.-CHEFE DIRECTOR E AUTOR DO PLANO
GERAL DAS DECORAÇÕES: COTINELLI TELMO

AUTOR DO PROJECTO: ARQUITECTO PARDAL
MONTEIRO

I SALA: — Síntese da concepção antiga do Atlântico. Na parede fronteira à entrada, representação das sereias, monstros marinhos e todos os lendários inimigos dos navegadores do mar alto Planisférios anteriores aos Descobrimentos.

II SALA: — Sugestão do que seria a *aventura* da navegação em frágeis meios de transporte marítimo.

III SALA: — Do *Infante D. Henrique*, que rodeado dos seus *criados* aparece no baixo-relêvo da parede de honra. Os Descobrimentos da época Henriquina representados no mapa onde sobressai a figura de Gil Eanes. O episódio das *rosas de Santa Maria*, da crónica de Azurara, é o principal elemento decorativo. Fixam-se as datas dos Descobrimentos e os nomes dos seus descobridores. Modelo de caravela latina.

IV SALA: — Salienta documentalmente o impulso dado à marinha por D. Afonso V. Expõe-se um mapa ilustrado por um friso de navegadores deste reinado e, noutra parede, vários tipos de barcos de navegação de longo curso. Documentos.

V SALA: — A figura central é D. João II. A viagem de Bartolomeu Dias serve de tema à decoração de uma das paredes e, nas outras, fixam-se os Descobrimentos de Diogo Cão. Salienta-se o valor do Tratado de Tordesilhas. Documentos.

VI SALA: — O triunfo real dos Descobrimentos. Num grupo escultórico Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral oferecem, simbolicamente, ao rei D. Manuel, os países que atingiram. Decorações documentais da transformação de Lisboa no maior empório comercial da Europa. Na parede fronteira, visiona-se a embaixada régia portuguesa ao Papa. Documentos vários.

VII SALA: — Os modelos de Galeão e Nau constituem o centro deste salão, onde se valoriza a viagem circumnavegação de Fernão de Magalhães.

VIII SALA: — Instrumentos de navegação.

IX SALA: — Evocação do génio de Camões. Os

Lusíadas. Rodeiam o épico os cientistas, cartógrafos e cronistas representados pelas suas obras.

ESFERA DOS DESCOBRIMENTOS: — À saída do Pavilhão — no interior, num grande globo giratório, estão inscritas as derrotas das navegações portuguesas.

PAVILHÃO DA COLONIZAÇÃO

DIRECTOR: JÚLIO CAYOLA

ARQUITECTO: CARLOS RAMOS

No lado exterior do Pavilhão, sobre as portas da entrada, dois baixos-relêvos representando, respectivamente, a Fé o Império.

SALA DOS ANTECEDENTES: — Seis mapas ilustrados horizontais, divididos em dois grupos, enunciam as razões históricas que impeliram os portugueses à sua expansão no Mundo: 1.º — o aspecto económico do mundo, em relação à Europa, no século XV, marcando a proeminência da hegemonia comercial no Mediterrâneo; 2.º — Portugal na Idade-Média, salientando a ocupação do litoral português e o desenvolvimento das comunicações internacionais por via marítima; 3.º — o propósito de se estabelecer uma nova rota marítima para o Oriente. A situação do comércio marítimo no Mediterrâneo, ameaçado pelo poder muçulmano; 4.º — a obra e acção do Infante D. Henrique. Instituição da ciência náutica em Portugal; 5.º — o plano do Infante: fixação dos portugueses em Marrocos e a circumnavegação da África ocidental; 6.º — a expansão marítima portuguesa no Atlântico.

SALA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO COLONIZADOR: — De um lado e do outro das portas de acesso, quatro baixo-relêvos subordinados aos seguintes motivos: a fundação do Castelo da Mina; Lisboa, metrópole do novo estado Marítimo e Colonizador; a chegada dos portugueses ao Congo; a actividade informativa dos portugueses; Pero da Covilhã e Afonso de Paiva em demanda do Prestes João. Nas paredes laterais à esquerda e à direita, dois medalhões alegóricos, alusivos à instituição das capitánias; à doação do espiritual da Ilha da Madeira; ao povoamento e colonização da Ilha da Madeira; à fundação da Companhia de Lagos; ao comércio de resgate; às feitorias; a D. João II, fundador do sistema de feitorias; à actividade marítima; à Casa da Guiné; à feitoria da Flandres. Legendas explicativas sobre a organização do Estado colonizador.

SALA DA AFRICA: — À direita e à esquerda da sala, dois quadros representando, respectivamente, as grandes explorações económicas do ocidente africano, no século XV, pelos portugueses; o ouro, o escravo, as especiarias; alusão às riquezas e à influência que trouxe à Europa a exploração do continente africano pelos portugueses.

Nas paredes, sobrepostas, um baixo-relêvo intitulado «Africa» e um painel inspirado no motivo «Africa Nostra». Vitrinas com mapas ilustrados.

SALA DO ORIENTE: — Na parede principal, a reprodução da tapeçaria de Viena (coleção das tapeçarias de D. João de Castro) com a seguinte le-

genda: «D. João de Castro entrando triunfalmente em Goa, no dia 22 de Abril de 1547».

Nas paredes, quatro mapas referentes à fundação do Estado da Índia (Império de Albuquerque); à expansão e ocupação portuguesa no Oriente: à Arábia; à Índia e gólfio Pérsico.

Biombo decorativo sobre a expansão portuguesa no Oriente e Extremo Oriente. Vitrinas com mapas ilustrados.

Ao fundo, o Relicário do Oriente. Ladeando a porta de acesso, telas decorativas. No interior painéis alusivos à chegada de Vasco da Gama a Calicut; a D. Fernando de Almeida na batalha dos Rumes; à tomada de Ormuz por Afonso de Albuquerque; à conquista de Malaca; a D. João de Castro, vencedor de Diu.

Na parede fronteira às dos painéis, reproduções picturais da Tavoia da Aguada do Xequé; de Lopes Soares de Albergaria e de Diogo Lopes Sequira. Vitrinas com documentos.

POLÍTICA DE LIMITES: — Ao fundo, o mapa com o meridiano ajustado, em Tordesilhas, entre D. João II e os Reis Católicos, que repartem entre Portugal e Castela as terras descobertas e por descobrir. Ladeando o mapa as figuras de Alexandre VI; de D. João II; dos Reis Católicos e do ilustre Duarte Pacheco Pereira, um dos signatários do tratado de Tordesilhas. À direita, três mapas denominados: Antes da conferência de Berlim; Após a Conferência de Berlim; Mapa Cór de Rosa. À esquerda cinco mapas: Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Timor. No interior do vão da sala: modelos de uniformes militares coloniais: *maquete* alegórica do feito de Chaimite: na parte superior da respectiva parede: episódio das guerras angolanas, pintura, século XVII. Ao centro: gráficos horizontais historiando a ocupação militar no século XIX, de Guiné, Angola, Moçambique, Índia e Timor.

PASSAGEM: — Na parede: mapas relativos à penetração e povoamento.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA: — 1.ª Secção: *Árvore* alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até ao século XVII. Nas paredes: gráficos construídos: 1.º — Muata Cazembe; 2.º — Recepção dos portugueses na Côte do Congo.

Ao centro, vitrinas com documentos.

2.ª Secção. Ao fundo: baixo-relêvo em que se lê um trecho da carta escrita pelo rei D. Sebastião, em 12 de Março de 1568, ao vice-rei da Índia, D. Luiz de Ataíde. Nas paredes laterais da Secção, dois trípticos, tendo cada um por motivo três momentos culminantes da obra administrativa realizada. À direita: 1.º (ocupação e colonização das ilhas); os primeiros capitães donatários iniciam a obra de colonização; evocação da corte de D. António, prior do Crato, nos Açores, em 1582; criação da Companhia de Cabo Verde e Cacheu, no fim do século XVII; 2.º (criação e colonização do Império do Oriente): Afonso de Albuquerque como Administrador do Estado da Índia; D. João de Castro entra em Goa após a vitória de Diu; o Governador Ferreira do Amaral recupera Macau em 1846, dando-lhe o aspecto de colónia e suprimindo as alfândegas chinesas. À esquerda: 1.º (ocupação e Colonização de Angola); Paulo Dias de Novais, fundando a cidade de S. Paulo

de Luanda, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (século XVIII), grande organizador da colónia, fundador de Oeiras, onde estabelece a primeira fábrica de ferro; Artur de Paiva numa cena de organização colonial dos planaltos. 2.º (ocupação e colonização de Moçambique): Francisco Barreto, primeiro governador dos Rios de Cuama; Mousinho de Albuquerque como Comissário Régio e a sua obra na pacificação do interior: Visita de Sua Ex.ª o Presidente da República, General Carmona, à cidade de Lourenço Marques.

3.ª Secção. Ao fundo, árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até aos nossos dias.

Nas paredes: gráficos construídos: 1.º — organização duma feitoria; 2.º — abertura duma estrada.

Ao centro, vitrinas com documentos. Na parede fronteira às secções da sala, vê-se o mapa da Flora e da Fauna na História da Colonização Portuguesa e o Quadro de Honra dos naturalistas portugueses e estrangeiros ao serviço da expansão científica do Ultramar Português.

PASSAGEM: — Viagens de carácter científico (mapas).

POLÍTICA INDÍGENA: — Ao fundo: baixo-relêvo evocando três momentos fundamentais: 1.º — Oriente: (Entrega do foral de Afonso Mexis, 1526); 2.º — África: (A conversão do rei do Congo); 3.º — Brasil: (A corporação dos elementos raciais na expulsão dos holandeses). Nas paredes, — tábuas sumárias da política indígena desde os primeiros contactos até à actualidade. Vitrinas com documentos.

A FÉ E O IMPÉRIO: — À entrada, na parede, uma pintura evocativa do martírio do Beato João de Brito. Nas paredes laterais, painéis tendo por assunto: A esquerda — Sentido universalista do Apostolado português: Batismo; Instrução; Assistência. À direita: O Apostolado português em África; na Ásia; na Oceania; na América. Ao fundo da parede central, sobre o tímpano, pintura mural inspirada numa passagem da Vida Cristi; No transepto: triplicado seccionado nos seguintes motivos: Serviço de Deus; A ordem de Cristo; Acção missionária. Na parede fronteira: mapa da expansão portuguesa da Fé. Vitrinas com documentos.

PANORAMA ACTUAL DA ACÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: — Nas paredes, fotomontagens mostrando a acção política e administrativa de Portugal no Império ultramarino, vendo-se ao centro da sala um tabuleiro com construções relativas aos aspectos mais importantes da colonização portuguesa, como transportes, vias de comunicação e transmissão, portos e navegação, instrução, assistência, missões; comércio, agricultura. Nas paredes legendas dos srs. Presidente do Conselho, dr. Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias, e dr. Armindo Monteiro, antigo ministro das Colónias.

SÍNTESE: — A expressão desta sala é dada por dois trípticos laterais. I — Simbolização do espírito moral que precedeu os descobrimentos e da obra de expansão e colonização que nêles se originam) 1.ª tábua — O anjo acolhe os Cavaleiros de Cristo (Inspiração dum auto de Gil Vicente); 2.ª — os anjos mostrando ao Infante o mundo e o mar navegável, as terras a povoar e a conquistar; 3.ª — Sentido

cristão e universalista da Colonização portuguesa. II — (Criação espiritual duma nova civilização humana e começo de uma nova era de conhecimento baseado na experiência); 1.ª tábua — O espírito científico, conhecimento do mundo e das coisas, vendo-se nesta tábua Garcia da Orta e o dr. Ruano, personagens dos *Colóquios dos Simples*; 2.ª — A origem da civilização oceânica pela interpenetração dos continentes; 3.ª — Uma literatura que, na sua fase correspondente aos poemas homéricos para a Grécia, deu ao mundo o seu maior poema épico dos tempos modernos: — Os *Lusíadas*. Ao centro da sala, um livro aberto em cujas páginas está desenhado um planisfério. Na parte ocidental dêste, vê-se a Europa de mínima extensão ameaçada pela subversão dos povos muçulmanos, e a acção de Portugal derivando o perigo comum. No hemisfério oposto mostra-se que pela expansão dos povos do Ocidente europeu, devido aos descobrimentos dos portugueses, se formou um novo centro de civilização, — o atlântico.

PAVILHÃO DO BRASIL

DIRECÇÃO COORDENADORA DO DR. AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR

PLANO ARQUITECTÓNICO DOS INTERIORES: ARQUITECTO ROBERTO LACOMBE

ARQUITECTO-ADJUNTO: FLAVIO BARBOSA

PROJECTO DO PAVILHÃO — ARQUITECTO RAÚL LINO

ENTRADA: — Na galeria que da escada principal leva ao salão de conferências, encontram-se colecções de produtos do solo brasileiro. Painéis, com notas explicativas e estatísticas, completam o mostruário.

Na escadaria, mapas geográficos documentam aspectos económicos, históricos e turísticos do Brasil.

SALA DO LIVRO: — Com gabinete de leitura anexo, dá a síntese da cultura e da actividade editorial brasileira.

SALA DE FOMENTO E INDÚSTRIA: — Representação das obras públicas, vias de comunicação, fabrico de material bélico e Imprensa.

SALA DE AERONAUTICA: — Documentário da navegação aérea de todas as actividades afins. Homenagem aos pioneiros Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Santos Dumont.

SALA DO RIO DE JANEIRO: — Um diorama da cidade mostra os aspectos monumentais da capital do Brasil. Exibe-se o documentário da técnica do saneamento, higiene e da soroterapia. A figura de Oswaldo da Cruz, saneador do Rio de Janeiro, é a homenagem ao trabalho dos sábios brasileiros.

SALA ETNOGRÁFICA: — Completa os mostruários a secção de etnografia do selvagem brasileiro, apresentada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro.

SALA DE HONRA: — Exposição de arte brasileira contemporânea.

Todos os pisos são revestidos de tacos de ma-

deira, ladrilhos cerâmicos e borracha, vindos do Brasil.

CASA DE SANTO ANTÓNIO

PLANO E CONCEPÇÃO DE GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

ARQUITECTO: VASCO MORAIS PALMEIRO (REGALEIRA)

Não sendo a figuração exacta da pousada onde nasceu Santo António, é a evocação da casa medieval de Lisboa.

A entrada, num nicho, a imagem da Virgem Maria, e junto a candeia votiva; ao lado da escada exterior, atrás de grade forjada, a *Cruz do Milagre*, tal qual está na escada da torre da Sé. A porta românica abre para a primeira quadra, com tecto abobadado de aresta, chaminé trecentista, tocheiro de ferro, armário ferrejado, trasfogueiro e espêto junto do forninho de argila. Depois de um arco de alvenaria, na segunda quadra, também lageada, pendente da parede a cruz de cobre. Em frente, do arquibanco onde o Menino Jesus surgiu entre os pergaminhos, ajoelha o Santo. Castiçal e a caveira da meditação junto dos livros devotos. A esquerda, o catre, a arca ferrejada e um escano.

Por outro arco, passa-se para a Sala-Museu onde, no tecto apainelado, se pinta a cronologia agiográfica de Fernando Martins de Bulhões (1195 a 1231). Sobre a sanca, em oito tabelas, corre o hino trecentista em honra de Santo António. Nas paredes, reproduções pictóricas das tábuas de Frei Carlos, Gregório Lopes, Francisco Henriques e mestre de Ancede, figurando o taumaturgo.

Na segunda sala, no apainelado do tecto, motivos lendários populares.

No patim inferior da nova escada, uma imagem do Santo, escultura do século XIV.

Passado o alpendre de telha vã, o pátio ajardinado, onde se vê a fonte medieval com as velhas vasilhas de barro, enfileiradas próximo da bica. Um banco de pedra e na parede da torre visinha um fresco onde se reproduzem as figuras de Santo António e S. Francisco de Assis, como as pintou Martini, no início do século XVI.

BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL

DIRECÇÃO DE JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

PLANO DE GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

ARQUITECTO: VASCO DE MORAIS PALMEIRO (REGALEIRA)

SÍNTESE DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS PORTUGUESAS EM AMBIENTE ARQUITECTÓNICO ANTIGO

PAVILHÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS: — Colaboração das Associações Comerciais de Lisboa e Pôrto e das Associações Industriais Portuguesa e Portuense. E o centro de

irradiação do «Bairro». Sala da História Económica de Portugal e salas de recepção e conferências, pósto de propagação e informação.

PAVILHÃO DE LISBOA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE NORBERTO DE ARAUJO

ARQUITECTO: LUIZ CRISTINO DA SILVA

VESTÍBULO: — Nas paredes laterais, dois painéis de azulejo recortado, representando figuras típicas lisboetas do século XVIII.

No lado poente, encontra-se a *Grade da Sé* que durante quatro séculos serviu de porta a uma das capelas da ábside da mesma catedral. Na sobreporta, uma *alegoria a Lisboa*, inspirada num desenho de Francisco Holanda.

PÁTIO EXTERIOR: — Abre por arcadas, enfeitado de alegretes no feitio lisboeta do século XVIII. As paredes do fundo representam casaria de Lisboa velha, síntese da casa popular, do solar fidalgo, do cunhal palaciano, da igreja paroquial ou da ermida — em planos sobrepostos, o que permite visionar a capital seiscentista. Reproduzem-se as *tendas* ou *basares* coevos do tipo dos da Ribeira Velha. Ao centro do Pátio o autêntico *Cruzeiro de S. Lázaro*.

SALA DE S. VICENTE: — O tecto, inspirado no da «Sala das Pégas», tem pintado os corvos e as naus, elementos do braço de Lisboa.

Ao centro, ergue-se a estátua de S. Vicente, conforme a iconografia tradicional.

Nos ângulos da sala, quatro painéis representando episódios da transladação do corpo de S. Vicente do promontório de Sagres para Lisboa.

SALA DE HONRA: — Num cofre, o *Foral de Lisboa* (1179) doado por D. Afonso Henriques.

Na parede sul, iluminura decorativa de reminiscência pictural do século XII, e legendas reproduzidas da abertura e fecho daquele documento.

A parede do poente é preenchida por um tríptico de cenas da tomada de Lisboa.

Na parede fronteira, reproduz-se o cerco a Lisboa, em 1384.

Na parede norte, reprodução ampliada da iluminura da «Crónica de D. João I», visão de Lisboa quinhentista.

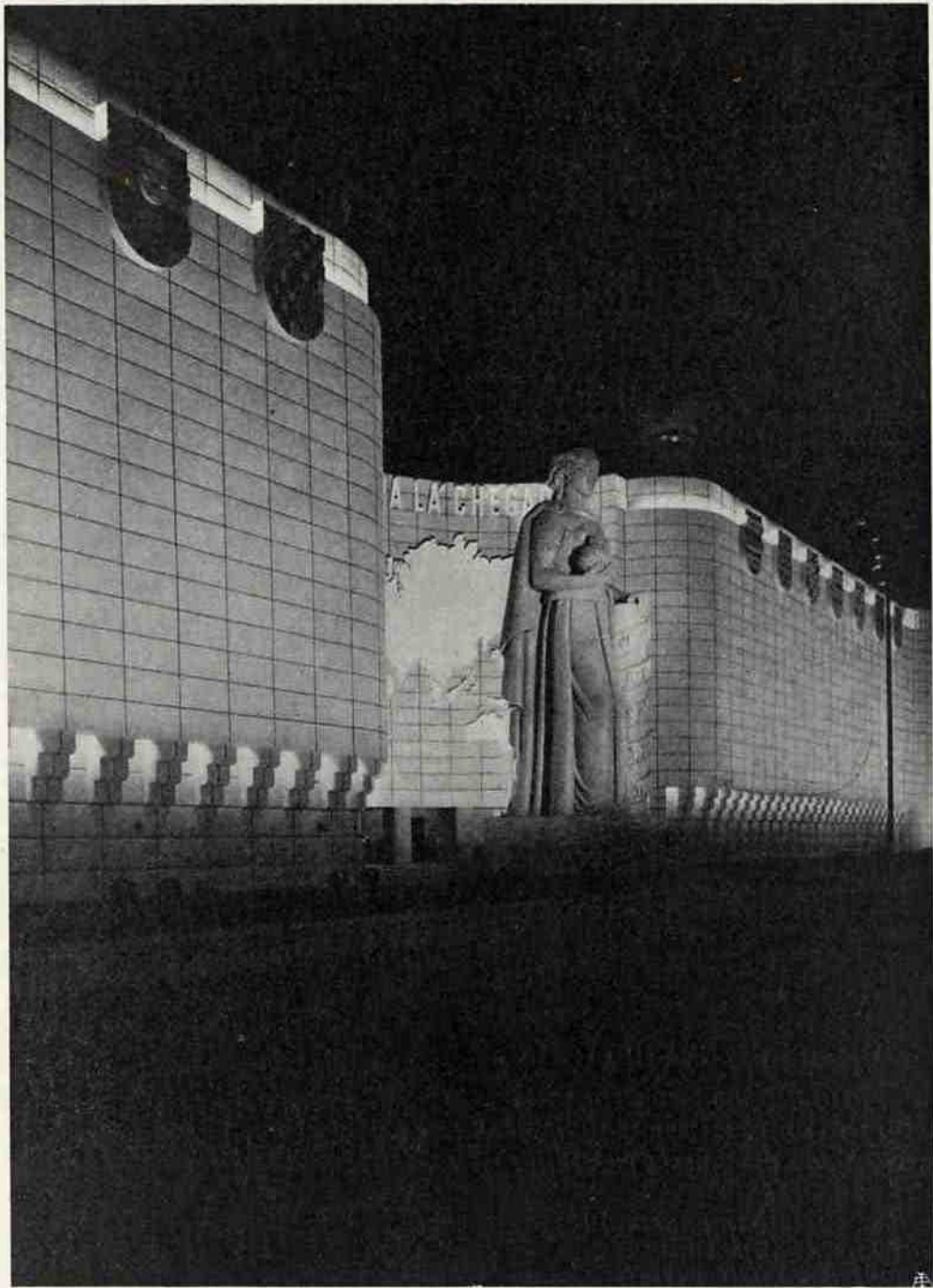
As nervuras que acompanham o desenvolvimento do tecto abobadado, têm, na base, baixo-relêvos representando a Alcáçova Régia, a Sé, S. Vicente de Fora e uma porta da Cêrca Moura. O fecho da abóbada é a reprodução dum selo de Lisboa, do século XIII.

Ao centro da sala, o *Padrão de Lisboa*, com a nau, elemento fundamental do braço, olissiponense.

SALA DE PITORESCO: — Em onze palcos, pintura cenográfica reproduzindo estampas típicas de Lisboa e locais dos séculos XVII e XIX.

Em vitrinas, exemplares de tipos «alfacinhas» e arte barrista do passado e do presente.

SALA CASTILHO: — De homenagem ao olissipógrafo Visconde Júlio de Castilho. Nas paredes a



*ESTATUA DA SOBERANIA EM FRENTE AO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES
NO MUNDO*



TORRE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

ampliação da *planta de Lisboa*, de George Braunio, e a mais antiga *Vista de Lisboa* (século XVI) reproduzida e ampliada da «Crónica de D. Afonso Henriques» de Duarte Galvão.

Entre outros quadros originais, vê-se o de Miguel Lupi — «O Marquês de Pombal presidindo ao estudo da reedificação de Lisboa» —; a vista da cidade no século XVII (partida de S. Francisco Xavier para a Índia); e a vista do Rossio, no início do século XIX.

Em vitrinas, espécies bibliográficas olissiponenses.

GALERIAS: — Em seqüência, dez painéis de azulejo, desde Ribamar a Xabregas (século XVIII).

Nos seis dioramas em rotunda, mostram-se vistas de Lisboa e do Tejo dos séculos XVI, XVIII e XX.

SALA DO FUTURO: — Visão gráfica de Lisboa, dentro de poucos anos, com projectos, desenhos e plantas.

ÁTRIO DA SAÍDA: — No fundo, painel de azulejo com vista de Lisboa actual e panorâmica do Tejo.

PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

DIRECÇÃO COORDENADORA DE AFONSO
DORNELAS

ARQUITECTO-CHEFE COTTINELLI TELMO

SALA DA EUROPA POLÍTICA: — Na parede fronteira à entrada, a árvore genealógica apresenta os Chefes das Nações Católicas da Europa que descendem de D. Afonso Henriques. Na parede oposta, reproduções de medalhas cunhadas em vários países, referentes a Portugal, e retratos das Princesas portuguesas Rainhas de Estados Europeus.

SALA DA EUROPA RELIGIOSA: — À entrada imagem de Santo António prégando. Quadros reproduzindo o Papa João XXI e os Santos portugueses. Num outro nicho, o prégador sagrado Diogo Afonso de Maga-Ancha.

SALA DA EUROPA MILITAR: — Representação simbólica do auxílio militar dado por Portugal a Nações europeias (do século XII ao século XX). Evocação escultórica da participação dos Portugueses na Grande Guerra e dos *Viriatos* na Guerra de Espanha.

SALA DA CULTURA PORTUGUESA NA EUROPA: — Portugueses que se notabilizaram nas ciências, letras e artes. Alusão às feitorias, como centro de intercâmbio cultural.

SALA DE MARROCOS: — Pinturas alusivas à conquista e ocupação das praças de guerra, inspiradas nas tapeçarias de Pastrana. Estátua de D. Pedro de Menezes, 1.º governador de Ceuta. Baixo-relevo com a disposição panorâmica das fortificações construídas pelos portugueses em Marrocos e a reprodução do «ceitil», primeira moeda europeia destinada a comerciar com os naturais.

SALA DA FÉ E DOS SACRIFÍCIOS DOS PORTUGUESES EM MARROCOS: — Imagens de Santa Maria de África, de Nossa Senhora a Portuguesa Conquistadora.

Representação alusiva ao Infante Santo e a D. Sebastião. Documentos vários.

COSTA MEDITERRANEA DE AFRICA: — No

friso que rodeia a sala, evocação do auxílio português ao Imperador Carlos V e ao exército espanhol sitiado em Oran, dos Grão-Mestres da Ordem de Malta e do Infante português D. Pedro (neto de D. João I) que foi Rei de Chipre.

VIAGEM AÉREA DE GAGO COUTINHO E SACADURA CABRAL AO BRASIL: — AVIAÇÃO. Em dois pequenos recessos, referência ao inventor da «Passarola» (P.º Bartolomeu Gusmão) e às viagens aéreas dos portugueses, evocando-se num ciclorama, o feito de ciência e audácia dos dois portugueses que ligaram Portugal ao Brasil pelo ar.

SALA DA ABISSÍNIA: — A presidir à representação das fortalezas, edifícios e templos ainda hoje existentes na Etiópia, a figura do «Rei dos Reis». Referência à ascendência portuguesa de Victor Manuel III, Rei de Itália e actual Imperador da Abissínia.

SALA DA ÍNDIA: — Dá ambiente local um baixo-relevo do Trimurti do Templo de Elefanta, sobrepujado pela Cruz simbólica da Religião de Cristo. Nas paredes, um friso representando os Grandes da Índia. Referências e peças representativas da acção portuguesa na Índia.

SALA DA CHINA: — No estilo das cerâmicas chinesas, representação da actividade lusa no Celeste Império, simbolizado pelo Dragão que se vê na parede principal.

SALA DO JAPÃO: — As paredes representam um grande biombo de estilo nipónico. Figuram motivos alusivos à civilização ocidental que os portugueses levaram ao Império do Sol Nascente. Estátua à Virgem Maria (japonesa) e outras que representam a influência cultural lusiada no Japão.

GALERIA: — Documentos referentes à acção portuguesa no Império Nipónico.

SALA DA OCEANIA: — Interpretação pictural da actividade lusa.

SALA DAS AMÉRICAS: — No tampo, dois painéis representando a acção dos portugueses nas Américas em geral. A aventura de Aleixo Garcia em busca do ouro; os bandeirantes.

Síntese da História do Brasil colonial.

SALA CAMÕES: — Síntese de todo o pavilhão e de toda a exposição: os deuses dos «Lusíadas» por que Camões substituiu, ao jeito da época, o verdadeiro Deus — suportam o tecto da sala, o Mundo onde se recorta Portugal.

PORTUGAL 1940

CORPO SUL DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

VESTÍBULO: — As estátuas dos Presidentes da República e do Conselho. Nos nichos, frases alusivas aos dois grandes estadistas portugueses.

Passado o vestíbulo, na sala e na parede, à direita, mostradores circulares com dioramas revelando as grandes realizações do Estado Novo, nos sectores do: exército e marinha; comunicações; hidráulica; assistência; estradas; ensino; crédito agrícola; movimento de portos; riquezas (vinho, cortiça, azeite, trigo, etc.).

Na parede da esquerda, bandeiras dos grémios e sindicatos nacionais.

Nas paredes laterais, fotomontagens evocativas das instituições e realizações mais características do Estado Novo.

Na rotunda, ao fundo da sala, seis painéis representativos da constituição política do Estado Novo. Arvore central explicativa desses painéis, com legendas:

Por baixo dos painéis, gráfico representativo da Política Financeira de Portugal, onde figuram, sob o título «Portugal país de boas contas», o equilíbrio financeiro e o sistema bancário português — base da obra de ressurgimento Nacional levado a efeito pelo Estado Novo — e a política de Salazar.

A saída da sala, encontram-se as instalações do Secretariado da Propaganda Nacional na Exposição do Mundo Português, com um pósto de informações e uma dependência dos serviços do referido organismo.

CENTRO REGIONAL

ORGANIZAÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

ALDEIAS PORTUGUESAS

ARQUITECTO: *JORGE SEGURADO*, COM A COLABORAÇÃO DE *SALES VIANA* E *D. TOMÁS DE MELO*

Visão típica do conjunto das terras portuguesas. À entrada, a seguir ao arco, um moinho de velas, onde estão instalados os postos de informação da Comissão de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários.

TRÁS OS MONTES, BEIRA ALTA E BEIRA BAIXA: — Entre as construções de características transmontanas, a *Casa do Passal*; outra de tectos colmados, ladeada pela chamada *Fonte do Mergulho*; e da parte de cima do lago, a *Casa da Noiva*. Na *casa do lavrador*, acumulam-se no pátio alfaías agrícolas. Na taberna fronteira está instalada a atafona. Representação de actividades regionais.

MINHO, DOURO E BEIRA LITORAL: — Entrada no quadro campesino regional pelo *Arco da Bobadela* (época romana). Além de duas casas visitáveis, encontram-se nas suas oficinas um barbeiro, um jogador, um cesteiro, um filigraneiro e uma teceira de colchas atalhados da região coimbrã de Almalaguez.

ALTO E BAIXO ALENTEJO: — Núcleo de edificações, à roda de um pátio, com varanda típica, onde se encontram *carros de canudos*. Lojas de seileiro, correio (com tear para cilhas e atafais) e de oleiros de Niza.

EXTREMADURA E RIBATEJO: — Do aglomerado de aldeias das duas províncias, junto ao *campo da feira*, a característica *estalagem do Senhor Roubado* onde, no interior ou no eirado, se servem pratos regionais. Na parede trazeira do edifício, a narrativa em azulejo do desacato cometido, (Século XVIII) no convento de Odivelas que deu o nome à estalagem.

Capela praticável e loja de ferrador.

ALGARVE: — Aglomerado de casas, construção típica de Olhão, com vivendas açoteadas e coroadas das características chaminés. Em pequenos pátios, vegetação regional. Loja do doceiro, junto ao campo da feira.

AÇORES E MADEIRA: — Do arquipélago açórico, construções de basalto com janelas e soleiras de portas debroadas a cal branca. Representação das casas policromas madeirenses.

CAPELA DE ST.º ANTÓNIO: — Templo, no extremo ocidental das aldeias, em honra do Taumaturgo, patrono dos povoados regionais.

SECÇÃO DA VIDA POPULAR

ARQUITECTOS: *VELOSO REIS* E *JOÃO SIMÕES*, AUTORES DOS PROJECTOS DOS PAVILHÕES

DECORAÇÕES INTERIORES: *FRED KRADOLFER*, *TOMÁS DE MELO*, *BERNARDO MARQUES*, *CARLOS BOTELHO*, *EMÉRICO NUNES*, *JOSÉ ROCHA*, *ESTRELA FARIA*, *PAULO FERREIRA*, *EDUARDO ANAHORY*

Passada a ponte que galga a via férrea — na fachada dos pavilhões — dois baixo-relévos, com cenas da vida campestre. Ligada à sala das pescarias, um farolim e uma série de nichos decorativos e coluna com ornatos inspirados em temas populares. A decoração do jardim interior é de motivos escultóricos inspirados na imaginária popular. No vestíbulo da entrada, do lado oriental, o posto informador.

SALA DO PRÓLOGO: — No centro, espécie de *carroussel* com figuras movimentadas das profissões mais características e pitorescas. Decoração parietal: treze painéis das províncias continentais e ilhas adjacentes. Numa pequena sala, instalação da indústria dos metais nobres (em laboração). Um busto de mulher nortenha ataviada com as mais belas peças de ourivesaria popular.

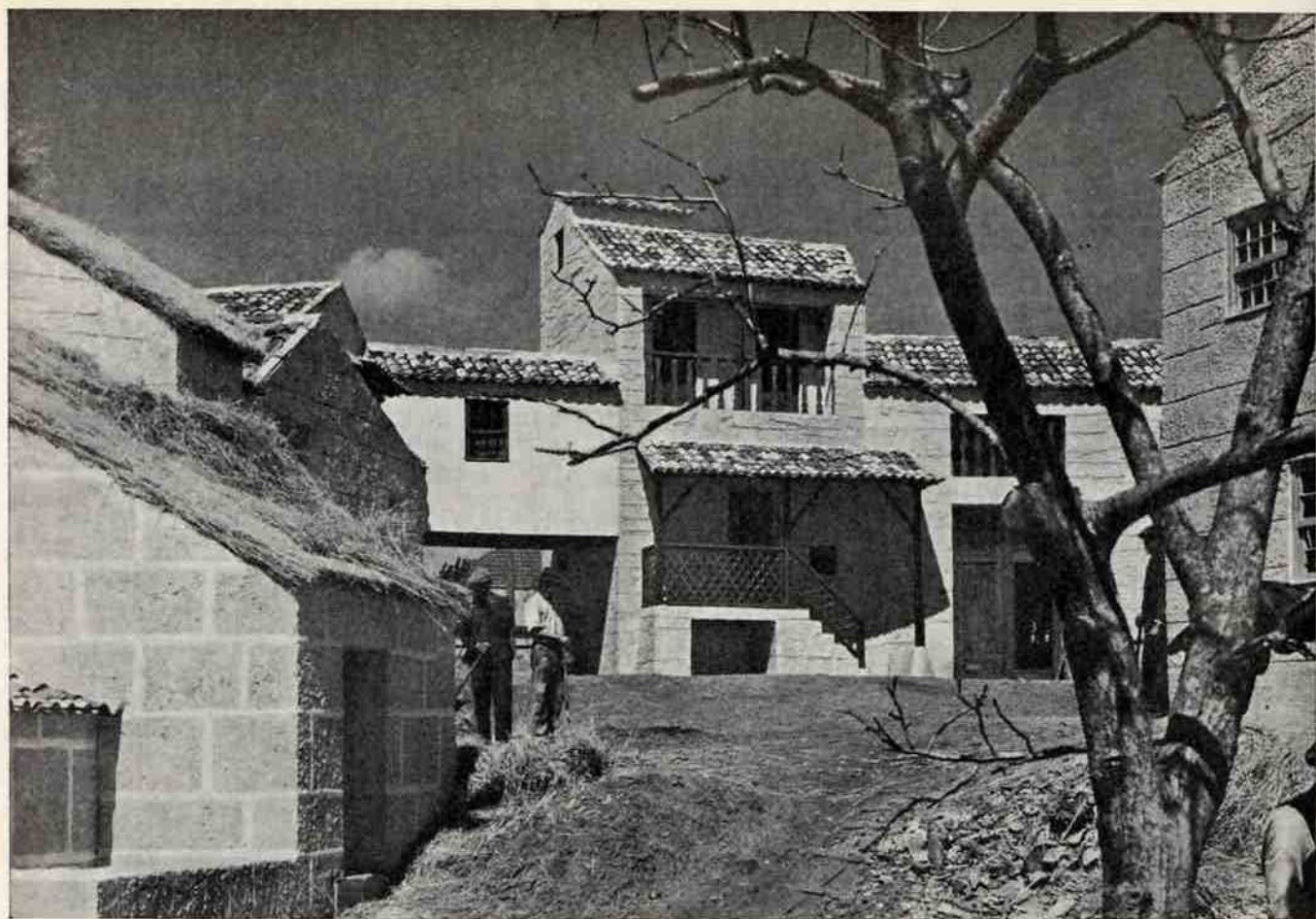
PAVILHÃO DE OURIVESARIA: — Espécie de torre cilíndrica reproduzindo motivos de filigranagem. Exposição de verdadeiras peças de museu em filigrana e chapa batida. A SALA DE INDUSTRIAS MANUAIS: — Em laboração operários de labores em madeira, cortiça, chifre e outras matérias empregadas no fabrico de palitos, facas, garfos e tamancaria.

PAVILHÃO DO MAR E DA TERRA

I — PESCARIAS — Três painéis mostram as siglas ou marcas pessoais do poveirame e numa das paredes os mais variados tipos de embarcações. Decoração feita com alfaías náuticas. Numa rotunda, pescadores trabalhando em rédes. No solo, um gráfico com indicações das zonas piscatórias do País.

II — RENDAS — Grupos de rendilheiras de Vila do Conde, Peniche e da Ilha da Madeira.


III — RELIGIÃO — A procissão típica, de S. Paio da Torreira. Expõe-se verónicas, rosários, registos



BEIRA BAIXA



CENA ALDEA



C E N T R O
R E G I O N A L

(REALIZAÇÃO DO S P N)

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

CRUZEIRO NUMA ALDEIA TRANSMONTANA



CLAUSTRO DO PAVILHÃO DA DOÇARIA



ou estampas de romaria, «ex-votos», quadros votivos, promessas, etc.

IV — SUPERSTIÇÃO — Arquivam-se exemplares em relêvo de animais, plantas e objectos de crença popular. Expõe-se uma enorme sereia modelada em arame de latão.

V — PASTOREIO — Nas paredes, enfeites da vida pastoril.

VI — CAÇA — Decoração esquemática da floresta e pranchetas com modelos de armadilhas.

VII — PIROTECNIA — Três painéis, ampliação dos «registos», lembram os populares Santos de Junho. Redução de várias maquetes de fogos do ar e preso e dêste os «mascatos».

PAVILHÃO DAS ARTES E INDÚSTRIAS

I SALA — Sequência de painéis com representações de trapologia, pelaria, incisos, tatuagem, esgrafitos, gravura, etc. Em escarpates, a luminária do uso profano e religioso. Secção de ferro trabalhado, cobre, lata e latão; trabalhos de madeira: escultura popular do uso doméstico, tais como as vazilhas zoomórficas de Mafra. Exemplares de bonecaria, cestaria, barros de Extremoz, Barcelos, Gaia e Prado. Exposição de maquetas de habitações rústicas e mostruário de fotografias de casario típico.

II SALA — *No corredor paralelo à II sala, de conferências e cinema* — expõe-se o instrumental popular. Na *rotunda do fundo*, a composição alegórica da música do povo.

III SALA — Transportes marítimos com o documentário de diferentes tipos de embarcações. Exposição de manequins da indumentária da gente do mar.

IV SALA — Transportes terrestres com exemplares de carros e de arreios. Figuras de tamanho natural representando: campino ribatejano; um transmontano com *capa de honras*; uma mordoma minhota; e uma mulher bracarense. Figurinos e peças de vestuário regional.

V SALA — Tecelagem. Alegorias parietais às indústrias do linho, da sêda e da lã. Ao centro da quadra trabalham tecedeiras nos seus teares. Demonstração da sirgaria por uma bordadora de Castelo Branco.

VI SALA — Ao centro, oleiros modelando na roda. Nas paredes laterais, montras com as mais variadas peças de cerâmica nacional. Painel decorativo esculpido em tejoieira.

PAVILHÃO DE DOÇARIA E PANIFICAÇÃO: — Numa das paredes, alegoria ao trigo e à sua cultura. Exibição de alfaias da ceifa e do preparo da farinha. Ao fundo, duplo friso ornamental formado pelos taboleiros de Tomar. Numa vitrina, mostruário de bolos regionais. Exemplar dum forno. Mostradores com doces de prato. Reconstituição de uma *roda monástica*, junto da qual raparigas, com hábitos monacais, vendem a tradicional doçaria conventual.

NAU PORTUGAL

PLANO E DIRECÇÃO COORDENADORA DE LEITÃO DE BARROS

PROJECTO DO COMANDANTE QUIRINO DA FONSECA E DO PROF. MARTINS BARATA

CONSTRUTOR: MANUEL MARIA BOLAIS MÓNICA

Reconstituição de um galeão português da carreira da Índia (séculos XVII-XVIII), de 1300 toneladas, construído de madeiras portuguesas e brasileiras.

No interior da nave, em ambiente da época, figuram a Exposição do Ouro, sob auspício do Banco de Portugal, com espécimes numismáticos de setecentos; mostruários do Instituto do Vinho do Pôrto, da Companhia dos Diamantes, da Companhia Colonial de Navegação, etc. Na coberta principal, a *Ala dos Mercadores*; no castelo de proa, o restaurante; nos porões, as adegas de vinhos regionais. No terceiro pavimento, a *Casa da Capitania*.

A nau, navegável mesmo para rotas oceánicas, tem local para motores e é artilhada com 48 peças fundidas, sob os modelos autênticos, na Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata. Talhas de mestre Abrahão de Carvalho.

PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

DA AUTORIA DO ARQUITECTO-CHEFE COTTINELLI TELMO

PARTE ESCULTURAL DO PROF. LEOPOLDO NEVES DE ALMEIDA

É o fecho da Praça do Império sôbre o rio. Evoca a figura do Infante D. Henrique e da pleiade de navegadores, guerreiros, santos, poetas e de todos aqueles que ergueram alto o nome de Portugal. É o grito da Exposição, e uma síntese do nosso passado glorioso. Atinge 50 metros de altura. A sua construção, dado o tempo em que foi feita, representa um milagre de realização.

SECÇÃO COLONIAL

DIRECÇÃO COORDENADORA DE HENRIQUE GALVÃO

ARQUITECTOS: GONCALO DE MELLO BREYNER, VASCO PALMEIRO (REGALEIRA) E ANTÓNIO LINO

DECORADOR-CHEFE: ROBERTO DE ARAÚJO

PAVILHÕES DAS COLÓNIAS: — Em edificios isolados encontram-se os pavilhões de Angola e Moçambique, da Guiné e das Colónias Insulares (S. Tomé, Cabo Verde e Timor).

Em ruas típicas, os pavilhões da Índia e Macau.

Sobre grandes cartas em relêvo, iluminadas, ilustradas e explicadas, abrange-se em síntese, a geografia física, social, política e económica de cada colónia.

PAVILHÕES DE CONSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÕES: — MISSÕES CATÓLICAS — Criação no estilo de construção portuguesa de edificações missionárias a adoptar em Africa. Localizada no meio de povoações indígenas, a missão, dirigida por missionários e missionárias, estará em pleno funcionamento, reconstituindo-se as mais espirituais cenas de colonização portuguesa.

ARQUITECTURA COLONIAL: — O pavilhão é do tipo da casa portuguesa para as zonas planálticas de Angola e Moçambique. No *rés-do-chão*, expõe-se, em maquetas, outros tipos de casa para outras regiões, acompanhadas dos planos respectivos. No *andar superior*, os serviços directivos desta secção.

CAÇA E TURISMO: — O mais completo documentário exibido em Portugal.

ARTE INDÍGENA: — Galerias das melhores e mais representativas obras de arte africana oriental.

Junto a este pavilhão, lavrantes indígenas com as suas ferramentas, realizam trabalhos da sua especialidade.

RUA DE MACAU: — Reconstituição fiel de uma das mais típicas artérias da cidade e pavilhão da Colónia, documentário completo da vida macaense.

RUA DA ÍNDIA: — Composição sugestionada pela arquitectura hindú-portuguesa. Aqui se localiza o pavilhão da Colónia.

MATÉRIAS PRIMAS: — Em vários «stands» expõem-se as mais importantes matérias primas das nossas Colónias, com a colaboração de produtores e comerciantes.

AVENIDA DA ETNOGRAFIA COLONIAL: — Expostas em reproduções escultóricas, as mais características cabeças de raças e tribus do Império Colonial Português baseadas na documentação fotográfica do Instituto de Antropologia do Porto.

ALDEIAS INDÍGENAS: — Reconstituição de aglomerados populacionais, em cenários apropriados, de Cabo Verde, Guiné, S Tomé, Angola, Moçambique e Timor. Por meio de maquetas mostram-se os vários tipos de habitação indígena. Numa residência típica, encontra-se o Rei do Congo, o único soberano reconhecido no Império.

MONUMENTOS: — CONSTRUÇÕES DE UTILIDADES PÚBLICAS — Dois monumentos: à Obra Portuguesa de Colonização no Mundo e à Expansão de Portugal no Mundo.

Em *arquitectura colonial*, encontra-se um restaurante, cervejarias, pavilhões de tabaco, café e chá, (produtos coloniais portugueses), de informação, de livraria, etc.

O *miradoiro* é um grande elefante da Índia.

A Emissora Nacional, no seu pavilhão — «Casa da Meia Hora de Saúde» —, permite que, da Metrópole, os portugueses falem diariamente às suas famílias do Ultramar.

Haverá, entre outras atracções, os transportes coloniais, o aviário colonial, a aldeia dos muleques, etc.

JARDIM DOS POETAS

ARQUITECTO — ANTONIO LINO

Remanso poético onde são evocadas as principais figuras do lirismo português.

Essa evocação é feita em baixo-relêvos e estátuas simbolizando as personagens mais representativas das suas obras.

PARQUE INFANTIL

ARQUITECTO — ANTÓNIO LINO

Para os pequeninos foi construído um Parque cheio de graciosidade onde, além de variada aparelhagem para diversões, estão instalados serviços para *lunchs*, refrescos, etc.

A direcção do Parque é moldada pelo serviço dos Parques Infantis, assegurando assim a guarda e orientação dos folguedos das crianças.

ESPELHO DE ÁGUA

ARQUITECTO — ANTÓNIO LINO

Um enorme espelho de água foi construído entre o Tejo e a Avenida da Índia.

A meio deste espelho está situado um Restaurante e Casa de Chá; dos lados, pavilhões para Cervejaria, Gelados e Café.

Teatro das atracções náuticas, o recinto do Espelho de Água é cheio de beleza e de frescura.

PARQUE DE ATRACÇÕES

ESTUDOS TÉCNICOS — ENG.º MENDES LEAL

ESTUDOS ARTÍSTICOS — ARQUITECTO RAUL DO AMARAL E ANTÓNIO LINO

O acesso ao vasto parque é feito por uma ampla e ajardinada Avenida, de onde irradiam os arruamentos que servem os locais das variadíssimas e modernas atracções instaladas. Restaurante, Bares e outros serviços de utilidade pública, edifícios projectados ou orientados pelos arquitectos oficiais do Parque.





O CHEFE DO ESTADO RECEBE OS CUMPRIMENTOS DO DUQUE DE KENT, NA CERIMÓNIA DE RECEPÇÃO DE CREDENCIAIS DAS EMBAIXADAS EXTRAORDINARIAS E DAS MISSÕES ESPECIAIS, NO PALACIO DA AJUDA

ALOCUÇÃO PROFERIDA POR SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA DE LISBOA, EM 27 DE JUNHO, NA MISSA DE PONTIFICAL CELEBRADA NA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Sagrado é o chão em que estamos.

Há, na terra, alguns lugares que todo o homem culto deve beijar, como os cristãos soíam fazer ao chegar à Terra Santa.

São berços da civilização. Ai pôs Deus alguma coisa do Seu poder criador. Idades da humanidade começaram lá.

Este, onde nos reünimos, é um deles. Aqui rezaram os homens que realizaram a epopeia que abre o mundo moderno, cometendo «feitos nunca feitos» como disse Camões. Daqui partiram, afrontando os terrores do Mar Tenebroso, «por mares nunca dantes navegados», nas cascas de noz de frágeis caravelas assinaladas com a Cruz de Cristo, à descoberta do mundo. Aqui voltaram os que não ficaram sepultados no seio imenso do oceano ou no ventre hostil das terras inhóspitas, depois de terem descoberto as novas terras, e corrido tôdas as estradas do mar, com um império para Portugal «onde o sol nunca se punha», e a terra inteira para a Igreja de Cristo e para o domínio e a exploração do homem.

João de Barros, o historiador dos descobrimentos, chamou à praia do Restelo, aqui junto, donde desamarravam as naus para a emprêsa mais que humana, «praia de lágrimas para os que vão e terra de prazer aos que vêm». Partindo, iam todos ao serviço de Deus e do Rei, na dilatação da Fé e do império, por caminho áspero de glória, mas sabiam bem que muitos iam para a morte; voltando, era a alegria do regresso ao lar, a satisfação dos perigos vencidos, o proveito das honras e bens trabalhosamente adquiridos, a luz da fama conquistada.

Este é um dos lugares de nascimento do mundo moderno. Luiz de Camões cantou em poema imortal esta épica história. Mas o reverso da epopeia é o martirologio português. Os «Lusiadas» não devem ler-se sem a «História trágico-marítima». Para dar ao mundo os novos mundos, Portugal abriu maternamente as veias.

O mundo moderno nasceu assim, na glória e na dor, na esperança e na saúde, na fé e no heroísmo — nasceu daqui.

No lugar onde hoje se eleva este magnífico templo em que nos encontramos, mandou o infante D. Henrique — o iniciador dos Descobrimentos marítimos — edificar a ermida do Restelo, dedicada a Nossa Senhora de Belém, que alguns freires de Tomar assistiam, para o serviço religioso dos homens do mar.

Estes homens, que haviam de abraçar a terra tóda num abraço vitorioso de conquista, triunfando das fôrças da natureza e das fraquezas do coração, precisavam do auxilio divino para empreenderem obra que parecia mais que humana.

Porque o homem nunca é tão forte como quando, ao empreender grandes coisas, sente que tem por si a omnipotência de Deus. Os nossos mareantes, na hora incerta da largada para a pérvida aventura do mar, careciam desta certeza: que o piloto era Deus.

Misteriosa coincidência! Em Belém da Judeia deu a Virgem Maria à luz Aquêle que é a Luz do mundo. É sob a invocação de Nossa Senhora de Belém que o mundo moderno vai nascer também, após a dolorosa e heróica gestação de quási um século de porfiados esforços.

Aquela ermida do Restelo alentou a esperança dos nossos descobridores, esforçou-lhes o valor, santificou-lhes o esforço, consolou-lhes a dor das despedidas, recebeu-lhes os votos, purificou-lhes as consciências, firmou-lhes a confiança.

Era depois de ajoelharem nas suas lajes humildes, e terem comungado o Corpo do Senhor, que êles caminhavam fortes para a glória e para a morte. Dali seguiam processionalmente, ao som das ladainhas que associavam os Santos do Paraíso aos seus trabalhos arriscados, entre as lágrimas saüdosas dos entes queridos que deixavam, para as naus ancoradas na praia, nas quais levaram a terras novas o fermento da civilização cristã.

Vasco da Gama passou nela, em oração fervorosa, com os seus capitães, a vigília do dia em que embarcou, à moda dos cavaleiros medievais. Ciência de navegar, valor de comando, dedicação da vida, podia êle dar; mas o êxito da viagem nunca até então realizada, só Deus o podia dar.

Nela orou também Pedro Alvares Cabral, com a gente da sua frota, «a mais bela e poderosa que até então partira para longe do reino», antes de largar para essa viagem donde saiu, das ocidentais águas atlânticas, numa visão paradisíaca, como a mitológica Vénus da espuma das ondas, o Brasil.

E nela oraram também, com certeza, pois tal era o costume dos mareantes, Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães, ao partirem para as viagens em que aprenderam e experimentaram a portuguesa arte de navegar — antes de se lançarem ao alto mar, partindo agora doutras praias, na direcção do ocidente, ao encontro, um, dum novo mundo, e o outro, dos portugueses que tinham ido por oriente.

É sagrado o chão em que estamos,

Este magnífico Mosteiro de Santa Maria de Belém, que é uma das jóias do património artístico, não digo só de Portugal, mas da humanidade, vale ainda mais pelo que significa.

Erigiu-o a piedade do Rei Venturoso em acção de graças pelo feliz descobrimento da viagem marítima para a Índia.

É o padrão maravilhoso da epopeia portuguesa — que rasgou os limites do mundo, uniu todos os povos da terra através dos caminhos do mar (que antes os separava), fez nascer para a civilização continentes e ilhas novas, desenvolveu o comércio e transformou a economia, levou a Fé de Cristo até aos confins da terra, alargou a inteligência e o saber humanos.

Os «Lusiadas» cantam, em verso inspirado, essa epopeia. Este monumento em que nos achamos canta-o também a seu modo: em pedra.



UM ASPECTO DAS CERIMÓNIAS RELIGIOSAS EM FRENTE DA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Em pedra ricamente lavrada, que atesta, que exprime, que celebra a alegria, a glória, o triunfo, o entusiasmo, a Fé de Portugal, criador de mundos novos, fazedor de história da humanidade.

Este mosteiro votivo é o «Te Deum» permanente da Nação Portuguesa a Deus, que a escolheu para ministro dos seus planos de revelar o mundo aos homens e Deus ao mundo.

A história de Portugal é um capítulo heróico do mundo moderno.

Não pertence só a Portugal; pertence ao mundo todo, ao homem moderno, e a Deus.

Pertence ao mundo todo, emquanto foi em virtude do esforço genial dos portugueses que todo êle nasceu para a história. Já Camões disse que demos novos mundos ao mundo. A civilização humana tomou então carácter mundial. Nações velhas acordaram do sono milenário; e outras novas surgiram, baptizadas pela mão dos missionários. E entre tôdas, é grato ao coração português recordar a formação maravilhosa do Brasil, a grande nação americana, que é já, ao mesmo tempo, esperança e glória do mundo e da Igreja Católica.

Pertence ao homem moderno, emquanto êste alarga o seu espírito, toma posse da terra inteira, transforma a sua economia, desenvolve a ciência humana.

E pertence a Deus, emquanto dilatamos a Cristandade, levando o conhecimento do nome verdadeiro de Deus até às remotas paragens do Japão, onde o sol nasce, e até às selvas virgens do Novo Mundo, onde êle se põe. S. Francisco Xavier no Oriente e Anchieta no Brasil são os expoentes máximos dêste labor apostólico, que espalhou na alma de gentes que «nenhum conhecimento tinham de Deus», como dizia Nóbrega, mais luz do que é capaz de dar a mais alta filosofia humana, e no seu coração rude as sementes da consolação, da esperança e da virtude cristãs, que só a Fé em Cristo sabe produzir.

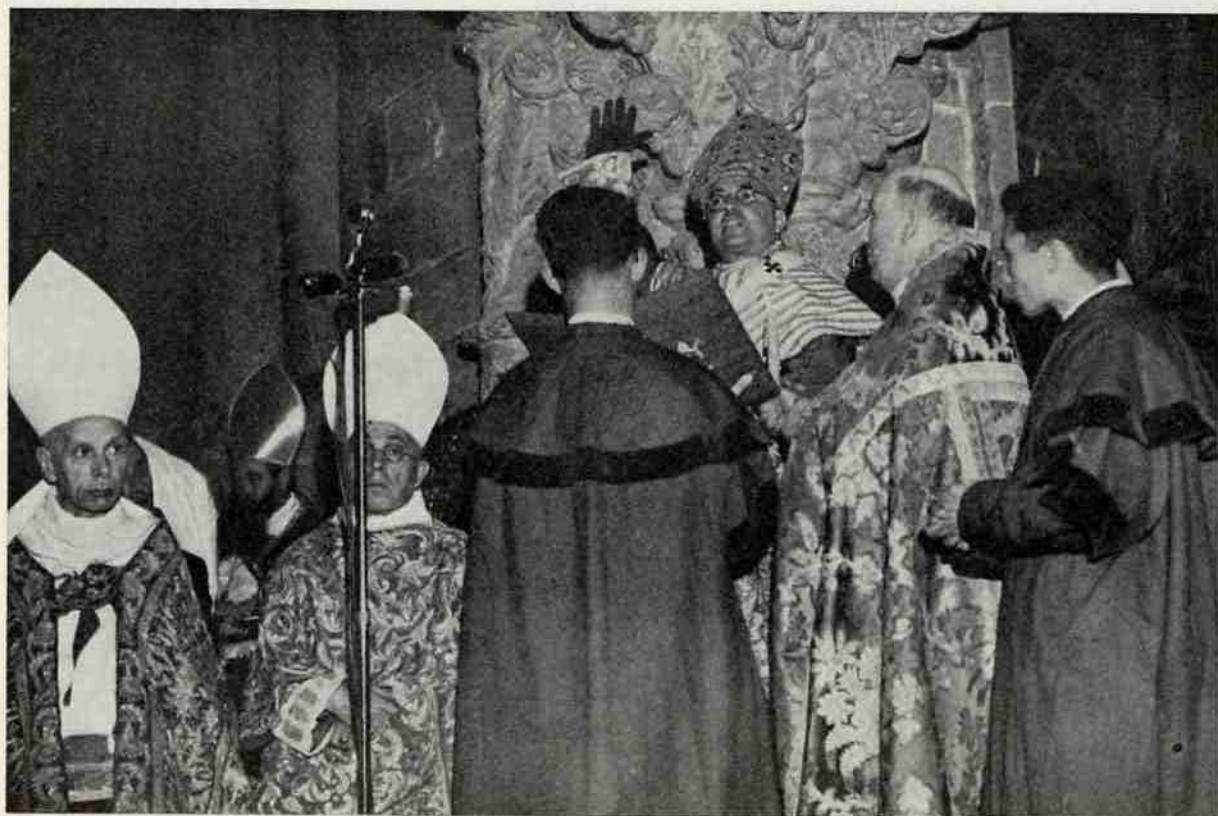
A dilatação da Cristandade não significa a expansão imperialista da soberania da Europa cristã: — significa a comunicação da Revelação cristã, a comparticipação dos tesouros da Graça de Cristo por maior número de homens e de povos e de nações: significa a transformação interior da humanidade, a sua purificação e elevação moral, o alargamento da consciência da dignidade humana, a iluminação do espírito pela luz das divinas verdades do Evangelho, a vocação a um ideal superior de vida.

Nem diminue o alcance da afirmação de que o mundo moderno nasceu daqui o facto de ter sido descoberta por Cristóvão Colombo a América sob a bandeira dos Reis Católicos, e, sob a imperial de Carlos V, realizada a primeira viagem de circumnavegação por Fernão de Magalhães.

A cavalheiresca Nação Irmã, que com Portugal formava então, na frase de Camões, «a cabeça da Europa tôda», marchou connosco a-par na descoberta, colonização e cristianização do mundo moderno. O Vigário de Cristo repartiu pelas duas nações irmãs as duas partes do globo terrestre, para o descobrirem e restituírem a Cristo. Um espírito comum inspirava o génio dos heróis de Portugal e Espanha, que se reconheciam irmãos no sangue e na Fé, rivais nas façanhas e na glória.

Mas a Espanha teve uma missão mais europeia do que Portugal. Na Europa do século XVI ela foi o braço armado da Cristandade, adail esforçado da unidade católica, o cavaleiro heróico que combatia em todos os campos de batalha da Europa o crescente turco, que ameaçava submergi-la, e o cisma protestante, que ameaçava dividi-la.

Na epopeia dos Descobrimentos, porém, aparece como a discípula e a émula de Portugal. A descoberta da América, como a viagem de circumnavegação, foram operadas sob a bandeira gloriosa da Espanha — mas eram o fruto maduro da ciência e da experiência portuguesa. Os heróis que as realizaram formaram-se em Portugal: se de Colombo se discute o lugar genovês do nascimento, como navegador não pode haver dúvida de que nasceu



SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA DE LISBOA PROFERINDO
A SUA ALOCUÇÃO NA MISSA DE PONTIFICAL CELEBRADA NA IGREJA
DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

em Portugal; de Magalhães, já o nosso Épico resumiu tudo, origem e formação, quando disse dêle: «no feito com verdade português, porém não na lealdade».

Portugal foi a escola donde saiu a descoberta do mundo. Melhor define a obra da Nação Irmã o nome de Conquistadora: Portugal, porém, figura na história da Civilização como o país dos descobrimentos.

País pequeno? Nenhum trouxe para a civilização moderna um património tão grande!

E querendo definir o significado da obra de Portugal no mundo, ninguém contestará que lhe cabem estas três características essenciais: heróica, universalista, católica.

Heróica. Nenhum povo moderno, com excepção da Espanha, tem uma história que se lhe iguale em grandeza épica. Falem outros de determinismos geográficos ou étnicos, na elaboração quasi anónima, mais colectiva que individualista, da sua história. A nossa história é sobretudo a vitória do homem sobre a natureza: o seu esforço heróico quebrou, por assim dizer, as tenazes das fatalidades naturais; por milagre de valor e fé, ousou e tornou realidade o que parecia impossível. Como escreveu certo historiador: «um momento fomos como deuses, porque tivemos a onnipotência».

Universalista. O nosso nacionalismo não se dobrou sobre si mesmo, num orgulho exclusivista de casta. Nas novas conquistas e colónias, abrimos o sangue real das nossas veias, para com ele ennobrecer as populações indígenas, fazendo-as entrar na comunhão dos nossos bens: o nosso império não foi nunca para nós pura empresa comercial (com se dizerem os nossos reis os senhores do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia), mas verdadeira extensão da pátria além dos mares: aumentando o Império, procurámos fazer «aumento da Cristandade», para me exprimir na linguagem do tempo, o que significa dilatação da civilização cristã. Foi assim que criámos o Brasil.

Católica. Este espírito universalista, que nos vinha da Fé católica, à luz da qual se nos impunha a dignidade de todo o homem e a responsabilidade da nossa missão civilizadora perante as novas raças e os novos mundos, traduz-se aqui, na velha Europa, onde tínhamos edificada a nossa casa nacional, «solar da Raça» como alguém já disse, pelo vivo sentimento da solidariedade das nações cristãs no seio maternal da Igreja, onde a Europa se criou.

Um pensamento de defesa da Europa guiava a mão de Portugal, ao vibrar no Oriente, sobre as águas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, duros e audaciosos golpes no poderio turco, que o Papa em vão denunciava como o perigo comum da Europa desavinda, sem que isso o desobrigasse, a-pesar-de tão gravemente empenhado no Oriente, de acorrer no Mediterrâneo em favor da causa comum. E quando pela primeira vez se desenhou uma política nova, que iria caracterizar os tempos modernos, de equilíbrio realista de interesses, na aliança com o Grão-Turco, à consciência portuguesa isso pareceu um escândalo de traição à Cristandade.

O ideal que Portugal serviu pelo pensamento e pela acção, é mister reconhecê-lo, não triunfou. A Europa dividiu-se interiormente. Durante muito tempo, entreteve-se a rasgar as próprias entranhas.

Terá o mundo lucrado com isso? Que seria o mundo hoje, se em vez de se dessanhar numa longa guerra interna, toda a Europa tivesse unido as suas forças na conquista, colonização e cristianização dos mundos novos? E, por outro lado, não sofre a Europa moderna da ausência duma autoridade moral que acatada universalmente, defina o direito, assegure a justiça, estabeleça a paz?

O verdadeiro interesse da expansão portuguesa vem-lhe do seu carácter humano e cristão.

Já um escritor notou que a história dos povos orientais se reduz a séries de dinastias, episódios de combates, deslocação de fronteiras... e que lhes falta a história do que mais importa ou só importa à história: o homem.



TRIBUNA DO CORPO DIPLOMÁTICO E CONVIDADOS NA MISSA DE PONTIFICAL DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Ao contrário, a expansão portuguesa contém todo o drama vivido do destino humano: traz consigo o progresso do mundo: leva às consciências o fermento dum ideal divino da vida: integra povos e terras novas na civilização.

Fez avançar a Humanidade mais que imensos impérios cuja história foi escrita sobre a areia movediça do tempo: deles quasi só resta o nome, às vezes escrito a sangue.

Depois da Grécia no mundo espiritual da Razão e da Arte (e não falo da Judeia no mundo moral, porque aqui a história já não é do homem, mas de Deus); depois da Grécia, nenhum outro povo trouxe para a civilização humana capital tão avultado.

Este pequeno povo português é afinal na história um dos povos maiores.

É justo que aqui venham hoje, em peregrinação de agradecimento, aprêço e amizade, como a certos lugares sagrados da terra, as luzidas representações de quasi tôdas as nações do mundo.

Tôdas, em grau diverso, lhe são devedoras. Nenhuma poderá dizer que a expansão portuguesa não entrou na sua história.

O Brasil, em especial, que pôs casa à parte, na outra banda do Atlântico, sob a bênção do Cruzeiro do Sul, que marca e ilumina o céu, como a fadá-lo para altos destinos, é como um filho opulento que vem beijar, no solar de família, o pai venerando que lhe deu o ser.

A êle, e a algumas das maiores nações novas do mundo, Portugal, neste dia jubilar em que elas vêm a sua Casa festejá-lo pelo que fez pela civilização universal, poderia fazer êste discurso: — Ainda vós não existíeis, e já eu vos trazia no meu pensamento e no meu amor. Ainda não conheciéis o Nome de Deus, e já eu O levava comigo pelas praias do Atlântico, do Indico e do Pacífico. Ainda não tinheis nem história nem nome, e já eu plantava cruces e erguia padrões, a senhorear a vossa terra para Cristo e para a civilização.

E a tôdas as nações amigas aqui presentes hoje, ou companheiras na obra da Descoberta e da Colonização, ou herdeiras e continuadoras desta obra que restituiu o mundo ao mundo, poderia dizer ainda: — «O que eu fiz pelo mundo, pela cristandade, pela civilização, pelo comércio, pela ciência, podeis lê-lo nos «Lusíadas», que são o livro da epopeia realizada pelos heróis portugueses. O que isso me custou de dores, de lutos, de lágrimas, de sangue, de ruína (como mãe que fica exháusta depois de laborioso parto feliz), podeis lê-lo no livro que só eu possuo, a «História trágico-marítima». Mas o que tudo isso trouxe para o tesouro da civilização humana — isso podeis vê-lo em vós mesmas: vós sois as herdeiras do meu esforço».

O ciclo áureo dos Descobrimentos foi realizado sob o signo da Cruz da ordem militar de Cristo, a Cavalaria do Oceano, como já foi chamada.

A Cruz da Redenção ilumina o céu que cobre a civilização da Europa. É o sinal que a distingue: sob êle se criou e se expandiu.

A Cruz de Cristo, agora, levada nas velas das naus portuguesas, como luz, esperança e fôrça dos novos argonautas, torna-se o símbolo luminoso da Fé dos novos mundos descobertos.

No introito da Missa que hoje aqui se celebra solenemente, em honra da Santa Cruz, sob cujo signo se realizou a expansão portuguesa no mundo, a voz litúrgica do côro cantou há pouco aquelas palavras do apóstolo S. Paulo que são como o clamor triunfal da vitória cristã: «Nós, importa que nos gloriemos na Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo! NELE está a nossa salvação, vida e ressurreição. Por Êle fomos salvos e livres».

Êste é também o clamor do Mundo moderno. Sob aquêle signo da Cruz de Cristo, o mundo foi descoberto e civilizado.

E quem primeiro lho levou, foi Portugal!

ASPECTOS DO DESFILE, NA PRAÇA DO IMPÉRIO, DO CORTEJO HISTÓRICO DO MUNDO PORTUGUÊS



O CARRO EVOCATIVO DA LUSITANIA

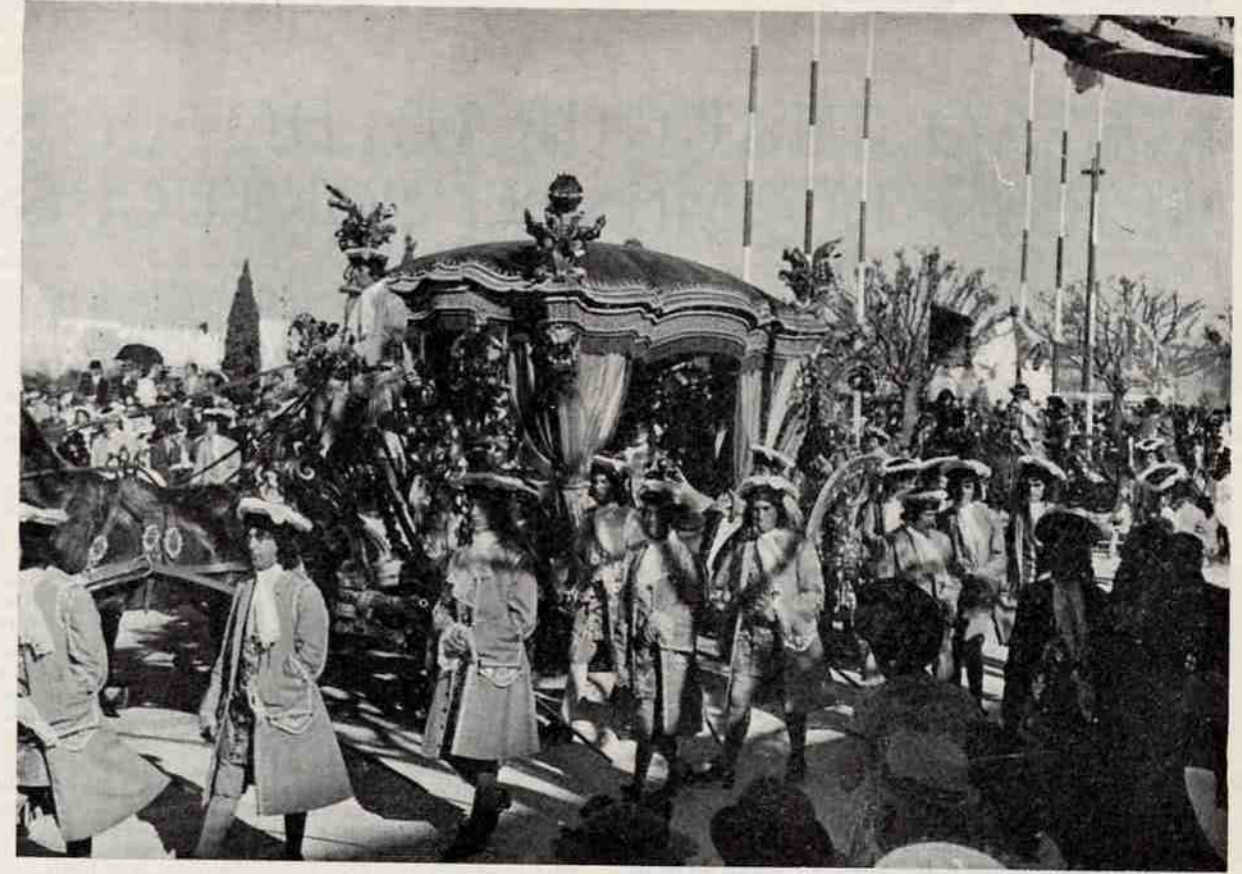


*O DESFILE DO CORTEJO EM FRENTE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES
NO MUNDO*

CORTEJO HISTÓRICO DO MUNDO PORTUGUÊS



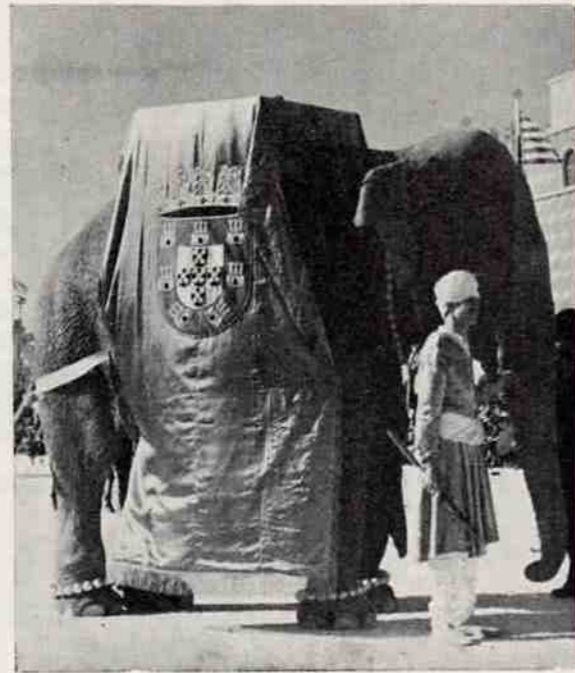
CAVALEIROS EMPUNHANDO AS SIGNAS COM AS CÔRES ANUNCIADORAS DAS DIVERSAS ÉPOCAS DO CORTEJO



O COCHE DA EMBAIXADA DE D. JOÃO V AO PAPA CLEMENTE XI



D. JOÃO I E D. FILIPA DE LENCASTRE, EM FRENTE DOS PAVILHÕES DE HONRA E DE LISBOA



O ELEFANTE DA INDIA, NA EVOCAÇÃO DA EMBAIXADA DE D. MANUEL I A ROMA



ASPECTO DA PARTE FOLCLÓRICA DO CORTEJO, VENDO-SE A DIREITA OS SARGACEIROS DE ESPOSENDE

SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS,
PRESIDENTE GERAL DO CONGRESSO

A nota officiosa de Sua Ex.^a o Presidente do Conselho, de 26 de Março de 1938, na qual, em nobres e austeras linhas, se traçou o plano geral das Comemorações nacionais, contém os seguintes períodos, de simplicidade escultural:

«Como complemento das Exposições indicadas, há a oportunidade de promover alguns congressos, estes de carácter internacional. De entre os possíveis, destaco apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciência estrangeiros com os seus materiais de investigação relacionados com a nossa história. E, numa das secções deste Congresso, onde se tratasse de política indígena e de colonização, poderiam ser versados, com interesse internacional, problemas da maior actualidade».

Pois bem: destes breves períodos, que em poucas palavras dizem tudo — ante-projecto de um edificio monumental, — nasceu a opulenta construção do Congresso do Mundo Português, que hoje solememente se inaugura sob o alto patrocínio do venerando Chefe do Estado; a que deram o seu apoio prestigioso as três Universidades do País; e em cuja presidência geral tive a singular e imerecida honrade ser investido.

O Congresso denominado do «Mundo Português» não pôde, por motivos de ordem técnica, ser um congresso único, dividido, segundo o cânone clássico, em secções; é um sistema de oito congressos, complexo orgânico de actos culturais cuja unidade se encontra assegurada pela definição do tema comum: a história de Portugal. Porque o seu quadro é restrito ao estudo da história de uma nação, não se lhe pôde atribuir também, na rigorosa acepção do termo, carácter internacional; mas, considerando que as actividades portuguesas, mórmente nos séculos XV e XVI, se revestiram de aspectos universais, foi prevista desde a primeira hora a participação de entidades estrangeiras nos respectivos trabalhos, quer a título individual, quer a título colectivo. Trata-se, pois, de um acto de expressão nacional, — mas de interesse ecuménico.

Na sua vasta organização, o Congresso, ou, mais exactamente, os Congressos do Mundo Português, incluem os seguintes actos, o primeiro dos quais se realiza na Universidade do Porto, o segundo e sexto na Universidade de Coimbra, e os restantes na cidade de Lisboa, em íntima conexão com a Universidade, as Academias, a Sociedade de Geografia e a Escola Superior Colonial: um Congresso de pré e proto-história compreendendo a paleo geografia, a antropologia pré e proto-histórica, a proto-história e a história até à reconquista cristã; um Congresso medieval, destinado ao estudo da fundação e forma-

ção da nacionalidade portuguesa, aquisição da unidade territorial, povoamento, instituições, consolidação política e organização económica da Nação; um Congresso de história das navegações, descobrimentos e colonização portuguesa até ao fastígio do Império do Oriente, nas suas múltiplas expressões civilizadoras; um Congresso da Monarquia dualista, incluindo a obra política, jurídica, militar e diplomática do Portugal restaurado; um Congresso de história portuguesa dos séculos XVIII e XIX (despotismo esclarecido, constitucionalismo, Império africano). E, como actos complementares, como corpos adjacentes deste belo edificio, um Congresso de história das actividades científicas, para o estudo sistemático da obra original portuguesa no domínio da ciência; um Congresso luso-brasileiro de história, em que se procurará, pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiôgrafos portugueses e brasileiros, o esclarecimento e a unidade de interpretação dos factos que importam aos três primeiros séculos da história gloriosa do Brasil, património comum; finalmente, um Congresso colonial, predominantemente africano, a que está affecto o exame dos problemas coloniais da actualidade, em particular daqueles que interessam à antropologia, etnografia e lingüística das populações indígenas, ao povoamento e à colonização branca, ao contacto das raças e suas conseqüências político sociais, ao desenvolvimento social e económico dos indígenas, à necessidade de uma organização científica colonial. A investigação erudita do nosso passado imperial, alia-se, assim, o estudo atento das realidades coloniais da hora presente. No seu programa complexo e porventura ambicioso, o sistema de congressos do Mundo Português, cuja solenidade inaugural hoje se realiza — conspecto deslumbrante da marcha da Nação no espaço e no tempo — abrange, pois, toda a projecção universal da alma da Raça, toda a história dos portugueses no Mundo.

Vão iniciar-se os nossos trabalhos. É a sua história, inventário cronológico de um passado de oito séculos, que Portugal hoje oferece, desinteressadamente, ao estudo de nacionais e de estrangeiros. Vê-la porta de bronze, guarda de um tesouro quasi milenar, abrimo-la ao mundo dos investigadores com a confiança de quem prestou alguns serviços à Humanidade, mórmente na revolução geográfica de Quatrocentos e de Quinhentos, coroada pela demonstração da unidade física do globo, e, no domínio espiritual e moral, pela propagação da fé e da cultura novi-latina. A história de Portugal constitui um capítulo da história da Civilização. Não nos pertence apenas a nós. Assim o compreenderam os eruditos espanhóis, franceses, ingleses, alemães, italianos, belgas, romenos, norte-americanos, sul-africanos, que enviaram aos Congressos do Mundo Português o contributo de mais de cem comunicações e memórias, e muitos dos quais vêm trabalhar connosco,

fraternalmente, no claustro pleno do maior congresso que se tem realizado no País. Não lhes pedimos a exaltação do nosso esforço, por meritório que tenha sido; esperamos deles, tão somente, o estudo objectivo dos factos, o esclarecimento dos problemas, a melhor definição das causas e das leis, à luz do seu critério e da documentação que possam trazer-nos. Da colaboração de portugueses, de brasileiros e de estrangeiros sobre materiais da nossa história, vão resultar de-certo novas perspectivas, novas interpretações, pontos de vista novos; para nós, por ventura, a consciência ainda mais perfeita da nossa acção civilizadora; para os estranhos — faço votos por que assim seja — um conhecimento mais íntimo do nosso passado histórico; para a História, como ciência, um passo mais naquele caminho luminoso a que Bernheim chamou «o esplendor tranqüilo da verdade».

Estas palavras bastariam para conhecimento dos propósitos que nos animam ao transpôr o pórtico majestoso do Congresso do Mundo Português. Vamos, porém, cooperar internacionalmente no domínio de um ramo do conhecimento cujos fins, cuja disciplina e cuja didáctica têm sido, nos últimos tempos, objecto de largas discussões, até ao ponto de se proclamar a inutilidade da história (cuja ruminação certos pragmatistas consideram inútil para a vida), e de se denunciarem os graves inconvenientes que para as relações entre os povos resultam da memória permanente e do culto sistemático das suas hostilidades tradicionais. Não esquecemos que um dos maiores espíritos da Alemanha contemporânea nos apontou a Grécia antiga como «exemplo de cultura anti-histórica, por isso mesmo rica, activa e fecunda»; e que outro eminente pensador francês do nosso tempo não hesitou em condenar a história — cronologia da agressão e da catástrofe — como um dos mais sérios obstáculos à paz do Mundo. Semelhantes tendências, tornam, penso eu, justificadas e oportunas algumas considerações preliminares.

Qualquer que seja a definição do conceito de história, e por grandes que se apresentem as divergências entre os historiadores, os filósofos e os sociólogos acerca da natureza, do objectivo, do conteúdo e dos métodos desta ciência, não pode contestar-se que o seu elemento fundamental é o «facto» — na triplíce expressão contingente, necessária e lógica —, e que, não só na investigação dos factos históricos, mas nas consequentes operações de síntese erudita e de síntese científica (dedução das leis), o historiador aspira acima de tudo, ao conhecimento da verdade sobre os acontecimentos do passado humano. Estabelecer ou restabelecer a verdade desses factos: eis o objectivo essencial da história, que não é uma arte (Benedetto Croce), nem um género literário (Carlyle), mas uma ciência. Bem sei que nada existe de absoluto, nem sequer a verdade, e que acerca do mesmo facto — até quando passado no nosso tempo — se produzem tantas versões, ou sejam tantas «verdades» quantos são os observadores, não só porque os aspectos mudam conforme a posição em que esses observadores se colocam, mas porque cada um possui a sua sensibilidade, a sua visão especial, e, sobretudo, porque as paixões são inevitavelmente deformadoras dos acontecimentos. Mas, por isso mesmo, ao historiador compete, pelos

meios de que dispõe, pesquisar a exactidão dos factos até ao ponto em que ela pode ser cientificamente verificada, acompanhando de provas as suas afirmações, apresetando todas as dúvidas que lhe suscite a heurística dos documentos, não desprezando pormenores que ulteriores interpretações possam utilizar, e — acima de tudo — não se desviando do espírito de rigorosa objectividade que deve presidir a todas as operações da história. Exactamente porque a determinação da verdade é difícil, ela deve constituir a preocupação absorvente e desinteressada do historiador.

Não ignoro que certas concepções subjectivistas e estéticas da história (Kaerst, Droysen, Bergson, Goldfriederich) reconhecem a intuição um papel senão tão importante como o da erudição, pelo menos de valor acessório, ou, melhor, supletório. Assim, no conceito de Kaerst, o historiador não deve ser apenas um frio colecionador de factos, um «erudito repórter», segundo a expressão de Langlois, mas um evocador, cuja mais nobre missão consiste em animar o passado pela força da «intuição viva», a fim de fazê-lo compreender pelo espírito do seu tempo. Trata-se de um ponto de vista susceptível de críticas, que não têm deixado de ser feitos pelos mestres da história-ciência. Entretanto, a concepção de Kaerst e dos «intuicionistas» não exclue o culto da verdade, fundamental em todas as definições de história; admite, tão somente, a colaboração da imaginação e da arte, para além dos limites em que a exactidão dos factos pode ser cientificamente comprovada. Preenchem-se, por «percepção estética», dentro da lógica dos acontecimentos e dos caracteres, as lacunas da documentação; mas a verdade continua a ser o objectivo essencial do historiador, que não peca contra ela, nem por omissão voluntária, nem por deformação consciente. A história intuicionista continua a ser desinteressada; continua a ser história.

Nos últimos trinta ou quarenta anos, porém, temos assistido à formação de novas correntes que, tornando a história interessada e tendenciosa, procuram desviá-la da sua função. Quero referir-me à história prática, pragmática, pedagógica e política. Dentro destas concepções o historiador, no propósito de «ligar o passado ao presente» (Villari), de «tornar a história praticamente útil» (Sorel), de «converter o momento actual em centro de perspectiva da história» (Rauh), afasta-se dos princípios científicos que devem reger esta forma do conhecimento, e realiza, conscientemente, uma obra de deturpação. É evidente que não pode deixar de reconhecer-se à história valor pedagógico e função educativa. Constituindo a história, como pretende Durkheim, a «memória colectiva e espontânea dos povos», natural é que, dentro de certos limites, cada povo, na sua história nacional, procure definir as características que o distinguem e valorizar o seu património étnico e histórico. Até certo ponto, não parece fácil evitar que a história se confunda com o patriotismo. Mas as correntes utilitárias a que me refiro, provenientes, em grande parte, da filosofia nitzschiana (para Nietzsche a história-ciência não existe), vão mais longe: procuram colocar a história ao serviço de determinadas ideias, de determinados sistemas e de determinada orientação política. Isto é, subordinar o conhecimento do passado às necessidades

práticas do presente, na medida em que essa deformação pragmática convenha aos mitos e às misticas político-sociais contemporâneas. Em tais condições, naturalmente, a história deixa de ser uma ciência; a história já não é história.

Duas causas contribuíram, recentemente, para o desvio interessado e utilitário da ciência histórica: o internacionalismo pacifista e a exacerbação dos nacionalismos. Os organismos intelectuais da Sociedade das Nações, aliás no mais elevado dos propósitos, procuraram desenvolver, desde que se constituíram, determinada acção conducente a expurgar da história didáctica toda a matéria susceptível de perturbar as boas relações entre os povos, e de criar, nas novas gerações, tendências clausimacas e destrutivas. Comissões internacionais de educadores propuseram numerosas eliminações e modificações consentidas pelos respectivos governos; a revisão dos manuais escolares tornou-se o ponto nevrálgico do programa do «desarmamento moral»; e a história, pelo menos na sua expressão pedagógica, deixou de estar ao serviço da verdade para se colocar ao serviço da paz. Nada mais generoso; nada menos científico. Ao mesmo tempo, os historiadores reuniam-se nas conferências de Oslo (1928) e de Varsóvia (1933), definindo um novo conceito de história — a «história pacifista» — e chegando a preconizar o ensino exclusivo desta ciência no plano universal, quere dizer, o estudo das instituições, da interdependência política e económica dos povos, da convergência dos movimentos da civilização e da cultura, em vez da explanação, considerada perigosa, dos conflitos dinásticos, dos morticínios religiosos e das guerras entre as nações. Não se conspirou apenas, internacionalmente, contra a verdade histórica; confundiu-se a história com a sociologia.

Entretanto, os nacionalismos exacerbados manifestavam-se em sentido contrário, anunciando o princípio de que a história nacional deve servir antes de tudo a nação, exaltar o orgulho pátrio, constituir a armadura moral indispensável aos povos que proclamam no Mundo o direito à existência. «A história ciência lança sobre as nações a sombra da Morte», afirmou Frederico Rauh; a verdadeira história, activa, eloquente, condutora, patética, é aquela que converte o passado em estímulo do presente, e que, pelo seu poder dinâmico («dionisiaco», disse Nietzsche; «activista», disse Eucken), arrasta os povos para altos destinos. Assim, à concepção internacionalista da história opôs-se a concepção nacionalista, que, embora, mais compreensível, mais natural, mais humana, prefere também o rigor científico, não já em holocausto à paz ou à guerra, mas em serviço da unidade, da dignidade e do prestígio das nações. Não confundamos, porém, dois domínios igualmente respeitáveis. O patriotismo é uma virtude; a história é uma ciência.

Meus Senhores: estas breves considerações acerca do movimento de ideias produzido nos últimos tempos em volta do conceito de história tornavam-se necessárias à definição da nossa posição nos trabalhos que vão iniciar-se. O Congresso do Mundo Português alheia-se de todas as correntes do pensamento contemporâneo tendente à deformação pragmática, pedagógica ou política da história; considera a história uma ciência destinada ao estudo

dos acontecimentos do passado humano; e, tendo de ocupar-se de Portugal e dos portugueses no Mundo, não o anima outro propósito que não seja o de estabelecer ou restabelecer a verdade dos factos na sua essência, na sua casualidade e na sua lógica, porque essa verdade — objectivo superior das nossas operações de análise erudita e de síntese histórica — interessa, não apenas à Nação portuguesa, mas às diferentes nações que conosco gloriosamente cooperaram, desde a obra da reconquista e da repopulação nos séculos XII e XIII, até à crise do Império, aos fastos da Restauração e à solução das grandes crises nacionais. A história, sendo uma ciência, é também uma justiça; essa justiça tem de exercer-se com a serena dignidade de todas as magistraturas. Quis o Destino que nos encontrássemos reunidos numa hora dramática em que se joga o futuro do velho continente. Curvando-me, com profunda comoção, perante tudo quanto esta hora representa de heroísmo, de sacrifício e de dor humana, não posso deixar de acentuar que a realização de um Congresso desta natureza nas circunstâncias presentes constitui um acto de serenidade, de confiança, de respeito mútuo, de acrisolada fé no universo de valores morais de civilização mediterrânea e latino-cristã, cujo fulgor, sejam quais forem as vicissitudes da história, jamais se apagará no Mundo. Senhores delegados dos Estados ao Congresso, reitores magníficos, professores universitários, académicos, historiadores, congressistas nacionais e estrangeiros, cidadãos da Metrópole augusta e universal do Espírito, que é a pátria de todas as pátrias! Ao dirigir-lhes as minhas saudações, no momento em que se inauguram os trabalhos deste colégio pacífico de sábios, eu não penso naquilo que transitóriamente divide os homens; penso naquilo que indissolúvelmente os une: a fraternidade humana, o sentimento da piedade e da justiça, o culto da verdade eterna e da ciência imortal!

DISCURSO DO DR. CAEIRO DA MATA, REITOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

As Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa, que tenho a honra de representar neste momento, associam-se grata e calorosamente a esta festa de inauguração do Congresso do Mundo Português, que se destina não só a rememorar as épocas mais belas e mais excelsas da história de Portugal e a celebrar as grandes e heróicas aventuras da Pátria, mas a fazer a revisão de muitos problemas da história nacional. É um Portugal vindo das profundezas dos séculos que vai ser evocado à luz dos documentos do nosso passado — espelhos em que se refletem parcelas da verdade histórica — e que bem demonstram que a nossa multiseccular vida nacional não foi feita só daqueles factos episódicos que flutuam à superfície da história sem influir no seu curso, mas encerrou ela elementos criadores, constituiu um factor activo da civilização universal. Épocas houve em que Portugal, mais do que nenhum outro povo, marcou com a sua garra, de maneira inconfundível, a fisionomia do tempo.

Durante um largo período, fizemos nós próprios a história do mundo. Foi-nos dado até o destino mais

alto entre todos os destinos da história humana: o de contribuirmos para completar o universo, rasgando fulgurantemente as suas antigas fronteiras e interrompendo, num admirável lance de audácia, o sono secular do Adamastor. Mas na história, como na vida, as possibilidades não se realizam por si mesmas, automaticamente: é preciso que alguém, com as suas mãos e com o seu espírito, com a sua fé e com a sua energia, com o seu esforço e com o seu sacrifício, as transmude em vivas realidades. Não faltaram, mercê de Deus, os grandes obreiros a Portugal: diante de nós perpassa a teoria ininter-

essa é a nossa grandeza e aí estão também as razões profundas da nossa unidade.

Nesta época ao mesmo tempo tão perturbada, tão contraditória e tão surpreendente que é a nossa, em que estamos passando para outro plano da história e assistimos ao esforço de um mundo a querer substituir-se a outro mundo; em que o mito da paz e da concórdia de todo se obliterou — a Sociedade das Nações envolta para sempre na mortalha de púrpura que cobre os deuses mortos —; em que o formidável acréscimo de poder que as invenções modernas deram à humanidade parece dever ser pago



SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUES, NA SALA DA ASEMBLEIA NACIONAL

rupta das figuras tutelares da epopeia nacional, figuras dramáticas que a lenda não cessa de disputar à história! Nem faltou também a paixão — aquela paixão fria — que, no dizer de Hegel, condicionou sempre tudo o que de importante tem sido feito através dos tempos.

Portugal cristão, vencedor do Islam, perseguidor de hereges, espada de Roma, berço de Nuno Alvares, luz de Trento, conquistador e evangelizador de metade do mundo, semeador por toda a parte de ossos de cavaleiros, de apóstolos e de mártires, Portugal criador de povos, de ideias e de instituições —

com a desvalorização paralela dos seus valores espirituais; e em que, por toda a parte, se vive na inquietação política, na agonia íntima, na incerteza internacional, na apreensão sobre o futuro; nesta fase crítica do mundo — é reconfortante olharmos para a nossa pequena casa, para este abençoado recanto da terra, onde, após decénios de infecundidade e de desalento, e graças à clarividência e ao patriotismo de dois grandes chefes, que puzeram a sua fé e a sua vontade total ao serviço da grandeza da Pátria — a vida se tornou agora mais calma, a saúde

é agora melhor, o clima é agora mais doce, o céu é agora mais puro.

Não temos a pretensão ambiciosa de reencontrar o brilho dos nossos fastos de outrora: não o permittem as mudadas condições dos tempos. Mas no nosso continente revólto, o Portugal de hoje é bem a imagem da acolhedora e formosíssima ilha da lenda onde, batida de toda a parte, conseguira finalmente refugiar-se a esperança.

Vai realizar-se uma série de congressos, desdobramento do Congresso do Mundo Português.

Vão ser relidas e comentadas as páginas da nossa história; vamos continuar a desentranhar da confusão e da impureza dos pergaminhos a lídima seiva do espírito português. Algumas páginas terão de ser corrigidas: ao contrário do que exclamava um dia La Bruyère, talvez para se justificar da sua imitação de Teophrasto, nunca está tudo dito na história; há sempre na história zonas de penumbras inacessíveis aos investigadores. Evocar essas páginas, é prestar culto, não apenas ao passado de uma nação, mas ao génio da sua raça. O culto da tradição impõe-se a todos os povos que têm a consciência da sua missão secular e que sabem apreender o sentido profundo das horas em que vivem. A tradição teutónica foi o nervo do forte renascimento germânico; a França reviverá sempre nas páginas de ouro das suas gestas heróicas: apoiando-se na tradição, construiu a sua própria ciência a Itália, sábia e investigadora, dos nossos dias, e à tradição foi procurar o estímulo para a sua grandeza de hoje; a Espanha, a heróica e ardente Espanha, acaba de reatar, após um curto eclipse, o fio da sua gloriosa tradição de outrora; sobre a tradição repousa toda a estrutura social e política da poderosa Inglaterra. Um povo novo pode improvisar tudo, menos a tradição; um povo velho não pode renunciar à sua sem extinguir a parte mais nobre da sua vida. Nas nações, ainda mais do que nos lares individuais, os mortos sobrevivem e mandam.

Mas o Congresso do Mundo Português não é um congresso só de portugueses. Não é mesmo só de lusitanos daquém e dalém Atlântico, para uns e outros constituindo título de legítimo orgulho e maravilha da civilização portuguesa de quinhentos, uns e outros nela tendo tido igual quinhão de glória, uns e outros venerando os mesmos heróis e os mesmos apóstolos, os mesmos precursores e os mesmos mártires. Ao Congresso concorrem também eminentes representantes da ciência dos mais diversos países, com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa história. Mais do que isso: matérias do mais alto interesse internacional nele serão tratadas, a todas sobrelevando o estudo das realidades coloniais da hora presente. A colonização, que foi o maior empreendimento da civilização europeia, constitui hoje, para tantos países, um dos mais graves e delicados problemas que se oferecem à consideração dos seus homens de Estado.

O Congresso do Mundo Português transcende, pois, os limites de um congresso nacional. As Universidades portuguesas não podiam ficar indiferentes em face desta manifestação, tão interessante, de cooperação intelectual e ao mesmo tempo de solidariedade científica internacional; sabido como é que, à acção dos congressos e das conferências internacionais é devido, em grande parte, o maravi-

hoso progresso científico do século XX, deste século, ao mesmo tempo tão nebuloso e tão brilhante, tão cheio de energias criadoras e tão cheio também de forças de destruição. O espírito nacionalista que, no momento actual, domina pode dizer-se, todos os continentes, o que se afirma como um imperativo político-social, pois que a existência de comunidades nacionais fortes e bem organizadas — direi mesmo, de uma certa rivalidade pacífica entre elas —, é o meio mais seguro do desenvolvimento de uma alta civilização mundial — este espírito nacionalista deve conciliar-se com a existência de relações internacionais cada vez mais intensas e seguidas, indispensáveis ao progresso moral e material dos povos.

Ao contrário do mundo antigo, em que as civilizações se caracterizavam por um traço nacional acentuado, na Idade-Média, nesse claro escuro medieval, como lhe chamou Menendez y Pelayo, mal esboçado ainda o sentimento da pátria, que é, em rigor, uma criação da Renascença, começou a desenvolver-se, no seio da cristandade, uma civilização de carácter internacional, cuja expansão foi devida, em larga parte, à acção das escolas e das Universidades, dos legistas, dos teólogos, dos humanistas. E a época moderna por sua vez, tem a pretensão de prosseguir ao mesmo tempo estes dois objectivos opostos: o de criar um espírito nacional forte e o de desenvolver a vida internacional.

Perdeu-se a esperança e o mundo mostra-se céptico quanto aos entendimentos úteis e duradouros entre os povos. A paz, verificamo-lo neste momento mais uma vez, é uma hora precária, nunca definitiva. A guerra continua a ser para o homem um obstáculo sempre presente. E, todavia, mais do que nunca é necessária a solidariedade entre os povos: o mundo moderno não pode senão unir-se ou declinar. E, ao lado da diplomacia, força poderosa que se exerce em silêncio, por toda a parte estendendo a sua sombra, e cuja acção construtiva é, tantas vezes, desconhecida ou esquecida (para que lembrar, no meio dos destroços actuais do Continente, que a ela se deve o que podemos chamar o primeiro documento orgânico da Europa, a Magna-Carta europeia, o Tratado de Westphalia, de 1648, ponto de partida de todo o direito internacional moderno), ao lado da diplomacia, os congressos internacionais são precisamente o grande animador, o instrumento indispensável para a realização desta obra, múltipla nas suas manifestações, uma na sua inspiração, que é a obra necessária e a obra magnífica da cooperação internacional. É o domínio cultural que, sobretudo, constitui campo aberto às possibilidades fecundas e à confiança recíproca dos povos. Há épocas em que o mundo oferece o espectáculo de se desagregar, antes de se unir, de retrogradar, antes de avançar. É numa destas épocas que nós vivemos. E, todavia, na unidade da história, isto não representa senão um parêntese que se fechará um dia. A marcha ascendente retomará então o seu ritmo, tanto mais acelerado quanto mais retardado ele tiver sido pelos obstáculos da época presente. Aos homens de ciência, elevando-se às altitudes serenas da vida especulativa, acima das tempestades provocadas pelos interesses e pelas paixões desencadeadas, e ao poder das forças espirituais que eles incarnam incumbe a elevada missão de contribuir para afastar

estes obstáculos. Bemvidos os historiadores, os investigadores e eruditos portugueses e os ilustres sábios estrangeiros, embaixadores da cultura dos seus países, que nos vêm trazer os frutos do seu talento e do seu estudo, nas horas tristes e dolorosas de hoje, em que o mundo, como se exprimia há dias o Chefe Supremo da Igreja Católica, em que o mundo, intoxicado, do qual parece ter desaparecido a piedade e a sua irmã soberana — a caridade, deixou de ser um lugar de concórdia fraterna entre os homens e os povos, e, perdendo a paz, perdeu a saúde moral e a alegria de viver.

Bemvidos os que se preocupam ainda com a primasia do espírito. A primasia do espírito — o glorioso fardo do homem civilizado de hoje! — na expressiva exclamação de Kipling.

Minhas Senhoras e meus Senhores :

Há quasi cinquenta anos, num momento de agudo pessimismo nacional, desalentado ante o espectáculo do que lhe parecia a decadência irremediável da sua pátria, um dos mais altos espíritos da nobre e gloriosa terra de Espanha, propunha que fôsse fechado para sempre, herméticamente e longe das vistas de todos, o sepulcro do Cid Campeador. Nós, ao contrário, neste momento em que sofremos, porque o mundo sofre, mas em que, num Portugal re-

nascido, se celebram oito séculos de história, abramos os túmulos que na Batalha, a admirável flôr ogival que Murphy enalteceu, evocam a epopeia cavalheiresca de D. João I, e os que nos Jerónimos, a maravilhosa nau de pedra, sonhada por Giovane Pontassi, recordam a ofuscante epopeia manuelina, e, enternecidamente, religiosamente, ajoelhem-nos todos perante aquelas grandes figuras patriarcais da nossa história.

... Então, da sombra dos túmulos, no seu impressionante silêncio, uma voz parecerá murmurar: Idade de prestígio e de maravilha foi a nossa, idade de juventude e de vida robusta. O nosso poder fez-nos respeitados, a nossa opulência fez-nos admirados. Nada tendes, todavia, a invejar-nos, portugueses de 1940: deslumbrados, daqui contemplamos com orgulho o vosso renascimento em todos os domínios; a unidade espiritual da nação vêmo-la hoje, de novo, consolidada; a vossa fama, o vosso prestígio repercutem-se em todos os cantos da terra. Já não podeis, de-certo, segurar na mão potente o cetro dominador dos mares; a malícia dos homens e a malícia dos tempos arrebatou-vos, há muito, parte do vosso opulento património de além-mar. Mas sois hoje uma das maiores potências morais do mundo. E sois um grande e nobre exemplo a seguir. Honra e glória ao homem genial que operou o milagre da vossa ressurreição!



DISCURSO PROFERIDO POR SUA EX.^a O MINISTRO
DA EDUCAÇÃO NACIONAL, EM 13 DE JULHO, NA
CÂMARA CORPORATIVA, NA SESSÃO DE ENCER-
RAMENTO DO 1.^o CICLO DO CONGRESSO DO
MUNDO PORTUGUÊS

*Convidado para presidir à sessão de encerramento do Congresso do Mundo Português — ou seja dos seis primeiros Congressos em que se dividiu — anuí imediatamente, ainda que as múltiplas ocupações do meu cargo me pudessem ter servido de razão para uma agrada-
decida escusa.*

Em verdade, eu não deveria — e não quis — perder êste ensejo para exprimir a V. Ex.^a, sr. dr. Júlio Dantas, se não já a vèlha admiração pelo brilhante, multiforme e maleável talento de que Deus o dotou, ao serviço de uma actividade surpreendente, o louvor oficial pelo alto sentido e pela rara elevação que soube imprimir à organização e aos trabalhos do Congresso.

*A V. Ex.^a me permito associar os seus mais directos colaboradores, na presidência, no secretariado e na direcção do Congresso, alguns dos valores maiores da intelectualidade portuguesa, que todos se revelaram, a seu lado, pela maestria e pelo tato, admiráveis intér-
pretes desta congregação da Inteligência, do Saber e do Lusitanismo.*

A vós todos, congressistas, é devido um agradecimento profundo e efusivo pela objectiva e luminosa contribuição que trouxestes, com o mais largo espírito de compreensão, ao esclarecimento de tantos e tão importantes problemas que, interessando, pela projecção universal, à História do Mundo, não deixam de ser nossos.

*Ai encontrámos motivo de particular gratidão aos congressistas que não são portu-
gueses, e também de especial carinho com que dentre êles, nos será consentido distinguir os do Brasil, por indestrutível comunhão de sangue e de História, e os de Espanha, por ina-
pagável glória de tantos esforços comuns em emulação criadora e sagrada.*

*O balanço do Congresso está feito por quem, para tanto, possui qualidade, com grata satisfação se havendo podido acentuar a inteira conformidade de objectivos e realiza-
ções: em síntese, ensinar Portugal, com inteira verdade, aos portugueses e ao Mundo.*

*Não será, todavia, posta demais em relêvo a excelência da orgânica, desde a de-
finição dos campos de investigação histórica que, sem se esquecer a pré e a proto-história, motivou a divisão em congressos parciais, e a distribuição destes pelas cidades universitá-
rias, e a variedade dos temas, e a mais larga iniciativa, até ao espírito de sistema e à uni-
dade de um pensamento coordenador.*

Por igual se louvará o método que presidiu à elaboração da generalidade das comunicações e à sua elevada discussão, traduzido em amplo recurso às fontes e conseqüente exclusão de superficialidades e apriorismos, — na objectividade de interpretação dos factos, limpos de apaixonadas e deformadoras impurezas, e conseqüente remoção das causas de tantos erros e injustiças — no ânimo de descobrir, através da sua exteriorização, o sentido lógico e profundo do encadeamento dos factos e conseqüente segurança do próprio travejamento da História.

Não foi, em vossos trabalhos, esquecido que a história política, considerada no quadro do pensamento científico, se distancia, no entanto, das demais ciências, em que o facto — seu objecto — não pode ser isolado do meio em que se gera, antes há-de nêlé fixar-se, não apenas em relação com a vida da natureza, mas em íntimos laços com ideais e sentimentos humanos, que é preciso desvendar e classificar com justiça, a difícil e nobre tarefa do historiador.

Probidade e lucidez, serenidade e independência de espírito, imparcialidade e atitude crítica, rigor na selecção das fontes, linguagem inequívoca, forte sentimento de justiça, coragem revisionista das próprias ideias — são atributos essenciais do historiador que neste Congresso se exercitaram, em aplicação e aprimoramento das faculdades investigadoras e críticas.

Se chegastes a conclusões gerais que muito honram a Nação portuguesa, nos seus oito séculos de História, isso se deve, pois, não a um intuito preconcebido e apologético de exaltar o efémero, por mais glorioso, mas a um juízo objectivo de valor sôbre o que na vida dêste Povo há de constante, em sentimento nacional, em espírito de missão e em projecção ecuménica, desde a Fundação e Conquista e a Epopeia das caravelas, até aos tempos de hoje.

*Por isso, patriotas que todos sois sem prejuizo da verdade que cultivais, todos julga-
reis legítimo, até como impreterivei dever, que o Estado Novo, havendo começado por pre-
venir o maleficio das paixões nos livros escolares, acabasse por adoptar, em defesa da ver-
dade histórica e em aplicação do valor educativo que nela se contém, um livro único de His-
tória, segundo os diversos graus do ensino, selecção de certezas científicas do Passado, ao
mesmo tempo fonte perene de ideais para a formação da nossa juventude, que há-de pro-
seguir-lo, na sucessão das gerações e na linha de força do civismo pátrio, para servir a Hu-
manidade, sim, mas através da realidade histórica que é a Nação.*

*A contemporânea fundação — melhor dizendo, restauração — da Academia Portu-
guesa da História, como órgão activo e coordenador de esforços para a reintegração da Ver-
dade por método científico e a notável obra por ela realizada já, designadamente na sistema-
tização e publicação de importantes inéditos, ter-vos-ão dado o sentido e o alcance do intento
do Govêrno.*

O ressurgimento dos estudos históricos, a que vos consagrais com benemerência,

buscando o determinismo orgânico de cada povo e a medida do seu esforço em prol da civilização, ajudará a preparar, no respeito à verdade e pelo convívio das inteligências, o mundo de amanhã e a Paz duradoira que todos ambicionamos.

Algumas breves palavras, ainda, para concluir:

Celebrado no decurso do maior drama da História, eis aqui um Congresso internacional que jamais poderá ser visto como simples pretexto para agradáveis sensações de turismo ou para cómodos impulsos de vaidade.

É mais uma razão para que nós, os portugueses, guardemos bem viva a grata lembrança dos homens de ciência e de boa vontade — investigadores, historiadores e eruditos — representantes da cultura dos próprios países em luta, que neste Congresso se reuniram em impressionante e eloqüente afirmação do primado do espírito, para fazerem justiça à «decana de todas as nações da Europa, na actual configuração territorial», como a proclamou, em admirável lição de história política e literária, o último Rei que no Trono e no exílio a serviu (1).

*O Congresso do Mundo Português é encerrado sob esta divisa:
Pelo culto da Verdade e da Justiça!*

(1) D. MANUEL II. *Livros Antigos Portugueses*, Introdução, pág. XXXV.

FESTA DOS "LUSÍADAS"

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. HERNANI CIDADE, NA HOMENAGEM PRESTADA A CAMÕES NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

As homenagens que as escolas de Lisboa acabam de prestar a Luís de Camões e ao seu poema, é uma das iniciativas da ilustre Comissão dos Centenários que melhor se adequam ao objectivo das Comemorações. Ao curso nacional de formação cívica e patriótica que elas por várias formas têm sido faltava esta lição complementar, ou antes — adaptava-se como nenhuma outra síntese luminosa e vibrante que são a vida e a obra que vamos evocar.

E evocá-las na Exposição do Mundo Português mais relêvo dará à oportuna lição, porque nada mais impressionantemente a poderia ilustrar.

Percorrer os pavilhões erguidos com tanto saber, inteligência e gosto é sentir Portugal resumido nas fases mais características do seu passado e do seu presente, nos aspectos mais típicos do pitoresco que é o encanto dos olhos e da actividade que é o orgulho da alma. É reviver sobretudo a actividade com que soubemos ordenar o próprio desenvolvimento interno de expansão ultramarina para interesses que superam os do egoísmo nacional — a hegemonia, no mundo, da civilização mais fecunda e mais humana, a *dilatação da lei da vida eterna* ou se entenda a expressão no sentido religioso que lhe deu Camões ou se lhe dê uma interpretação profana.

Ora o poeta é em sua mesma biografia, espiritual ou anedótica, o transunto da raça que realizou esta obra grandiosa. Dela herdou a alma sentimental e lírica mas capaz da tensão heróica com que ela realizou a epopeia e ele a viveu e cantou. Dela recebeu igualmente a irrequietação um pouco indisciplinada que não é, todavia, incompatível com o esforço entusiástico e persistente — o esforço que nela é a explicação da actividade civilizadora e nêle do *honesto estudo* com que preparou a sua cultura e da perfeita ordem com que realizou o seu poema. Dela ainda teria recebido o anseio de uma curiosidade e de uma acção que a ambos levou a transpor os limites do horizonte tradicional. Depois de esturdiar nas vias de Coimbra, ao mesmo tempo que se impregnava da cultura que é assombro de quantos sábios o estudam, depois de em Lisboa, portuguesíssimamente *em vária flama variamente arder*, ei-lo, ainda como os que melhor representavam a sua raça, de longada até à África, a ensaiar-se para as andanças de soldado na Índia, levado no mesmo vento de aventura que despovoava Portugal. E sempre como a sua raça, por lá batalhou, penou, naufragou, e de lá voltou, ainda como ela, rico apenas de glória imortal, enquanto outros traziam para a Europa os despojos com que fundavam sua sólida prosperidade.

Digam V. Ex.^{as} se não parece que estive a recor-

tar de qualquer novela simbolista uma biografia do personagem, resumo de história colectiva, qualquer coisa como o retrato de Ramires desenhado na última página do conhecido romance de Eça de Queiroz.

Não é exagêro dizer que o espírito da raça foi o principal responsável no desdobrar do romance que foi esta vida. Pelas mil sugestões com que lhe enriqueceu e estimulou o génio, o mesmo espírito igualmente colaborou nos «Lusíadas». Por isso constituem êles o poema dos tempos modernos feito mais à semelhança dos poemas homéricos ou medievais, em que menor é o esforço da criação individual porque mais intensa a vibração colectiva que as suscita e mais opulento o material das tradições a recolher e ordenar.

E não é êste um dos seus méritos menos singulares. Só em Portugal, que na devassa de oceanos e continentes fruiu a graça do mundo pela primeira vez desnudado e sofreu os embates das fatalidades físicas provocadas, poderia ter sido escrito um poema que, mais do que nenhum outro, valoriza êsses aspectos da realidade, como objecto de contemplação artística.

Ouvi, que não vereis com vãs façanhas, etc.

Mas acabo de abordar um problema de arte em que vale a pena deter um momento a atenção. Tal sobrecarga de realidade, histórica e contemporâneas, geográfica e astronómica, moral e natural, não constituirá, no poema, lastro apoético que lhe impeça alto surto de fantasia? Pois não é a arte essencialmente a sobreposição às fatalidades da natureza física ou moral das libérrimas criações do espírito? Não é a arte o processo por que nos evadimos da realidade que nos limita e nos peza, a superação da matéria pelo espírito, a inserção do ideal no determinismo mecânico do real? Não estará nisto mesmo a sua mais fecunda eficiência como a sua mais alta dignidade? Como louvar então os Lusíadas por sua subordinação àquilo de que nos deveria, como obra de arte, facilitar a fuga?

Há duas maneiras de conceber e realizar a arte. Se ela se toma como entretenimento do espírito, alheado da vida na contemplação inútil das próprias formas que fantasia, é natural que a realize a imaginação movendo-se livre, em planos sobrepostos à realidade, tão distantes que nem às vezes esta se lobra. E é o que sucede em muitas poesias da *Fênix Renascida* e com os poemas italianos do renascimento.

Se pelo contrário se considera a arte como esforço de mais funda intuição da vida ou mais exaltante estímulo à sua ascensão, então é a mesma vida ao ponto de partida do vôo que de mais largos horizontes permitirá dominá-la, sobre ela que se exercerá a imaginação artística, seleccionando-a, ordenando-a, embelezando-a, para que mais impressionante resulte o quadro com que nela se pretenda actuar.

No nosso tempo a arte é sobretudo processo de captar e compreender a vida íntima como exterior;

nos tempos clássicos ela foi principalmente o meio de pôr ordem compreensível e bela na congêrie desconexa das suas expressões, agitar às formas do ideal as realidades que se vivem.

Camões não escreveu o seu poema no propósito de fascinar as imaginações com histórias deleitosas, como Boiardo por exemplo. No momento em que a gloriosa grandeza da Pátria, que a sua mocidade conheceu no Zénite, declinava e ameaçava submergir-se, procura ele fixar para a imortalidade os cláres ainda não extintos, escarmentando para a continuação do esforço épico ou ao menos para a defesa da dignidade colectiva os epígonos dos heróis. Assim a mensagem do artista se convertia em missão de patriota.

Mas se tal objectivo o obrigava a preferir a realidade histórica à fantasia poética, a sua mesma vida, boa parte — e a mais intensa — decorrida no teatro duma epopeia recente, sobre as pégadas dos seus heróis, inevitavelmente o conduzia à mesma valorização da realidade como matéria para a construção do seu poema.

E é esta a feição mais original dos «Lusiadas».

Não vale a pena repetir o que mil vezes se tem demonstrado — a cuidadosa informação histórica e geográfica, etnográfica e científica do autor dos «Lusiadas». Ao saber proveniente do *honesto estudo com longa experiência misturada* todos os sábios que o têm estudado, portugueses e estrangeiros, têm rendido homenagens merecidas. Não insistamos nelas, porque não são tais méritos que definem o artista e o poeta que nos interessam. Sublinhemos, todavia, esta propensão para a solidez e a exactidão que devem estar na base de toda a cultura — e não faz mal que constituam a íntima trama da construção artística.

Também não é necessário referir com que técnica hábil soube ele entrelaçar a história do descobrimento do Gama com a história pátria anterior e ulterior, e como numa e noutra Camões é preocupado de verdade e exactidão.

Deixemos tais aspectos, apenas reveladores do erudito e do técnico; e, retendo apenas o amor da verdade, o gosto do real em tudo isto manifesto, reparemos como tal gosto e tal amor se manifestam nas próprias criações do artista e do poeta.

Nos «Lusiadas» há história e observação realista, mas há também aquilo sem que não passaria de crónica grandiloquente e rimada: — criações da fantasia tipicamente poética.

Mas o fantástico dos «Lusiadas» não tem o carácter do fantástico dos outros poemas do renascimento. Nestes a fantasia criadora amplia, deforma, inventa em puro jôgo, deleitando-se e provocando o deleite com a própria liberdade e inutilidade do jôgo. O fantástico em Camões quer o que aproveita dos clássicos, quer o que ele mesmo cria, tem outro carácter e significado. Se os mitos intervêm na acção dos «Lusiadas», determinando-a, coadjuvando-a como Vénus ou contrariando-a como Baco, não modificam, acrescentando-as ou diminuindo-as, as forças que nela se agitam. Os elementos enfurecidos por Baco na tempestade do Índico não são mais fortes nem mais violentos do que os que, sem a acção dos Deuses, a natureza costuma desencadear. Os heróis auxiliados por Vénus ou Marte não utilizam na luta outros recursos além das possibilidades mo-

rais e físicas do homem. Tudo se passa no poema no plano do natural, como se tal intervenção se não desse.

Mas para que então o tecido da ficção?

Para dar à realidade o poder impressionante do drama transcendente e a deslumbradora beleza do mito pagão. E sobretudo, mais duma vez, para dar esta mesma realidade, transfigurada mas reconhecível em formosos aspectos poéticos, em luminosas sínteses plásticas de profundo e amplo significado filosófico.

Assim, o episódio do perigo que a nau capitânea corre em Mombaça. Referem no os cronistas como acidente da rota, em que celeste poder invisível misteriosamente nos defendeu. No quadro camoneano, realidade corpórea e espiritual fica essencialmente idêntica — a nau não avança porque a impedem forças transcendentes; mas onde as crónicas tinham pôsto a acção de poderes invisíveis, surge, ao toque da varinha mágica da arte de Camões, a linda Ericina, voando do Céu ao Mar como uma seta:

Convoca as alvas filhas de Nereu
Com toda a mais cerúlia companhia.
— Que, porque no salgado mar nasceu,
Das águas o poder lhe obedecia.

E propondo-lhe a causa a que desceu,
Com todas juntamente se partia,
Para estorvar que a armada não chegasse
Aonde para sempre se acabasse.

E continua a descrição admirável — aguarela colorida do argênteo das caudas, da brancura da espuma, do cerúlio do conjunto; grupo de marmóreo relêvo; peitos cortando a água crespa e as ondas encurvadas, depois apoiando sua brandura na dureza da madeira, enquanto o vento em balde incha as velas. É o quadro de tal beleza, tão rico de valores pictóricos e plásticos, que sem trabalho nenhum os pintores têm transplantado para a tela.

Outro exemplo deste processo de projectar a realidade, assim colorida e aformoseada, em plano transcendente: no canto sexto as ninfas, a convite de Vénus, abrandam por suas amorosas ternuras a cólera dos ventos, incitados por Eolo na tempestade do Índico. Crê-se ainda hoje que a tormenta nocturna acalma com o alvorecer do dia. Assim a estrêla da manhã, a *aurora mensageira do dia*, que *visita com leda fronte a terra e o largo mar*, é tomada como a mensageira da paz ao oceano desencadeado em brava fúria. Intervindo a imaginação formada na lição clássica, logo o mito empresta à realidade a sua magnífica formosura: Vénus — a mesma deusa que governa a estrêla, — no antigo sistema planetário, é na ficção camoneana quem intervém na pacificação dos ventos. E que impedirá o poeta de ver nas graças da luz da manhã rompendo a cerração, amorosas ninfas engrinaldadas de rosas as cabeleiras loiras, derramando sorrisos que desarmam cóleras? Assim a visão poética não desfigurou, antes transfigurou um episódio da navegação. Foi um breve sonho emergindo da própria substância da vida real, como fina gaze de névoa que se eleva do corpo flúido do mar; depois do qual sonho, logo o poeta, mais do que nenhum realista passa à

descrição da viagem, que nesse momento remata nos versos belos, claros e amplos como a esperançosa sinfonia do alvorecer:

Já a manhã clara dava nos outeiros
Por onde o Ganges murmurando sóa etc.

Não se cifra a estes quadrinhos, como iluminuras marginais, de mero intuito ornamental, o sentido da realidade do poema, o corpo de verdade que o seu fantástico reveste. Dá vontade de pensar que a própria Vênus e o próprio Baco — os mitos de maior intervenção na acção, assumem significado de símbolos: ela encarnando o espírito a um tempo de graça e de força da civilização latina e também o eterno feminino que obsidia a sensibilidade portuguesa, duplicando as possibilidades do esforço e a capacidade do sacrifício; ele, o tenaz instigador da fúria dos elementos e da intriga dos homens, porque, cantado sempre por descobridor da Índia teme que os portugueses lhe sepultem o nome célebre num negro vaso de água do esquecimento, personificando as hostilidades da natureza e a oposição dos interesses criados.

Há, porém, dois símbolos que merecem a nossa melhor atenção: o episódio do Adamastor e o discurso de Baco no Concílio dos Deuses Marinhos.

É o primeiro a mais impressionante criação do génio épico de Camões. Ergue-se o gigante, no Cabo das Tormentas, logo chamado da Boa Esperança, porque era a passagem dos sombrios mistérios do Atlântico para as certezas magníficas do Índico e do Oriente. Ergue-se como que amassado de todas as trágicas sombras, de todas as lendas aterradoras que a nossa audácia foi dissipando, Atlântico fora, e ali — dir-se-ia — nos opunham a última resistência. Nas estrofes estupendas vibram os timbres fortes e as consoantes ásperas como se dessem eco ao estrondear da tormenta.

Igualmente rimas como *válida, esqualida, pálida*, alternando com *figura, estatura, postura*, são quanto há de mais expressivo do que no quadro se misturava de titânica explosão de violência e de soturna ameaça pairante.

É desta sorte, em desenho a nanquim, que o poeta personifica o cabo temeroso, as lendas que nele se amontóam e as ameaças que ali se não de cumprir. A fria sensibilidade de Voltaire não foi impermeável à grandeza do símbolo, e depois de o descrever — sensivelmente deformado, digamo-lo — assim termina: «Isto é grandioso indubitavelmente, em toda a parte».

O outro símbolo a que me referi é porventura aquêle por que o poema mais transcende os limites do seu significado nacional. Lembrem-se Vas. Ex.º:

Baco, em sua fúria perseguidora, desce, ao palácio de Neptuno, e em presença dos deuses marinhos, pronuncia um discurso que é uma admirável peça oratória, conduzida com a habilidade de quem conhece todas as molas que podem dinamizar a vontade: a vaidade, o orgulho, a dignidade da coerência, a vergonha da ameaça, o despeito e por fim a solidariedade comovida.

No discurso do deus salientarei, porém, o significado destes versos:

E vós, deuses do mar, que não sofreis
Injúria alguma em vosso reino grande,
Que com castigo igual vos não vingueis,
De quem quer que por ele corra e ande,
Que descuido foi este em que viveis?
Quem pode ser que tanto vos abraude
Os peitos, com razão endurecidos
Contra os humanos, fracos e atrevidos?

Vistes que com grandíssima ousadia
Foram já cometer o céu supremo;
Vistes aquela insana fantasia
De tentarem o mar com vela e remo;
Vistes e ainda vemos cada dia,
Soberbas insolências tais, que temo
Que do mar e do céu em poucos anos
Venham deuses a ser e nós humanos.

Dir-se-ia uma réplica ao *Prometeu agrilhado* esta entrevisão, infelizmente rápida, do *Prometeu liberto* lutando, quasi triunfante, contra as fúrias de Neptuno e as intrigas de Baco, ou seja contra as violências da natureza e a conjura dos homens. A vontade humana vence a resistência hostil dos deuses, melhor — das fatalidades físicas que eles representam; e este conceito do homem dominando soberanamente a terra e o mar confiado nas próprias capacidades, melhor do que nenhum exprime uma atitude que não é apenas portuguesa, mas humana — o optimismo humanista do renascimento.

Tal optimismo, que dir-se-ia rehabilitar os filhos exilados de Adão, reconciliá-los consigo mesmos e com a natureza emfim conhecida e sujeita à sua realza, aponta ainda no mito da *Ilha dos Amores*.

Do mais alto monte dela depois duma festa pagã, que simboliza *as deleitosas honras que a vida fazem sublimada*, Tétis mostra ao Gama e sua tripulação o planeta e o sistema a que pertence — remate grandioso de um poema dominado pelo anseio de deusar os mistérios dos Oceanos e continentes.

E aqui bem parece que o espírito realista, sempre acordado do autor dos «Lusiadas», por uma espécie de auto-ironia ri das próprias fantasias de que vestiu a grandiosa realidade que o deslumbra, e na boca da própria Tétis põe estes estranhos versos:

Que as ninfas do Oceano tão formosas,
Tétis e a ilha angélica pintada,
Outra coisa não são que as deleitosas
Honras que a vida fazem sublimada.

Como se vê, e salvo um ou outro excesso de mitologia ornamental, projecção no poema da fascinação comum das literaturas greco-latinas, o tecido fantástico dos «Lusiadas» é ainda uma expressão do realismo nele dominante, é o processo de com mais vivo poder impressionante, pela beleza plástica como pela síntese filosófica, interpretar e visionar a mesma realidade.

Assim devia ser, tratando-se de um poema português. A nossa literatura de viagens como os nossos livros de ciência dissipavam no tempo erros milenários, desfaziam abusões acumuladas e resistentes. «Sabe-se agora mais em um dia pelos portu-

gueses do que se sabia em cem anos pelos romanos» — diz Garcia de Orta. E João de Barros assim traduz orgulho idêntico: «Pois dos geógrafos que cuidavam ter o mundo assoalhado com suas pinturas aos olhos dos que não andavam por ele, que posso dizer se não o que se vê: que rústicos pilotos sem mais letras especulativas que uma doutrina praticada no convés de um navio, endireitam as derrotas, diminuem ou acrescentam os graus, emendam a altura, de tal maneira que reprovam as távoas do ilustre Ptolomeu, como se estudaram em alguma Universidade, e ele não apenas onde gastou seus dias.»

A natureza assim directamente conhecida, despi-da da milenária cerração, surgindo em tóda a sua grandeza e formosura na clara manhã quinhentista, como se compreende empolgasse a sensibilidade portuguesa com a magestade a que se refere Duarte Pacheco Pereira ou com os segredos que continuavam a rir dos sábios da escritura! Para a conhecer e para sentir a emoção com que ela premeia os que se esforçam na sua devassa há, na opinião de todos, apenas um processo: a experiência que segundo o mesmo Duarte Pacheco, *é a madre das coisas que nos desengana e de tóda dúvida nos tira; o saber de experiências feito*, a que alude Camões e que ele não deixa de ajuntar à sua cultura humanística:

Nem me falta na vida honesto estudo,
Com longa experiência misturado.

Este o clima espiritual em que o poema foi escrito. Por isso ele resultou sobretudo das experiências morais e físicas de uma vida *pelo mundo em pedaços repartida*, de um *braço às armas feito*, completando a *mente às musas dada* ainda de quem experimentou *os perigos marçórcios inhumanos, numa mão sempre a espada e noutra a pena*.

Daqui o carácter singularíssimo dum poema feito no propósito de opôr a verdade das grandezas que canta às *fantásticas ángidas mentirosas saçanhas* dos poemas italianos do renascimento:

A verdade que eu canto nua e pura
Vence tóda a grandiloqua escritura.

Insisto; na história deste moroso movimento com que a literatura se tem aproximado da natureza e da vida, reduzindo a fantasia à função de melhor lhes captar o essencial e mais animadamente lhes fixar os aspectos, o poema camoneano tem lugar de primazia. E isto porque, se é a criação de um génio bem inconfundivelmente pessoal, é também a criação dum génio português, formado e enriquecido no clima espiritual do vasto *mundo português*, nesta exposição miniaturado, do qual o poeta não foi a mais alta expressão senão porque dele absorveu as seivas espirituais mais vivas.



PORTUGAL É UMA NAÇÃO

(CONCLUSÃO)

X

Uma opinião generalizada sobre a Restauração de Portugal limita-a a uma espécie de golpe de Estado, que em duas horas poz termo ao regime de união de Portugal e Castela, com a rapidez com que se muda um regime político ou um governo numa aventura revolucionária audaciosa e feliz.

Outros, já melhor instruídos sobre a verdade histórica, deixam-se, contudo, ir neste pendor pessimista que é tão nosso, e fazem da Restauração uma mera intriga dos jesuitas (Oliveira Martins) ou a coincidência, para nós afortunada, de dificuldades temerosas, que abarbavam a Espanha de Filipe IV, a braços com rebeliões na própria Península e com as negociações laboriosas para pôr termo a uma guerra, que há 30 anos punha o fogo aos quatro cantos da Europa.

No dia 1 de Dezembro de 1640 deu-se, efectivamente, um golpe de Estado. Os fidalgos conjurados foram ao Paço da Ribeira, entraram de roldão pela Sala dos Tudescos, fizeram justiça sumária em Miguel de Vasconcelos, proclamaram das janelas abaixo a nova realza do Duque de Bragança e chamaram à realidade e à gravidade da situação a Duquesa de Mantua, que ainda se não tinha dela apercebido.

Mas isso foi apenas o primeiro acto de um drama político de 28 anos.

Não há dúvida de que, pela mesma época, em que iniciavamos o movimento da Restauração, se deram e se tentaram movimentos idênticos na Catalunha, no Aragão e na Andaluzia e que nos Congressos de Westfalia a Espanha se viu obrigada a regeitar a paz e a continuar a guerra com as potências coligadas contra Casa de Austria.

Mas, não é menos certo que aqueles movimentos rebeldes foram julgados, que a Espanha assinou depois a Paz dos Pirineus e que, com os braços livres dessas dificuldades, que lhos tolhiam, pôde cair com todo o seu pêso sobre nós.

E a-pesar-de tudo a Restauração vingou através de quasi seis lustros de atritos diplomáticos, de dificuldades financeiras da maior monta e duma gloriosa teoria de vitórias.

No momento mais acêso do pleito da sucessão ao trono de Portugal que ia vagar pela morte próxima do Cardial-Rei, a Rainha Isabel de Inglaterra viu claramente os males

que podiam advir da união das corôas portuguesa e castelhana. E por isso logo recomendou ao seu embaixador em Paris as necessárias gestões para os conjurar. «Se fôsse possível que o Rei Católico se apoderasse dos Estados de Portugal, as armas de mar e de terra, de que poderia dispôr, dar-lhe-iam tão exorbitante poder que ficava em circunstâncias de ditar a lei à navegação e comércio de tôda a Cristandade, impondo por último aos seus vizinhos a sua vontade.»

Mas, as lúcidas razões, que levavam a soberana inglesa àquela diligência diplomática, não logrou convencer ou, pelo menos, mover as Majestades Cristianíssimas de França.

Quando morre D. Henrique, os olhos dos patriotas portugueses voltam-se logo para a Inglaterra; os próprios Governadores de Portugal para lá enviam uma missão a lembrar as antigas alianças e a invocar um auxílio decisivo.

A querela da sucessão não tendia, porém, a clarificar-se. Aos pretendentes nacionais somavam-se agora Catarina de Medicis e o próprio Papa!

As reações contra a unidade ibérica vieram muito mais tarde.

A colisão prevista deu-se. A Casa de Austria, nos seus ramos alemão e espanhol, ameaçava dominar o Mundo. Com o magnífico *apost* de Portugal e do seu Império, ela dominava a Europa, as costas conhecidas de África, o caminho das Índias, o Novo Mundo.

Em nome do equilíbrio político fortemente ameaçado foi preciso lutar sem quartel contra Viena e contra Madrid.

O poder naval de Espanha sossobrou nas águas da Mancha, com a Invencível armada destroçada sem glória. Os Países Baixos tinham-se revoltado. A Inglaterra e a Holanda dominavam o Mar e, dominando-o, iam vencer a guerra.

Mas, a Primeira Revolução Inglesa alhearia a Grã Bretanha da política inglesa e, portanto, da revolução portuguesa...

O Cardinal de Richelieu conduzia, porém, a luta contra as duas monarquias dos Austrias. Para bater a de Espanha já em 1634 tentava secretamente incitar o Duque de Bragança a proclamar-se rei de Portugal, prometendo-lhe o apoio da França. A-pesar das hesitações do Duque nunca o estadista francês perdera de vista o seu intento. As alterações de Evora não lhe passaram despercebidas; aqui mandou logo um dos seus emissários secretos, sob um burel franciscano, a indagar a extensão e o significado dos acontecimentos. Ao frade succedeu um enviado em forma, Mr. de Saint Pé, que vinha com instruções da sua Chancelaria para se entender com os elementos do partido da independência, ao qual ofereceria auxílios, que iriam até uma esquadra de 50 navios e um exército de 12.000 homens de pé e 1.000 a cavalo. No caso de o Duque continuar a recusar, encarar-se-ia a hipótese de aclamar rei de Portugal a um Bourbon de França, ou um dos netos do Prior do Crato...

Mas, por fim, o Duque decidiu-se.

Em 1631, a rebelião partiu da Biscaia, sob o pretexto de protestar contra o regime criado para o sal e contra o recrutamento forçado dos soldados necessários às campanhas que a Espanha se via obrigada a manter em vários pontos. Os Bascos ameaçavam Madrid de pedirem o auxílio da França e da Inglaterra.

Seguiu-se-lhe a Catalunha. Em 7 de Junho de 1640, no dia de Corpus Christi, entrou em Barcelona grande número de segadores armados, que alevantaram um grande e sangrento motim, em que assassinaram muitos castelhanos. A própria guarda da cidade fez causa comum com os amotinados e a rebelião assumiu proporções tão graves que o próprio Governador teve de refugiar-se numas galeras genevesas, surtas no pôrto. O incêndio lavrou rapidamente por tôda a Catalunha; as próprias tropas, ante a generalidade e o ímpeto do levante, refugiaram-se no Aragão e no Russilhão.

No Aragão, Carlos Padilla levantou voz pela independência com a projectada realeza do Duque de Alijar.

Na Andaluzia, o Marquez de Ayamonte quis, da mesma forma, fazer rei do Duque de Medina Sidonia.

O Masanielo capitaneou a revolta da Sicília para reagir contra a grave crise económica e as levas forçadas de soldados.

Tôdas estas rebeliões foram sufocadas, embora algumas à custa de grande esforço. Prolongou-se a da Catalunha por alguns anos.

O Duque de Richelieu apoiou-a à mão armada.

O Jesuita Ignácio de Vasconcelos trouxe-nos de lá um tratado de aliança e muitos dos oficiais, que tinham sido enviados pelo Conde-Duque de Olivares para combater os rebeldes. Mas, em 1659, a Espanha celebra o tratado de paz dos Pirineus. O Russilhão foi atribuído à França e os Catalães abandonados à sua sorte...



Era mister conseguir o reconhecimento da independência portuguesa pelas Potências. Para êsse efeito, o novo Govêrno de Portugal enviou logo embaixadas a Paris, a Londres, à Haia, à Suecia, à Dinamarca e a Roma, a comunicarem a restauração do reino e a negociarem tratados de paz e amizade.

A missão a Paris foi coroada de êxito. Em 29 de Maio de 1641, Francisco de Melo, monteiro-mór, e o Desembargador do Paço António Coelho de Saraiva assinaram um tratado de aliança defensiva e ofensiva de Portugal e França contra a Espanha. O tratado era desigual, porque não estabelecia a obrigação recíproca de não fazer a paz em separado. Os compromissos para uma campanha militar dirigida por uma liga, de que fizesse parte a Holanda, contra a Espanha, que seria invadida pela França, pela Navarra e no Milanez,

emquanto as forças francesas entrariam pelas fronteiras de Leão e Castela e os Holandeses pelas da Flandres, não vieram a ter satisfação. Mas, naquele momento tão perturbado e tão difícil, era tudo o que podia obter-se.

Aos Países Baixos foram Tristão de Mendonça e António de Sousa Tavares. Ao fim de dois meses de negociações difíceis, concluiu-se um tratado desigual e inconveniente, pois que conferia à Holanda mais direitos que os reconhecidos a Portugal e concedia aos Holandeses direitos mais que preferenciais, exclusivos, ao tráfico nas nossas colónias e ao afretamento dos seus navios. A Holanda já então em competição com a Inglaterra, desejava aproveitar-nos na sua luta contra a Espanha e contava (mercê da trégua de 10 anos pactuada) manter e consolidar as posições, que tomara nos nossos domínios de Além-Mar.

Mas, enfim, os navios, armas e tropas prometidas foram vindo. Em 2 de Setembro de 1641 saiu da Holanda uma frota de 22 barcos de guerra e 18 mercantes com um regimento de dragões e outro de cavalaria, muitas armas e duzentos soldados portugueses, desertores do exército espanhol. A trégua no ultramar foi, porém, traída pelos holandeses, contra os quais tivemos de continuar a bater-nos numa situação paradoxal: — em paz na Europa e em guerra na América e na África.

A Inglaterra vivia nessa época os transe da revolução, que levaria o Rei Carlos Stuart ao cadafalso e Cromwell ao Protectorado. Nem sempre soubemos manter uma atitude de inteligente neutralidade na luta entre o Parlamento e a Realeza. No fim do ano de 42, o Parlamento manda à embaixada portuguesa uma comissão para lhe comunicar que aquele esperava que ela se abstinhasse de continuar a adoptar atitudes, que reputava incorrectas, e em face das quais se visse obrigado a tomar medidas, que julgasse mais convenientes.

O tratado de paz e amizade entre Portugal e a Grã-Bretanha, que se celebrara em Janeiro do mesmo ano, veio a ser substituído em Junho de 1654 por outro (já em tempo de Cromwell) que era abertamente desfavorável e lesivo dos interesses e dos bríos de Portugal...

Francisco de Sousa Coutinho e António Moniz Barreto foram às Cidades Hanseáticas, à Suécia e à Dinamarca. Na Suécia, fretou Sousa Coutinho três navios, em que trouxe cem canhões de bronze, 4.000 mosquetes, 1.000 pistolas, armamento e munições — tudo isento de direitos à passagem do estreito de Sund. Na Dinamarca, então ressentida com a paz de Lubeck, nada conseguiram os nossos embaixadores. . .

Mais que nenhuma outra foi difícil a nossa embaixada a Roma. Portugal fôra sempre uma Nação católica e missionária. Restaurada, colocara-se sob o padroado da Imaculada Conceição e mandara que todos os matriculados e graduados da Universidade o jurassem

In nōe scē trinitatis. patris. et filii. et sp̄s sc̄i aō. Ego alfons⁹ puoli
tate di portugalensiu rex. magni imperatoris alfonsi nepos. et filii comitis domini
henrici. et regine domne charasie. sepe cogitans in animo meo. et intelligēs
quāta bñficia michi p̄stitit domin⁹ ab infancia mea. quom̄ in regnū donavit. et
insup multo ampli dilatauit. et quom̄ me semp adiuit ō adiutarios meos. et
inimicos. xp̄iantes et uē fidi: cogitans etiam nichilomin⁹ obitum m̄m. et
diē districti iudicii quādo retribuet unumq; scdm̄ qd̄ gesserit in hac uita siue
bonum siue malū: placuit m̄ de meo habē partē quādam assumere et dare p̄ anima
mea. Attendens illud qd̄ dñs ait in euanglio. Am̄ dico uob⁹ qd̄ uis ex minimis m̄is
fecistis: m̄ fecistis. Et alibi. facite uob⁹ amicos de mamona iniquitatis. ut cū dese
ceritis recipiat uos mecha tabernacula. Et salomon ait. Date elemosinā et ecce
omnia munda s̄ uob⁹. Et in alio loco. si n̄ habes: bene fac tecum et deo bo
nas oblationes offer. quia omne op̄ dñi multiplicabit et q̄ opat illud: itificabit
m̄m. Et itaq; omnia ego p̄dicte scē alfonsi de m̄m. hābens: ammadū q̄a iustū et ual
de necessariū ē qm̄ in m̄m dñi disponere. ut uincit in hac uita ob remissione peccat
suorū sua omnia delegat q̄ dñi. et quō uolūt. ut illud a dño multiplicatū reci
piat in futuro. Mando itaq; p̄ obitum meū dare p̄ anima mea in captiuis. x. m̄.
Magistro gundulatio uenegas et suis fr̄s q̄ elbowe comorant. iiii. m̄. et bestias quācūq;
habuero. Mauros de scāren quācūq; ibi habuero et q̄s habuero mulxbona mando ut
dant illos p̄ captiuis. Opi ulyxbonens ecclie. m̄. m̄. Opi ecclie de alcubacia. m̄.
m̄. Lampib⁹. undus. et cyphanis. dcc. et xxii. m̄. et ii. et d. xx. S. muzmudis.
Monastio scē crucis: uī corp⁹ m̄m iubeo sepeliri: viii. muzmudis. et om̄i uis
muzmudis exceptis sup̄dictis quos ibi habeo repositos. ad hoc iudicet ut si m̄
necesse fuit in uictu meo illos expendā q̄a iustū est p̄ di m̄m. Si autē
ocurrat qd̄ nichil ex eis. ut n̄ om̄i expēdā: totum qd̄ remanserit. ut monastio scē
crucis. Et m̄do ibi m̄os mauros q̄s s̄oie scē marie. opteo ope. et maurū n̄m
carpētariū. Mando etiā monastio scē crucis. et ad alcubaciā: totū n̄m ganatū
p̄ mediū. Et maus mauros q̄s habeo in colibria: mando ad fidū meā ormeā alfonsi.

defender. O reconhecimento pelo Papa era-lhe, por isso, necessário como um último e decisivo sacramento. A Igreja o sagrara na fundação, que o consagrasse agora quando se reconstituía politicamente.

As circunstâncias pareciam ajudar-nos, pois que ocupava o s6lio o Papa Urbano VIII, inimigo da Casa de Austria. Mas, a Espanha, com estar decadente, ainda dominava as cristandades da Península, que se lhe mantinham na obediência, do Ducado de Milão, do reino de Nápoles e da Sicília, dos vastos domínios de Além-Mar. E desde a primeira hora, a Chancelaria de Madrid exercia uma forte pressão em Roma para que o Pontífice não nos reconhecesse e nem sequer recebesse a nossa embaixada, não obstante ir presidida pelo nobre prelado D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego; não duvidou mesmo em declarar que, em caso de não ser ouvida, a Espanha deixaria de reconhecer a autoridade da Santa Sé e faria um cisma.

Não obstante o apoio dos Catalães e o patrocínio do poderoso Cardial Barberini, o nosso Embaixador não logrou ser recebido e só pela fôrça evitou o ser prêso pelos agentes espanhóis, que o queriam conduzir a Nápoles, e de lá a Espanha. As comitivas dos embaixadores português e espanhol (Marquez de los Vellez) vieram às mãos, quando o primeiro saía duma visita à embaixada de França. O Bispo, que era homem duro e destemeroso, correu ao coche, onde trazia uma arma e êle mesmo comandou a resistência, perante a qual o diplomata castelhano fugiu, deixando o chapêu e a capa, para casa do Cardial Albornoz.

Meses e meses se demorou D. Miguel de Portugal pela Cidade Eterna. O Papa, receoso de Madrid, teimava em desconhecer-nos como Nação. Os benefícios, em Portugal, vagavam e não eram providos. E assim, êste país católico, sofrendo com resignação, esteve sem a sua hierarquia eclesiástica até que a independência lhe foi oficialmente reconhecida pela própria Espanha.

. . .

Reüniram-se por êsse tempo em Westfalia os congressos para fazer a paz após 30 anos de guerra, e traçar o novo mapa político da Europa (1643-48). Logo para ali se dirigiu Francisco de Andrade Leitão para conseguir que, nas conferências, tivessem assento plenipotenciários portugueses.

Richelieu recomendara aos seus delegados que nos apoiassem. Mas, o seu sucessor, Mazarino, seguia política diversa e deu aos representantes da França novas instruções. Os espanhóis opunham-se à nossa pretensão e Mazarino entendia que «não sofria a razão que o interêsse dum indivíduo [D. João IV] fôsse ocasião para se não ver o fim a tão aturada guerra.»

Conseguimos o apoio da delegação sueca e com ela realizámos pertinazes questões

junto dos Franceses para sermos recebidos. Mas, a Espanha opunha teimosia idêntica aos nossos desejos. E a cena de Roma repetiu-se na cidade episcopal de Munster. Cento e vinte homens, peitados pelo Marquez de los Vellez, assaltaram a casa onde estavam alojados os nossos plenipotenciários, que tiveram de se refugiar junto do Conde de Servien, acolhendose à sua protecção e à do Governador da cidade.

A Holanda saiu reconhecida de direito do Congresso de Westfalia. Portugal, rebelde como ela, nem lá conseguira entrar...

.
.

Nem sequer nos compensava uma situação política interna de tranqüilidade. À necessidade instante da unidade moral e política da Nação, antepunham alguns portugueses, e dos de maior categoria social, os seus despeitos e ambições pessoais.

As Côrtes acusaram e impuzeram o julgamento e a execução do ministro Francisco de Lucena, suspeito, embora não convencido, de alta traição.

Um prelado e alguns nobres tramaram uma conjura tendente à restauração dos Filipes. Teve de fazer-se justiça sumária, impiedosa, quiçá excessiva...

.
.

Em 1659, fez-se a Paz dos Pirineus.

Em 1662, assinou-se o tratado de paz e aliança entre Portugal e a Inglaterra, selado pelo casamento de Carlos II com Catarina de Bragança. No verão dêsse ano, desembarcaram em Lisboa 12.700 infantes e cavaleiros ingleses, que se incorporaram no nosso exército.

A Espanha, livre da guerra com os seus inimigos do Norte, ia cair sôbre nós com tôdas as suas possibilidades. Defendemo-nos, porém, com o maior vigor e com fortuna e brilho para as nossas armas. E só em 13 de Fevereiro de 1668 — quasi 28 anos volvidos sôbre o grito de 1.º de Dezembro de 1640 — se fêz a paz com a Espanha com a mediação da Inglaterra.

A. MARQUES GUEDES



NOTAS VÁRIAS

COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO

ÉPOCA IMPERIAL

Junho, 23 — Nenhum outro facto poderia marcar melhor e imprimir maior imponência às solenidades do início do segundo ciclo das Comemorações Centenárias, do que a inauguração da Exposição do Mundo Português, que, com a presença do Chefe do Estado, Governador, Cardinal Patriarca de Lisboa, embaixadas estrangeiras, elemento oficial e numerosos convidados, neste dia se realizou no cenário magnífico de Belém, entre o Tejo e o Mosteiro histórico dos Jerónimos.

O grandioso certame surgiu, aos olhos deslumbrados de nacionais e estrangeiros, como testemunho vivo do nosso ressurgimento, como milagre de esforço consciente e pacífico, como fonte revigoradora de vontades, de energias, das eternas virtudes da Raça.

Noutro lugar desta Revista reproduzimos os discursos que na ocasião ali se pronunciaram e damos uma rápida resenha da constituição dos seus Pavilhões e principais monumentos, bem como a imagem fotográfica de alguns aspectos do acto oficial. Neste e em números subsequentes, iremos dando também a reprodução de pormenores de interiores e exteriores dos Pavilhões, que constituem o deslumbrante certame de Belém.

Junho, 24 — Na noite deste dia, do Terreiro do Paço até à Rotunda, Lisboa inteira assistiu ao desfile das Marchas populares dos seus velhos bairros, — formosíssimo e encantador espectáculo de alegria e côr. Uma multidão incontável, milhares e milhares de pessoas entusiasmadas aplaudiram o pitoresco desfile, que foi uma das notas mais curiosas, mais típicas das festas comemorativas realizadas na capital.

Nas províncias do Minho e do Alto Alentejo, em Braga e em Évora, efectuaram-se também, neste dia, incorporadas no mesmo ciclo das Comemorações Centenárias, as suas festas tradicionais.

Junho, 25 — No recinto da Exposição do Mundo Português, o Sr. Ministro da Educação Nacional inaugurou oficialmente três admiráveis pavilhões: «Fundação», «Formação e Conquista» e «Independência». S. Ex.^a pronunciou ali um interessante discurso, que foi uma brilhante lição de História e de Fé nos destinos da Pátria.

Neste mesmo dia realizou-se uma cerimónia simples,

mas tocante, promovida pela Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias e a que se associaram o Exército e a Armada daquele País, com a assistência dos seus representantes. Foi a da colocação duma placa de bronze no monumento de D. Pedro IV, na praça do Rossio, — homenagem do povo brasileiro ao seu primeiro imperador.

Como enviado especial do Rei e do Governo inglês às Comemorações Centenárias, chegou a Lisboa S. A. o Duque de Kent, irmão de Jorge VI de Inglaterra. Aguardavam-no, entre outras altas individualidades, o Chefe do Governo, Sr. Dr. Oliveira Salazar.

Junho, 26 — No imponente cenário da antiga sala do trôno, no Palácio da Ajuda, o Chefe do Estado, num ambiente de invulgar solenidade, recebeu as credenciais do Duque de Kent e de numerosas embaixadas e missões estrangeiras. Todos os chefes das embaixadas e missões, no momento da entrega das suas credenciais, fizeram votos pelas felicidades e prosperidades da Nação Portuguesa, agradecendo o Sr. General Carmona a sua vinda a Portugal e as saudações de que eram intérpretes.

A noite, no Chiado, procedeu-se à inauguração da Exposição de Montras, — interessante e curiosa iniciativa do Secretariado da Propaganda Nacional, que pela primeira vez se realiza em Portugal e que obteve um êxito extraordinário, quer da parte do público, quer da parte das casas comerciais concorrentes, que mostraram assim compreender o alcance artístico do Concurso promovido por aquele organismo do Estado.

Junho, 27 — De manhã, no soberbo cenário de Belém, celebrou S. E. o Cardinal Patriarca de Lisboa, com a assistência do Chefe do Estado, do Governo, das Embaixadas e Missões estrangeiras, de altos dignatários militares e civis e de numerosos convidados, a Missa de pontifical e o acto imperial na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Sua Eminência, na formosa alocução que noutro lugar publicamos na íntegra, exaltou o esforço civilizador de Portugal no Mundo.

As 17 horas, no gabinete do sr. Ministro da Marinha, a Embaixada especial do Brasil fez entrega do busto do almirante Barroso, significativa oferta da Armada brasileira à Marinha de Guerra Portuguesa.

Quási à mesma hora, na Exposição do Mundo Português, realizou-se a inauguração oficial da Secção Colonial, de que é director o sr. Capitão Henrique Galvão e que é, num conjunto grandioso, o interessante

documentário do espírito colonizador português, da nossa grandeza imperial, do espírito de solidariedade humana e de missão cristianizadora, que sempre tem

Junho, 29 — Dois novos pavilhões se inauguram neste dia na Exposição do Mundo Português: o Pavilhão de Lisboa — evocativo do passado, das tradições, dos



UM ASPECTO DO CHIADO NO DIA DA EXPOSIÇÃO DE MONTRAS,
INTERESSANTE INICIATIVA DO S. P. N.

sido o lema de todo o esforço português em terras do ultramar.

Junho, 28 — No recinto da Exposição do Mundo Português, procedeu-se à inauguração oficial do Pavilhão dos Descobrimentos, um dos mais notáveis do certame.

costumes, do pitoresco e das belezas da cidade — e o Pavilhão de Cartografia — mostruário rico e valioso de documentação portuguesa dentro das ciências geográficas e náuticas dos séculos XV a XVII.

Junho, 30 — Desde a Avenida da Índia até dentro do recinto da Exposição, perante uma das maiores e

mais imponentes multidões que se têm reunido em Lisboa, vinda de todos os pontos do País, desfilou neste dia o grande cortejo histórico do Mundo Português, — visão inesquecível da nossa História, desde o passado ao presente, e de que damos neste número uma pálida visão aos nossos leitores, através de meia dúzia de fotografias.

Julho, 1 — As 18 horas inaugurou-se, na Exposição do Mundo Português, o interessante Pavilhão da Colónização e às 22 horas, no Palácio da Assembleia Nacional, realizou-se, com a presença do Chefe do Estado, Cardial Patriarca, membros do Governo, congressistas e altas personalidades civis e militares, o acto solene da abertura do Congresso do Mundo Português — o mais grandioso acontecimento cultural das Comemorações Centenárias.

Noutro lugar desta Revista publicamos os dois únicos discursos oficiais que ali se pronunciaram: o do sr. dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários e presidente geral do Congresso, e o do professor sr. dr. Caeiro da Mata, reitor da Universidade de Lisboa.

Julho, 2 — Começam, em Lisboa, os trabalhos do Congresso do Mundo Português.

No recinto da Exposição, os srs. Ministros do Interior e das Obras Públicas e Comunicações inauguram oficialmente o *Centro Regional*, realização do Secretariado da Propaganda Nacional. No seu interessante discurso, António Ferro, Director do S. P. N., disse: «A Exposição do Mundo Português não é apenas uma revista do passado, porque pretende ser, ao mesmo tempo, a sua projecção no presente, através do Centro Regional». E acrescentou: «Enquanto os pavilhões históricos dizem e ensinam como se formou, desenvolveu e expandiu a nacionalidade, os pavilhões etnográficos visam a demonstrar o génio do povo e o modo como êle vive a própria história pátria, nos episódios cotidianos das suas mãos evocadoras».

Julho, 4 — Começam, neste dia, no Pôrto, as Comemorações Centenárias, com a inauguração da doca de Leixões, uma exposição das obras de Soares dos Reis e abertura solene do I congresso do Mundo Português: «Pré e proto-história», no salão da Universidade.

Julho, 5 — Na cidade do Pôrto, realizou-se um imponente Cortejo do Trabalho e à noite um interessante festival regional nos jardins do Palácio de Cristal.

Julho, 6 — Deslocam-se para Coimbra as Comemorações Centenárias. Inaugura-se ali uma interessante exposição de Ourivesaria e na imponente sala dos Capelos da velha Universidade realizou-se a abertura solene dos trabalhos do II congresso do Mundo Português: «Portugal medieval».

Julho, 8 — Em Lisboa, no recinto da Exposição, o sr. Ministro das Colónias inaugurou oficialmente o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, que evoca admiravelmente páginas gloriosas da nossa História e os feitos imortais dos nossos maiores em todos os continentes.

Julho, 9 — Os membros do Congresso do Mundo Português, no seu regresso a Lisboa, visitam, em romagem, alguns lugares históricos do centro do País: Leiria, Batalha, Tomar (onde se inaugurou um monumento a Gualdim Pais), Alcobaca, Caldas da Rainha, Óbidos e Santarém.

Julho, 13 — Integrados nas festas da Rainha Santa, que este ano fizeram parte das Comemorações Centenárias de Coimbra, realizou-se nesta cidade um imponente cortejo das actividades regionais da Beira Litoral e uma curiosa parada folclórica.

Em Lisboa, no palácio da Assembleia Nacional, o sr. Ministro da Educação Nacional presidiu à sessão solene de encerramento dos trabalhos do Congresso do Mundo Português, pronunciando o magnífico discurso que noutro lugar inserimos.

No mesmo dia, na Exposição do Mundo Português, S. E. o sr. Cardial Patriarca inaugurou a Casa de Santo António — um dos mais interessantes motivos da Exposição.

Julho, 14 — Com a «Festa dos Lusíadas» — glorificação do grande poema da Raça — levada a efeito no Pavilhão dos Descobrimentos da Exposição do Mundo Português, junto à estátua de Camões, encerrou-se assim brilhantemente, num ambiente de simples mas sentida evocação, a Época Imperial, segundo ciclo das Comemorações do Duplo Centenário.

No túmulo de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos, foi deposta uma corôa de louros em nome dos «lusitos» da Mocidade Portuguesa. O sr. dr. Hernâni Cidade, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pronunciou a excelente oração, que neste número publicamos também.

